

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

ANA PAULA DE SOUZA LIBARDI

**A GUERRILHA AMORDAÇADA:
A ALN NA IMPRENSA (1969-1974)**

VITÓRIA
2007
ANA PAULA DE SOUZA LIBARDI

**A GUERRILHA AMORDAÇADA:
A ALN NA IMPRENSA (1969-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em História Social das Relações
Políticas do Centro de Ciências Humanas e
Naturais da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito parcial para a obtenção do
grau de mestre em História. Sob a orientação da
professora Doutora Adriana Pereira Campos.

VITÓRIA
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L694g Libardi, Ana Paula de Souza, 1979-
A guerrilha amordaçada : a ALN na imprensa (1969-1974) /
Ana Paula de Souza Libardi. – 2007.
175 f. : il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ação Libertadora Nacional - Brasil - História - 1969-1974. 2.
Guerrilhas - Brasil - História - 1969-1974. 3. Autoritarismo. 4.
Imprensa - Censura. I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ANA PAULA DE SOUZA LIBARDI

**A GUERRILHA AMORDAÇADA: A ALN
NA IMPRENSA (1969 -1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ____/____ de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profª Drª Wania Malheiros Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof Dr Valter Pires
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª Drª Jessie Jane Viera de Sousa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Deus pela possibilidade da vida, aos meus pais, Paulo e Neusa; para os meus irmãos Sandro, Saulo e Sagnó; a minhas cunhadas Luciane e Dvania; e ao meu sobrinho Sandro Júnior, pelo carinho, incentivo e o tempo que, inevitavelmente, não estivemos juntos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa não poderia ter sido realizado sem as diversas contribuições que se fizeram presentes no decorrer da dissertação. Começaremos agradecendo as instituições que de forma singular pôde fazer com que esse trabalho fosse possível.

Em primeiro lugar, a Biblioteca Central da UFES e aos bibliotecários que dispensaram atenção e grande ajuda no que se refere às referências bibliográficas. A Biblioteca Nacional e ao seu bibliotecário José Augusto que nos auxiliou com um variado material jornalístico dificilmente de ser encontrado e fundamental para realização deste estudo. Além de indicações de outros livros sobre o assunto pesquisado.

A bibliotecária do Jornal do Brasil, Floripes Marinho Falcão, coordenadora do CPDOC do Jornal, que nos ajudou no levantamento de fontes sobre a história do jornal, além de uma pesquisa sobre as publicações que este veículo de comunicação fez sobre Carlos Marighela e a ALN. E a revista Veja que nos disponibilizou toda a sua história até os dias atuais. Também a FAPES instituição que concedeu a bolsa, mesmo que de curta duração, para ajudar nas despesas diversas, para que esta dissertação pudesse ser concluída.

Mas, sem dúvida nenhuma, algumas pessoas foram especiais para a elaboração da dissertação. A minha orientadora a professora Doutora Adriana Pereira Campos, que de forma muito carinhosa e generosa conduziu todo o processo de leitura e pesquisa de uma maneira muito competente. Esta dissertação é fruto, também, de sua brilhante formação e capacidade de transmitir os seus conhecimentos.

Agradeço a professora Doutora Wania Malheiros Barbosa e ao professor Doutor Valter Pires que participaram da minha banca de qualificação, contribuindo enormemente na qualidade e no aprimoramento do trabalho acadêmico.

Quero externar também a minha gratidão a Andréia Resende Perez Janes, a minha querida Dedéia, pela amizade sincera de longos anos, que se iniciou ainda na graduação, pelo incentivo nos momentos difíceis, pela ajuda durante todo o mestrado. Devo a você, em grande parte, o meu ingresso no Mestrado.

Devem ainda fazer parte dos agradecimentos toda a minha família, em especial, aos meus irmãos que sugeriram mudanças e me deram idéias, a minha cunhada Luciane que ao longo do curso me ajudou com todas as questões referentes à informática, e a Dvania que, pacientemente, corrigiu e formatou todo o trabalho.

Sem querer fazer injustiças, desde já peço desculpas às pessoas que por um motivo ou outro não foram citadas, talvez por falta de tempo, ou falha na memória. Mas saibam que todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para este trabalho estarão sempre guardados em meu coração, o que é bem mais especial se estivessem apenas em minhas lembranças.

“Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. [...] Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina. O Estado autoritário prendeu e exilou; a sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram”.

Ulysses Guimarães, em seu discurso proferido em 1988 para anunciar a nova Constituição.

RESUMO

Nesta dissertação tratamos do Regime Militar que foi instaurado por meio de um golpe em 1º de abril de 1964. Marcado pelo autoritarismo, pela supressão dos direitos constitucionais, pela perseguição política, prisão e tortura dos opositores e pela censura prévia aos meios de comunicação. Esclarecemos mais atentamente, o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) onde houve grande embate entre governo militar e as esquerdas armadas. Duelo esse que poderíamos classificá-lo de Davi e Golias. O governo militar agiu de tal forma que a eficácia do aparelho repressivo era impressionante, nunca se prendeu e torturou tanto. Sendo assim, analisamos uma das principais forças de oposição, conhecida nessa época, como dissidências armadas. Tendo como foco principal à dissidência liderada por Carlos Marighella a ALN (Ação Libertadora Nacional) que conseguiu obter um número significativo de adeptos, e por diversas vezes realizou operações vitoriosas contra os militares, conseguindo alcançar até mesmo uma certa popularidade com os seqüestros de embaixadores estrangeiros, mas não obteve o êxito esperado devido, principalmente, o eficiente aparato repressivo. O objeto deste estudo é a grande imprensa no período, no que se refere a sua cobertura jornalística dos acontecimentos, aqui representada pelo jornal O Globo, Jornal do Brasil e a revista Veja, portanto nossas fontes de pesquisa. Cada um ofereceu a sua versão dos acontecimentos. A censura agiu de forma brutal, principalmente, contra aqueles que não eram adeptos ao regime imposto. Mas, este não fora o único motivo para uma versão contraditória, a até mesmo equivocada sobre a esquerda. Neste trabalho poderemos constatar essas e outras afirmações, que nos ajudam a entender melhor um período conturbado, repressivo e ditatorial.

Palavras-chave: Guerrilha – ALN - autoritarismo – Imprensa – Censura.

ABSTRACT

This text dealt with the restored Military Regimen by means of a blow in 1964 April, first and that it was marked by authoritarianism, suppression of the constitutional laws, persecution politics, arrest and torture of the opponents and for the previous censorship to the medias. It is important mention the government of General Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) where had great shock between military government and the armed left. Moment where the military government, by means of efficient repressive device, arrested and tortured in a way until now never registered. The main forces of opposition had been analyzed or Seted Disagreements, having as main focus the disagreement led for Carlos Marighella, ALN (National Liberator Action) that obtained a significant number of adepts and, for diverse times, carried through victorious operations against the military, obtaining even though a certain popularity with the kidnappings of foreign ambassadors, but it did not get the waited success due, mainly, the efficient repressive apparatus. The object of this study is the great press of the period, in that if it relates to its journalistic covering of the events, here represented by periodicals O Globo, Jornal do Brasil and the Revista Veja, therefore our sources of research. Each one offered its version of the events. The censorship acted of brutal form, mainly against that they were not adepts to the regimen tax. But, this is not the only reason for a contradictory version and even though maken a mistake on the left. Affirmations are evidenced that help to understand better a disturbed, repressive and ditatorial period.

Word-key: Guerrilla - ALN - authoritarianism - the Press - Censorship.

LISTA DE SIGLAS

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos EUA)

CIEX – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

COLINA – Comando de Libertação Nacional

DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI/CODI – Destacamento de Operações de Informação/ Centro de Operações de Defesa Interna

IPM – Inquérito Policial Militar

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

OBAN – Operação Bandeirantes

OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

POLOP – Política Operária

SNI – Serviço Nacional de Informação

UNE – União Nacional dos Estudantes

UDN – União Democrática Nacional

VAR-PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.2 O DIA QUE DUROU 21 ANOS	13
1.2.1 A POLÍTICA NO PERÍODO PRÉ GOLPE.....	13
2 1º CAPÍTULO	25
2.1 BRASIL: EM TEMPOS DE DITADURA	25
2.1.2 O Mundo Entre As Décadas de 1960 e 1970	25
2.1.3 O Golpe.....	36
2.2. Os Anos Médici	41
2.2.1 A PROPAGANDA DO REGIME AUTORITÁRIO	43
2.2.2 Não é Proibido Proibir	47
2.2.3 A Máquina da Repressão.....	53
3 2º CAPÍTULO	70
3. UTOPIA E LUTA ARMADA.....	60
3.1 OPOSITORES AO REGIME MILITAR.....	60
3.2 PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	65
3.3 ALN – AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL	84
3.4 É O FIM	94

4 3º CAPÍTULO	99
4.1 IMPRENSA: PALAVRA, IMAGEM E PODER.....	99
4.2 UM BREVE HISTÓRICO.....	99
4.2.1 Jornal Do Brasil.....	99
4.2.2 O Globo.....	104
4.2.3 Revista Veja.....	107
4.3 A REGRA DO JOGO... ..	109
4.4 MEIA VOLTA, VOU VER.....	114
4.5 BASTIDORES DA NARRATIVA.....	119
4.6 REVISTA VEJA: CENSURA E INFORMAÇÃO.....	139
4.7 A EDIÇÃO FINAL.....	149
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
6 REFERÊNCIAS	159
7 ANEXOS	171

1 INTRODUÇÃO

1.2 O DIA QUE DUROU 21 ANOS

1.2.1 A política no período pré-golpe.

No dia 07 de setembro de 1961 João Goulart foi empossado na presidência da República. O então presidente, no início de seu governo, ainda sob regime político do parlamentarismo¹, teve que enfrentar grandes problemas, pois as posições se radicalizaram ao longo dos anos. Contra o conservadorismo das elites, que impediam qualquer alteração nas estruturas sociais, rebelaram-se os setores mais explorados da população, como os trabalhadores do campo e da cidade.

Na análise de Moniz Bandeira², a burguesia brasileira ligada ao latifúndio resistia em iniciar alguma mudança na estrutura agrária, mesmo diante do desgaste contínuo da situação dos trabalhadores do campo. Qualquer reforma esbarraria no artigo 141 da Constituição Federal, que previa o pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro para as desapropriações. O Congresso conservador e ruralista recusava-se a modificar o artigo, e para isso contava com o apoio dos monopólios estrangeiros, receosos de que o governo mexesse em suas propriedades.

Sendo assim, o pedido de reforma constitucional acelerou a desconfiança da elite política quanto às intenções reais do governo. Nesse jogo de forças e de forte oposição, os reformistas possuíam como principal apoio à esquerda o então governador gaúcho Leonel Brizola.

¹ Com a renúncia de Jânio Quadros, o Congresso nomeou o deputado Ranieri Mazzili para ocupar a presidência, pois João Goulart, o vice-presidente estava em viagem oficial na China. Os militares tentaram impedir que Jango assumisse a presidência, temiam suas tendências políticas mais à esquerda. Mas um amplo movimento popular exigiu a posse de Goulart. O Congresso Nacional propôs uma solução conciliatória: a mudança do regime político do país para o parlamentarismo. Assim, João Goulart assumiria a presidência, mas dividiria os poderes com um primeiro ministro. Ficou estabelecido que em 1965, haveria um plebiscito para decidir pela continuidade do parlamentarismo ou pela volta do presidencialismo. Porém, vários setores da sociedade passaram a exigir a antecipação do plebiscito, assim a consulta popular foi antecipada para 1963, dando expressiva vitória para o presidencialismo. Cf. BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 -1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

² BANDEIRA, 1978, p. 54.

Segundo Argelina Figueiredo³, enquanto os patrões ficavam assustados com a mobilização dos setores populares, as esquerdas apostavam no avanço do movimento popular, intensificando no meio político as contradições do governo Goulart. Os radicais da esquerda exerciam pressões não somente sobre o Congresso considerado por eles "reacionário", como também sobre o Presidente da República avaliado como conciliador demais. Esse grupo havia desistido de negociar com o Legislativo, passava a dirigir suas atenções exclusivamente em direção à movimentação da população.

Para fazer frente à mobilização popular, surgiram várias organizações de setores mais conservadores. Como por exemplo, o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES), instituições formadas por setores dominantes da sociedade (empresários, Igrejas, militares, etc.) que financiavam estudos, ações e organizações contrárias ao avanço da esquerda no país.⁴

Assim, o governo João Goulart se viu numa situação complicada. A esquerda julgava que as medidas do presidente eram insuficientes para alterar o quadro social do país. E a direita o acusava de corrupto, de preparar um golpe de Estado e de conduzir o país ao regime comunista. No final de 1963 já se delineava uma crise no Brasil. O governo João Goulart reforçava sua linha de governo de caráter nacionalista e reformista, fazendo com que as forças conservadoras se aglutinassem para derrubá-lo. O conflito caminhava para o desenlace.⁵

O governo Goulart percebeu que precisava do apoio popular para avançar em seu programa de reformas. Por isso no Comício na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, Jango não hesitou em falar das reformas de base para milhares de pessoas que carregava faixas do tipo: "Jango – Abaixo com os latifúndios e os trustes"; "Jango – defenderemos as reformas à bala"; "Viva o PCB". Alguns dias depois, a classe média urbana, descontentes com as agitações sociais e com medo do "terror comunista",

³ FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou reformas? : alternativas democráticas a crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 156.

⁴ Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/memória>> Acesso em: 30 de janeiro de 2007.

⁵ Disponível em: <[Http://www.arquivonacional.gov.br/memória](http://www.arquivonacional.gov.br/memória)> Acesso em: 30 de janeiro de 2007.

reuniu também milhares de pessoas na marcha da Família com Deus pela Liberdade, em protesto ao comício.⁶

Para Caio Navarro de Toledo⁷, os setores populares deram seu apoio a Jango. Porém, a direita urdia o ataque, enquanto a esquerda não chegava a um consenso. A partir de então, setores das classes médias e da elite saíram às ruas para pedir a deposição do Presidente. Essas manifestações criam um clima favorável à intervenção militar, afirma o referido autor.

No palco das manifestações também se encontrava a elite, aliada à classe média e a Igreja. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade não moderou o tom na oposição ao governo e nas críticas quanto às reformas que logicamente iam de encontro aos interesses desses grupos. Na multidão de faixas, percebia-se a radicalização por meio de dizeres como “Ta chegando a hora de Jango ir embora”; havia ainda a acusação de comunismo percebida por meio de frases como “Vermelho bom só batom”.⁸

Ainda no mês de março de 1964 ocorreu a revolta dos marinheiros e fuzileiros navais que contrariaram ordem do ministro da marinha e foram, posteriormente, anistiados por João Goulart, acirrando as tensões entre seu governo e os setores militares.

Depois desse episódio, a direita brasileira e a embaixada norte-americana não tinham mais dúvidas quanto à "esquerdização" do governo. A imprensa noticiava e os meios políticos alarmavam que o país estava prestes a assistir à tomada do poder pelos comunistas.⁹ O golpe não demorou acontecer.

Em 31 de março de 1964, tropas das Forças Armadas deixam Minas Gerais e São Paulo e avançam sobre o Rio de Janeiro. Os militares deflagram um movimento para derrubar o presidente João Goulart, acusado de tramar a favor do comunismo. Em 1º de abril, a presidência é declarada vaga.

⁶ Disponível em: <Http: www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes> Acesso em: 30 de janeiro de 2007.

⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. A Democracia Populista Golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964, Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997, p. 100.

⁸ STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das gerais; os novos inconfidentes e o golpe de 64**. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 34.

⁹ Disponível em: <Http: www.arquivonacional.gov.br/memória> Acesso em: 30 de janeiro de 2007.

A intervenção armada se amparou em fundamentos que pareciam justos à maioria das tropas, e o principal argumento era a luta contra o comunismo. As medidas adotadas em nome da segurança da nação brasileira são praticadas à custa da cassação de direitos políticos, da suspensão da imunidade parlamentar e do multipartidarismo, ampliando os poderes do presidente eleito indiretamente. O primeiro deles, o general Castelo Branco, promulga nova Constituição em 1967 e institucionaliza a ditadura.

Apesar do desmonte do Estado de Direito, Castelo Branco justificava os acontecimentos: O governo tem procurado criar condições para uma democracia representativa autêntica. Esse regime [...] depende, entretanto, da boa escolha que o povo saiba e possa fazer de seus representantes. No Brasil, na fase imediatamente anterior à Revolução foi promovida uma política de gradativa destruição interna e desmoralização externa do país, completamente contrárias aos interesses do povo. [...] Quem, senão a Revolução, defendeu, em 1964, a propriedade, o erário público, e a moral política e administrativa? Quem, senão o movimento de 31 de março, salvou o Brasil de uma subversiva minoria e salvaguardou assim os direitos dos trabalhadores?¹⁰

Todavia, há de se notar um grande número de pessoas contrárias ao regime opressor imposto pelos militares. Em sua maioria, os opositores ao regime pertenciam aos partidos de esquerda e adotavam uma orientação marxista. Mas, muito antes do general Emílio Garrastazu Médici assumir, em outubro de 1969, período da nossa pesquisa, o regime militar já enfrentara opositores.

Mas, para compreendermos melhor toda essa agitação da esquerda, um breve recuo no tempo é necessário. De acordo com Marcelo Ridenti¹¹, alguns partidos e movimentos de esquerda atuavam expressivamente no cenário brasileiro nos anos de 1960. Predominava o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que embora ilegal, viveu seu apogeu naquele período, quando contou com muitas adesões e suas idéias influenciaram a luta política e sindical, e até mesmo as diretrizes do próprio governo federal, de João Goulart.

Outras duas correntes surgiram no princípio da década de 1960, com certa força, como alternativas a política predominante do PCB no seio das esquerdas: a AP (Ação

¹⁰ VILLA, Marco Antônio. **Sociedade e história do Brasil: a ditadura militar**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001. p.17.

¹¹ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 1993. p. 25.

Popular) e a POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária). Esta última contestava as idéias reformistas e pacíficas do PCB, propondo a luta armada revolucionária pelo socialismo. A AP surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil. Defendia a criação de uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana.¹²

Havia outros pequenos grupos de esquerda atuantes em 1964, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Operário Revolucionário-Trotskyista (PORT). Além disso, é preciso destacar a presença da Ligas Camponesas e de Leonel Brizola, que era o principal expoente das forças ditas nacionalistas de esquerda.

Como podemos observar os opositores existiam antes mesmo do golpe de 1964. Mas, com os generais no poder, as prisões, torturas e exílios políticos passam a ser constante. Muitos são obrigados a deixarem o país, como Leonel Brizola, outros entram para a clandestinidade e optam pela luta armada, como o PC do B.

O PCB (Partido Comunista Brasileiro), surpreendido pelo golpe militar de 1964, sofreu duramente com a repressão. E padece novo abalo quando houve uma luta interna que resultou no surgimento de inúmeros grupos dissidentes.¹³ As divergências deram-se em torno, principalmente, dos erros e causas da derrota de 1964 e a respeito da questão da luta armada que vinha sendo impulsionada em vários países da América Latina. Com a cisão no PCB, surgiu a ALN (Ação Libertadora Nacional), em 1967, entre outras dissidências. Carlos Marighella foi um dos principais fundadores e dirigentes dessa dissidência de esquerda, em que a luta armada e a guerrilha formavam os principais instrumentos de resistência ao regime ditatorial.

Na presente dissertação pretende-se estabelecer uma reflexão sobre as ações e intervenções da ALN divulgadas na mídia escrita, de modo a estabelecer as diferentes

¹² RIDENTI, 1993, p. 26.

¹³ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. **Brasil: nunca mais: um relato para a história.** Prefácio de Dom Evaristo Arns. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. p. 89.

visões de três grandes veículos de imprensa – *O Globo*, *O Jornal do Brasil* e *A Veja* – a respeito dessa organização guerrilheira.

Hoje, a idéia de revolução é uma idéia em descenso e, talvez, seja difícil entender a opção pela luta armada dos jovens que militaram nos diversos partidos políticos dos anos de 1970. Contudo, naquela época, a crença em movimentos revolucionários que levassem ao socialismo encontrava referências reais nos movimentos guerrilheiros que floresciam no continente, como na Bolívia, Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina e Peru.¹⁴

E para compreendermos melhor a opção pela luta armada e analisarmos as dissidências que surgiram é necessário recorreremos aos autores que pesquisaram o período ou que viveram a época e se proporam a contar a sua história. Mas, a produção de “histórias” sobre os movimentos de esquerda brasileiros nos anos 60 é relativamente considerável. O que pretendemos, sem exaurir o assunto, é relacionar algumas versões emblemáticas, que podem nos ajudar a entender melhor o assunto. E nas últimas décadas, produziu-se uma rica bibliografia sobre o período militar, e os ensaios memorialistas tiveram, sem dúvida, lugar de destaque.

A memória de esquerda foi de grande impacto editorial, sobretudo dos militantes que experimentaram os desacertos da luta armada e, derrotados, compuseram pungente narrativa sobre a tortura, e as ações dos guerrilheiros. Podemos destacar, entre outros autores, Daniel Aarão Reis Filho e Fernando Gabeira, que participaram da luta armada e ao narrarem as suas histórias o romantismo revolucionário é característica marcante. Utopias, desejos estão presentes nas páginas do livro, em *O que é isso companheiro?* de Gabeira, por exemplo, há meninos alucinados dentro de uma grande aventura.

Uma outra visão da luta armada nos é fornecida, especialmente, por Jacob Gorender, que apesar de ter participado da guerrilha, nos propôs em seu célebre livro *Combate nas Trevas*, uma compreensão um pouco diferente. Em seu livro não há meninos

¹⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 81.

rebeldes, há projetos revolucionários, há resistência, mas também aparece o isolamento dos que foram liquidados pelo aparelho repressivo. Este autor que tinha atração pelas idéias cubanas, e o foquismo em particular, partia do pressuposto de que as condições objetivas estavam prontas para o desencadeamento do processo revolucionário nos países da América Latina e que, portanto, conforme os ensinamentos marxistas faltariam apenas às condições subjetivas. Estas, por sua vez, poderiam ser criadas pela ação dos guerrilheiros.

Além disso, Gorender subordinava o fator político ao fator militar, fazia uma crítica ácida ao burocratismo e à corrupção que tomara conta de muitos partidos comunistas latino-americanos e propunha que o foco guerrilheiro se responsabilizaria pelo início da luta, surgindo a partir dele o embrião do partido revolucionário. É de se destacar ainda que o prestígio mundial do guevarismo e do maoísmo nos anos 60, também inspirou o referido autor.

Uma outra corrente historiográfica bastante difundida defende que a luta armada era um equívoco e que a decisão do PCB em se colocar em oposição sem, no entanto, pegar em armas era a atitude mais correta no momento. Ou seja, a solução pacífica era tida como ideal. Nesse contexto Celso Furtado em suas publicações defendia que não era um revolucionário e procurou evitar uma saída radical para o impasse político do período. Um outro intelectual que nutria grande simpatia pelo PCB era Nelson Werneck Sodré. Historiador marxista coadunado com a perspectiva do PCB produziu uma série de estudos sobre a história e os problemas brasileiros, para o autor, libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio era uma das tarefas primordiais. Com o golpe de 1964 e a conseqüente derrota do PCB sua análise sobre o momento seria fria e direta: “a esquerdização nos isolou”.¹⁵

Toda essa produção a respeito da guerrilha no Brasil nos anos de 1970 não acrescenta muito sobre o imaginário produzido pela imprensa naquele período, é verdade, mas nos ajuda muito a compreendermos o que fora de fato a luta armada. Sobre a mídia, sabe-

¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. Entrevista. In: **O Estado de São Paulo**, Caderno Dois, 05 de Janeiro de 2003.

se que grande parte da imprensa dos tempos da ditadura teve que calar-se diante das torturas e do autoritarismo, ou estampar as fotos de dezenas de guerrilheiros nas páginas policiais, como se o assunto fosse policial e não político. Algumas obras abordam a cobertura jornalística da luta armada no Brasil entre os anos de 1965 e 1979, como o livro *As manobras da informação*, de João Batista de Abreu. Outras obras enfatizam a censura nas redações de jornais e revistas, mostrando sua face mais implacável. Apresentam ainda as apreensões de material, os bilhetes dos censores nas redações e até mesmo a presença de censores nas repartições. No entanto, as informações circulavam e formavam opiniões. Nesse sentido, interessa compreender as versões produzidas por essa imprensa vigiada e tutelada pelos órgãos de repressão de uma ditadura que durou 21 anos.

Neste contexto o objetivo geral é analisar três veículos de comunicação de grande repercussão nacional: *O Globo*, *O Jornal do Brasil* e a revista *Veja*. Pretende-se conhecer a imagem da ALN projetada por suas matérias jornalísticas, pelo uso dessas informações como reportagens. Tenciona-se avaliar a razão, principalmente, de a partir dos anos de 1970, os grandes jornais transferiram para as páginas policiais as matérias referentes à luta armada; examinar de que forma foram escritas e, sobretudo, o conteúdo das reportagens sobre a ALN; compreender os elementos que criminalizaram os atos políticos; investigar se havia algum recurso, seja do jornal ou da revista, de burlar os censores.

No que se refere à metodologia, faz-se necessário, num primeiro momento, avaliar a situação dos periódicos, ou seja, estimar número de leitores e perfil, identificar a tiragem, examinar a história dos jornais e da revista, se tinham alguma vinculação com o governo ditatorial, etc. Assim, poderemos começar a debater como parte de um segmento da imprensa brasileira descreveu os acontecimentos de 1969 a 1974, no que se refere a ALN, período do governo de Emílio Garrastazu Médici. Essa delimitação temporal específica é devida o acirramento entre governo militar e organizações clandestinas de esquerda ocorridas principalmente neste período.

O método a ser utilizado será a análise de conteúdo, baseado na obra de Laurence Bardin.¹⁶

A análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo, antes se tomada consciência de que a sua função ou o seu objetivo é a inferência. Que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, ou cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados, toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações.¹⁷

A análise de conteúdo possui duas funções, que na prática podem ou não dissociar-se: uma função heurística, em que a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”. E uma função de administração da prova. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo “para servir de prova”.¹⁸

A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Trata-se, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens. É conveniente, no entanto, precisar de imediato que em muitos casos a análise não se limita ao conteúdo. A análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados, embora possa ser também análise dos significantes.¹⁹

No caso dos jornais – O Globo, Jornal do Brasil – e a revista – Veja -, a análise realizar-se-á por meio da compreensão dos resultados num teste de associação de palavras. De forma bastante resumida, pode se dizer que, este teste de associação de palavras tem como objetivo principal à verificação da frequência com que algumas palavras aparecem nas reportagens: guerrilheiros, terroristas, subversivos, assaltantes, seqüestradores, comunistas, ditadura. Nesse sentido, os estereótipos e conotações

¹⁶ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/ Portugal: Edições 70, 2000. p.29.

¹⁷ BARDIN, 2000, p.22.

¹⁸ BARDIN, 2000. p.30.

¹⁹ BARDIN, 2000, p.34.

dados a determinado tema serão buscados como índice de avaliação e análise do caráter político das matérias jornalísticas.

Para tanto, num primeiro momento, será feita uma pré-análise, ou seja, a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, em seguida a formulação de hipóteses, dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Em seguida a exploração do material, fase longa que consiste essencialmente de operações de codificação. Também o tratamento dos resultados, e tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos dos textos, onde se permite atingir uma representação do conteúdo, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto. Já a inferência nos ajuda a obter conclusões a partir dos fatos apresentados, e por fim a interpretação.²⁰

Em relação à técnica empregada, faremos uso da análise do discurso, no esforço de ultrapassar o plano estritamente lingüístico ao considerar o sujeito produtor do discurso como estando situado num espaço social. Trata-se de descobrir as conexões que possam existir entre o exterior e o discurso, entre as relações de força e as relações de sentido, entre condições de produção e processos de produção. Como ensina Bardin:

[...] as condições de produção funcionam como um princípio de seleção-valorização sobre os elementos da língua. A partir destes elementos, elas constituem os *domínios semânticos* e as *dependências* entre estes domínios que representam a matriz do discurso analisado. Estes domínios semânticos correspondem ao sistema de ligações semânticas. Um dos fins da análise será portanto o de descobrir estes domínios e as suas relações através de uma análise ao mesmo tempo semântica, sintática e lógica.²¹

Régine Robin²² em sua obra *História e Lingüística* esclarece que, ao analisar o texto, interpretá-lo, permanecendo explicitamente ao nível lingüístico, caímos em uma armadilha. A interpretação político-ideológica é muito importante e poderá operar-se em seguida, permanecendo ao nível da análise lingüística. Analisar tudo o que compõem o

²⁰ BARDIN, 2000, p. 95.

²¹ BARDIN, 2000, p. 209.

²² ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. Tradução: Adélia Bolle. São Paulo: Editora Cultrix. p. 55.

discurso jornalístico, o texto, o título, o entre título, a foto, a localização da matéria na página, as chamadas e a escolha da própria página. A partir do entendimento de que a língua não constitui um instrumento neutro e asséptico, como bem destacou João Batista de Abreu²³, na obra *As manobras da informação*, ao contrário, o uso das palavras também para tomar partido, manipular, escamotear, revelar, denunciar, transparecer.

Conhecendo bem as fontes e aprofundando os estudos sobre o período, acreditamos ser possível avaliar de que forma O Globo, O Jornal do Brasil e a Veja descreveram as atuações da esquerda armada brasileira, aqui representada pela ALN. A partir dos arquivos desses veículos, poderemos nos reapropriar do passado para buscar discutir a imagem produzida por parte da imprensa da ação da esquerda na oposição à ditadura. Evidentemente, não se trata de um julgamento, mas da interpretação sobre o resultado do esforço jornalístico e do processo de censura na produção de certa imagem do cotidiano de uma ditadura no Brasil.

Nesse sentido, o presente trabalho evocará o conceito de representação para discutir o papel dessa mídia escrita na cobertura da atuação dos guerrilheiros. Como aporte teórico, tomaremos Roger Chartier²⁴ que apresenta a tripla definição de representação: I) primeiro as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; II) em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e “performances” simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de “estilização da vida”; III) finalmente, a “presentificação” em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. Segundo Sandra Pesavento²⁵, no que se refere à representação, a tarefa do historiador seria captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de

²³ ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

²⁴ CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol.7, n 13, 1994. p. 97-113 passim.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol.8, n 16, 1995. p. 279-290 passim.

significados que preside o que se chamaria a “representação do mundo”. Com base nessa orientação, buscaremos nas reportagens as variadas imagens produzidas ou reproduzidas no *O Globo*, no *Jornal do Brasil*, ambos são jornais cariocas e diários, e na revista *Veja*.

2 1º CAPÍTULO

2.1 BRASIL: EM TEMPOS DE DITADURA

2.1.2 O mundo entre as décadas de 1960 e 1970

Um erro em que muitas vezes se incorre ao pensar as esquerdas nos anos 1960 é tomá-las separadamente do contexto da época que as produziu e que tentaram transformar. De fato, fora daquelas circunstâncias específicas, parece um despropósito a opção de armar-se para iniciar a guerrilha, supostamente o passo para realizar a revolução brasileira.²⁶

Por isso vale a pena recordar as circunstâncias históricas daquele tempo.²⁷ Começaremos a tratar dos fatores internacionais, que como veremos a seguir, são fundamentais para se compreender as lutas e o ideário contestador nos anos 1960. Mas foram principalmente os aspectos da política nacional que marcaram as lutas das esquerdas brasileiras. Porém, num primeiro momento, analisaremos a época diante da conjuntura internacional.

Para Sader²⁸ a década de 1960 foi muito especial no século XX. Ocorreram fenômenos bem diversos, mas que de alguma forma confluíram para dar a esses anos características de uma década rebelde, libertária, antiautoritária. A Revolução Cubana, que se tornou símbolo de resistência ao domínio norte-americano, somou-se à figura de Che Guevara, como guerrilheiro capaz de lutar em qualquer lugar do mundo pela libertação dos povos, a preço de sua própria vida. A isso se somou igualmente a chamada “revolução cultural” chinesa, que se anunciava como uma radical democratização cultural e política da sociedade chinesa, num processo de caráter antiburocrático e renovador.

O contorno internacional favorecia posições radicalizadas e ligadas à luta armada. Na América Latina, o capitalismo e o imperialismo eram questionados e criticados pela intelectualidade, principalmente os de esquerda. Havia ainda a Revolução Cubana que

²⁶ RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Versões e Ficções: o seqüestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 12.

²⁷ RIDENTE, 1997, p. 12.

²⁸ SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 53.

proclamava o socialismo, oferecendo soluções aos problemas educacionais, sanitários, culturais, em meio a enormes mobilizações populares de defesa do regime revolucionário, com Fidel Castro e Che Guevara à frente.

“O mundo marcha para o socialismo”, preconizava a versão predominante até a década de 1960, faltando apenas à presença de uma vanguarda intelectual que lhes ensinasse o caminho a ser seguido. Do ponto de vista da comunicação, o sacrifício de Che Guevara, ao invés de arrefecer o fôlego das lideranças da esquerda, deu-lhes mais ânimo, pois ajudou a criar a idéia do mártir, indispensável a qualquer processo revolucionário. A luta poderia ser longa, difícil, perigosa, mas o caminho parecia estar traçado e os revolucionários tentavam se preparar, não mais para morrer heroicamente nas masmorras do poder, mas para matar em busca da vitória.²⁹

Em sua mensagem aos povos do mundo por meio da Tricontinental, Ernesto Che Guevara atacava o imperialismo norte-americano:

Realmente é preciso levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo, e que é preciso derrotá-lo em uma grande confrontação mundial. A finalidade estratégica dessa luta deve ser a destruição do imperialismo. A participação que nos cabe, a nós explorados e atrasados do mundo, é a de eliminar as bases de sustentação do imperialismo: nossos povos oprimidos, de onde se extraem capitais, matérias-primas, técnicos e operários baratos e para onde se exportam novos capitais – instrumentos de dominação – armas e todo tipo de artigos, afogando-nos em uma dependência absoluta. O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, então, a libertação real dos povos; libertação que se realizará através da luta armada, na maioria dos casos, e que terá, na América, quase que indefectivamente, a propriedade de se converter em uma revolução socialista.³⁰

A resistência vietnamita à ocupação militar norte-americana, sobretudo, contagiou as novas gerações de todo mundo, pois demonstrava como os mais fracos podiam derrotar até mesmo a maior potência militar se fossem portadores de valores morais

²⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 18.

³⁰ SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001. p. 103.

elevados. A imagem de Che Guevara ou dos guerrilheiros vietnamitas aproximavam as juventudes da Europa, dos EUA, do Brasil e de toda a América Latina, do Japão, da China, na solidariedade com os vietnamitas e na luta contra o imperialismo norte-americano.³¹

O “maio de 68” na França sintetizou toda a década. Com as imagens de Che Guevara, do líder da Revolução Chinesa, Mão Tsé-tung, de Ho Chi Minh, que encabeçou a revolução vietnamita, os jovens franceses rebelaram-se em uma nova versão das barricadas, inicialmente contra o autoritarismo do sistema educacional do país, depois contra o autoritarismo do sistema político e da ideologia francesa. Finalmente, contagiaram os operários, que iniciaram uma greve geral. Tudo sem o apoio e com a oposição do Partido Comunista, que pregava sempre métodos legais e institucionais de luta.³²

Os lemas “é proibido proibir” e “seja realista: peça o impossível” demonstraram a retomada da utopia como dimensão de transformação radical da sociedade capitalista numa sociedade libertária, solidária e humanista.³³ O exemplo do Vietnã, já citado anteriormente, traduz bem o que foi isso, pois este país catalisava a solidariedade internacional, demonstrando que mesmo um dos menores países do mundo podia resistir e derrotar a maior potência bélica da história se contasse com o apoio da população organizada e armada.

No Brasil, toda essa efervescência também foi sentida por centenas de pessoas, além disso, o sucesso da Revolução Cubana, principalmente entre os intelectuais de esquerda, reforçava a alternativa de disseminar o socialismo através da proliferação de focos guerrilheiros, preconizada por Che Guevara e Régis Debray.³⁴ Os militantes

³¹ SADER, 1995, p. 54.

³² SADER, 1995, p. 55.

³³ SADER, 1995, p. 56.

³⁴ Régis Debray, intelectual francês que teorizou o modelo cubano nos anos 60, onde se substituiu a vanguarda política por uma vanguarda militar. Este filósofo francês é quem mais consequentemente desenvolveu uma teoria de síntese doutrinária do designado modelo cubano da guerrilha. Debray escreveu diversas obras, “Revolução na Revolução”, onde se encontram as mais importantes teses de Che Guevara, e “A crítica das Armas”, onde está sintetizada toda a conjuntura social, histórica, geopolítica, estratégica e mesmo doutrinária que influenciou o processo “subversivo” desencadeado na América do Sul, entre outros títulos. Para Debray, o modelo “foquista” dos anos 60 apresenta o processo

argumentavam que a prática ensinaria o caminho e não havia mais tempo a perder com discussões que levavam a nada. E os debates ideológicos, principalmente na década de 1960, eram fortemente marcados pela polarização entre esquerda e direita. E a Guerra Fria contribuiu para esse embate.

A geração dos anos de 1960 vivia o clima de guerra fria instaurada a partir de 1945. Desde essa época, um permanente clima de hostilidade e desconfiança marcaria as relações entre norte-americanos, de um lado, e soviéticos, de outro; parecia não haver um único ponto de concordância entre eles. Só uma situação muito excepcional poderia proporcionar algum tipo de aproximação entre adversários tão ferrenhos.³⁵

Essa situação se concretizou em plena Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Apesar das divergências ideológicas existentes entre os países aliados, eles haviam unido seus esforços para derrotar um inimigo imediato, o expansionismo militar nazista. Esses mesmos países colaboraram também nos tratados que marcaram o fim do conflito e definiram as bases para uma nova ordem mundial. Para Déa Fenelon³⁶, a chamada Guerra Fria teve sua origem nesta questão, ou melhor, nas disputas de discussões e propostas sobre a forma de realizar esta divisão e na busca de compreender e explicar o significado desta partilha. Nesta maneira de ver, o conflito surgiu, ou melhor, tomou sua forma mais definida nas divergências para restabelecer o que seria o equilíbrio entre as nações européias após o termino da Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1945 a 1947.

A Guerra Fria, nome pelo qual passou a ser conhecido o grande conflito, assumiu desde logo seu caráter predominante ideológico e de aniquilação mútua. Uma luta que, em última instância, já vinha sendo travada desde 1917 entre o capitalismo e

revolucionário como duas linhas de atividade, desenvolvendo-se lado-a-lado nas cidades e na montanha. A primeira de predominância política, a segunda de predominância militar, reencontrando-se ambas por fim na insurreição generalizada. Cf. DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s/d. DEBRAY, Régis. **A crítica das armas**. 2º Edição. Lisboa: Seara Nova, 1977.

³⁵ DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. **Guerra Fria: A era do medo**. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 05.

³⁶ FENELON, Déa Ribeiro. **A Guerra Fria**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1983, p. 39.

socialismo, mas que agora jogaria a humanidade à beira do abismo nuclear e a dividiria em relação a todos os grandes temas de sua existência moral e social.³⁷

As divergências entre os blocos socialista e capitalista foram aumentando de forma considerável à medida que os interesses dos dois lados entravam em choque. As tensões, ao longo de várias décadas, assumiram muitas vezes contornos dramáticos e difundiram o pânico de uma guerra nuclear envolvendo os EUA e a URSS, as duas maiores potências do pós-guerra.

Mas, apesar do temor, o embate direto entre os dois países nunca chegou a ocorrer. Quando se enfrentaram, sempre foi de forma indireta, por meio de seus aliados. Entre os momentos críticos da Guerra Fria, podemos apontar a disputa por Berlim, a Guerra da Coreia, a crise dos mísseis em Cuba e a Guerra do Vietnã.

Como não poderia deixar de ser, a linguagem truculenta da Guerra Fria impregnaria o discurso político nos países da América Latina, dependentes dos EUA, e definiria, em grande medida, suas situações internas. Entre os militares latino-americanos, que começaram a enviar oficiais para cursos e treinamentos não só para a América, mas principalmente para uma famosa escola militar norte-americana criada em 1946 na Zona do Canal do Panamá, afirmou-se a crença de que era impossível uma postura neutra entre os dois gigantes, tornando-se necessário um total alinhamento ao lado dos EUA.

Assim, reforçaram-se as antigas posições anticomunistas que freqüentemente se identificaram com o conservadorismo puro e simples. As intervenções armadas e golpes militares depois de 1948 viriam impregnados da doutrina anticomunista, contribuindo para a liquidação dos regimes populistas, e apoiadas nas bênçãos das classes dirigentes latino-americanas ao capital estrangeiro.³⁸

Assim, verificamos uma das características marcantes da Guerra Fria, que se revelaram com extrema clareza na América Latina, era o ideário da luta anticomunista. Que serviu

³⁷ BARROS, Edgar Luís de. **A Guerra Fria: a aliança entre russos e americanos: as origens da guerra fria: a destruição atômica é irreversível?** São Paulo: Editora Atual. 1988, p.54.

³⁸ BARROS, 1988, p. 66.

como uma luva para que as classes dominantes latino-americanas justificassem sua presença no poder.³⁹ No Brasil com o golpe de 1964, não foi diferente.

Como mesmo afirmou Maria Lígia Prado⁴⁰, os debates ideológicos dessas décadas estavam fortemente marcados pela polarização entre esquerda e direita. No que se refere à esquerda, a estratégia de confronto que produziu textos e ações de repercussão nacional e internacional tomou como inimigo externo o imperialismo dos Estados Unidos. Nem os Corpos da Paz⁴¹ escaparam à retaliação. Já à direita, com medo da “exportação” da Revolução Cubana, o governo John Kennedy propôs a “Aliança para o Progresso”, que pretendia reparar as injustiças do capitalismo e promover o desenvolvimento para impedir que os pobres e desesperados se levantassem em armas.

Cuba é uma ilha que fica no Caribe, sobre a qual nós não conhecíamos quase nada até 1959. A partir de sua revolução socialista, Cuba tornou-se um dos países mais mencionados do mundo. Sua proximidade geográfica dos Estados Unidos, apenas há 140 quilômetros, colocava a pequena ilha caribenha no calcanhar, quase de Aquiles, da maior potência mundial do capitalismo. Só isso já bastaria para entender a importância do tema de Cuba. Afinal, o século XX foi o primeiro em que a humanidade enfrentou o dilema capitalismo/ socialismo.⁴²

Hobsbawm,⁴³ ao analisar a Revolução Cubana, descreveu que a jogada mal preparada deu certo. Em termos puramente militares, o desafio era modesto. Che Guevara, o médico argentino altamente talentoso como líder guerrilheiro, partiu para conquistar o resto de Cuba com 148 homens. Fidel venceu porque o regime de Batista era frágil, não tinha apoio real, a não ser o motivado pela conveniência e o interesse próprio, e era

³⁹ BARROS, 1998, p. 68.

⁴⁰ PRADO, Maria Lígia Coelho. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTTA, Carlos Guilherme. (Org.) **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 342.

⁴¹ Corpos da Paz eram constituídos por grupos de jovens norte-americanos que acreditavam poder ajudar a trazer o progresso e a modernidade aos países da América Latina. Ver em MOTTA, p. 343.

⁴² SADER, 2001, p.11.

⁴³ HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos – o breve século XX, 1914-1991**. 2ª edição. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 426.

liderado por um homem tornado indolente por longa corrupção. Um mau regime que poucos apoiavam fora derrubado. A vitória do exército rebelde foi genuinamente sentida pela maioria dos cubanos como um momento de libertação e infinita promessa, encarnada em seu jovem comandante. Uma vez na vida, a revolução foi sentida como uma lua-de-mel. Ainda segundo o autor, Revolução Cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta -, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era melhor: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária.

O exemplo dos guerrilheiros cubanos inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina, um continente de gente ligeira no gatilho e com gosto pela bravura desprendida, sobretudo em posturas heróicas. Após algum tempo, Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de “dois, três, muitos Vietnãs”. Imagens de Che Guevara eram carregadas como ícones por manifestantes estudantis em Paris e Tóquio, e seu rosto barbudo, inquestionavelmente másculo e de boina fez bater corações mesmo não políticos na contracultura.⁴⁴

Em suma, a imagem de guerrilheiros de pele escura em meio a uma vegetação tropical era parte essencial, talvez a principal inspiração, da radicalização do Primeiro Mundo da década de 1960. O “terceiro-mundismo”, a crença em que o mundo seria emancipado pela libertação de sua “periferia” empobrecida e agrária, explorada e forçada à dependência, sentencia Hobsbawm.⁴⁵

Nos anos de 1960 e 1970, Cuba representou uma alternativa aos outros países, porque o país havia conseguido, num curto espaço de tempo, algumas conquistas que até hoje inexistente na maior parte dos países da periferia do capitalismo; como por exemplo, o fim do analfabetismo, a extensão da educação mínima há nove anos para toda a população, a universalização do direito à saúde gratuita, com índices de esperança de

⁴⁴ HOBSBAWM, 2001, p. 430.

⁴⁵ HOBSBAWM, 2001, p. 431.

vida ao nascer e de mortalidade infantil idênticos aos países mais avançados do mundo.⁴⁶

Em janeiro de 1966, Fidel instalou no hotel Havana Libre a Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos. Nesse conclave, uma guerrilha vietcongue presenteou-o com um anel feito da fuselagem de um avião americano, derrubado no Vietnã. Era o primeiro grande encontro do esquerdismo latino-americano. Em seu discurso, Fidel proclamou:

“Se os revolucionários gastarem menos tempo e energia com teorizações e devotarem mais tempo ao trabalho prático [...] e se nós finalmente compreendermos que, mais cedo ou mais tarde, todos os povos, ou quase todos, serão obrigados a pegar em armas para se libertarem, então a hora da liberdade deste continente estará ao alcance de nossa mão”.⁴⁷

Dias depois da derrubada de Goulart, Che Guevara, em Genebra, ameaçava: “Quanto ao sucedido no Brasil, é um golpe de estado de direita. Pode-se defini-lo com um provérbio espanhol: quem semeia ventos, colhe tempestades”.(GASPARI, 2002, p. 181).

Manifestou-se, ainda, Che Guevara:

Creio na luta armada como a única solução para os povos que lutam pela liberdade. [...] Vão me chamar de aventureiro, e o sou: só que de um tipo diferente, dos que lutam para mostrar suas verdades. [...] Pode ser que esta seja a definitiva. Não a busco, mas sei que está dentro do cálculo lógico das probabilidades. Se é assim, aqui vai o último abraço.⁴⁸

Para Fidel, a aliança com o brizolismo significava a base no Brasil que lhe fora negada pelo Partido Comunista e que vira malbaratada por Francisco Julião. Ou seja, com a desarticulação das Ligas Camponesas pela ditadura, as baterias de Cuba voltaram-se para a resistência liderada por Leonel Brizola no Uruguai. E o afastava, assim, do perigo de uma monótona existência de prefeito grisalho de uma ditadura caribenha,

⁴⁶ SADER, 2001, p. 11.

⁴⁷ GASPARI, Élio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 197 e 198.

⁴⁸ GASPARI, 2002, p. 191.

fantasiado de rebelde.⁴⁹ Segundo Jorge Castañeda,⁵⁰ a importância da Revolução Cubana para a esquerda latino-americana pode ser apreciada a partir de dois fatos que hoje costumam ser ignorados. Primeiro como indicou o acadêmico e diplomata francês Alain Rouquié,⁵¹ desde que em 1956 a expedição do Granma partiu de Tuxpan, em Veracruz, foi incessante a luta armada revolucionária na América Latina. Em segundo lugar, ao longo dos anos 1960 e princípio dos 1970 e praticamente em todo o continente, foram surgindo grupos simpáticos à Revolução Cubana, com suas táticas, estratégias e teoria, que se converteram em importantes atores no cenário político de cada país. Em nenhum país latino-americano a esquerda local deixou de ser influenciada por Cuba.

Para Castañeda⁵², a cisão que a Revolução Cubana provocou na esquerda latino-americana teve importância capital na ruptura com o passado. A influência cubana, na opinião do autor, pode ser resumida em seis teses. E que passam a ser descritas a seguir. A primeira definia o caráter continental da revolução latino-americana. Embora, do ponto de vista cubano, existissem traços específicos e peculiares em cada um dos países da região, a natureza comum da situação latino-americana pesava mais. A segunda encontrava-se na natureza socialista desta revolução continental. A terceira decorria quase naturalmente das duas primeiras, configurando-se no argumento dominante da estratégia cubana nos anos 1960. A revolução continental e socialista só podia ser levada a cabo e resultar vitoriosa por meio de uma luta armada, em oposição às “vias pacíficas” tradicionais que a esquerda havia previamente defendido, sobretudo, os partidos comunistas.⁵³ O quarto postulado referia-se à liderança. Graças a atos decisivos, heróicos e exemplares, estudantes, intelectuais, profissionais liberais e professores iluminariam a consciência das massas empobrecidas e carentes de

⁴⁹ GASPARI, 2002, p. 197.

⁵⁰ CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. Tradução: Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 69.

⁵¹ ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1984.

⁵² CASTAÑEDA, 1994, p. 69.

⁵³ CASTAÑEDA, 1994, p. 71.

cidadania, que só esperavam uma vanguarda que as encaminhasse para a ação revolucionária.⁵⁴ O quinto postulado assegurava que a revolução só era possível por meio de alianças revolucionárias e, por isso, era preciso descartar a concepção comunista relativa à “burguesia nacional”, aos governos existentes e à burocracia sindical, juntamente com as expressões políticas de líderes, partidos e movimentos populistas. A expedição de Che Guevara à Bolívia foi um exemplo extremado disso. O sexto e último princípio decorria inevitavelmente dos anteriores: os partidos comunistas históricos haviam deixado de ser instrumentos revolucionários válidos.⁵⁵

Florestan Fernandes⁵⁶ descreve que a revolução comprovou que a pobreza e o subdesenvolvimento não eram obstáculos intransponíveis à mudança social revolucionária. Ficou patente que qualquer país latino-americano tinha ao alcance das mãos uma saída revolucionária para os seus dilemas, insolúveis dentro do capitalismo.

Se Fidel, Che e Raúl haviam derrotado a ditadura de Batista graças à ação militar de um grupo inicialmente minúsculo de militantes audazes, a reprodução da tentativa era possível e até inevitável, nas palavras de Castañeda. A autoridade moral e o prestígio de Fidel Castro, associados à fascinação que exercia sobre todos os militantes intelectuais ou políticos latino-americanos que visitaram Havana nos primeiros tempos da Revolução Cubana, acabaram transformando-se na “exportação” revolucionária mais importante da ilha. As armas, o treinamento, o dinheiro e o equipamento apenas serviam de adorno.

De acordo com Michel Löwy⁵⁷ havia uma espécie de ilusão na estratégia guerrilheira de que bastava simplesmente imitar os cubanos na revolução. Quase todos da América Latina fizeram isso, a própria tentativa de Che Guevara na Bolívia, foi inspirada por essa idéia. Mas a revolução só deu certo em países com estrutura social semelhante à de Cuba, como a Nicarágua, com a revolução sandinista.

⁵⁴ CASTAÑEDA, 1994, p. 71.

⁵⁵ CASTAÑEDA, 1994, p. 72.

⁵⁶ FERNANDES, Florestan. Vinte e cinco anos de castrismo: a vitória da Revolução Cubana. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 20, 1984.

⁵⁷ LÖWY, Michel. (Org.) **O Marxismo na América Latina: uma antropologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Durante anos na América Latina, sobretudo nos Estados Unidos, os conservadores atribuíram aos cubanos a inspiração de todo movimento suspeito ou de algum rumor revolucionário na região. À esquerda, por sua vez, desde os liberais norte-americanos até os marxistas-leninistas latino-americanos, minimizou a importância da ingerência cubana e sempre insistiu nas raízes autóctones da revolta e na ira de um continente cuja história justificava, de sobra, as duas coisas.⁵⁸

Segundo Jorge Castañeda,⁵⁹ a esquerda estava certa ao considerar o catalisador cubano nada mais do que isso: um fator que contribuía para que outros processos mais profundos já em andamento amadurecessem e transcendessem a si mesmos. Na América Latina, muito antes da experiência cubana, insurgências e rebeliões haviam surgido inspiradas ou não pelos marxistas ou soviéticos, e continuaria a surgir muito tempo depois do fim de tal inspiração.

Élio Gaspari⁶⁰ conclui que Fidel Castro subvertera noções tradicionais de luta política dos partidos comunistas. O mito cubano projetara-se romanticamente sobre o mundo, com as figuras comoventes, desprendidas e heróicas de Fidel e de Ernesto “Che” Guevara, o jovem aventureiro, médico argentino que se juntara aos revoltosos ainda na fase dos preparativos do desembarque. A esquerda latino-americana conseguira seus primeiros heróis vitoriosos.

O castrismo descera da Sierra Maestra, derrubara o governo, dissolvera o Exército e fuzilara o chefe da polícia. Se tudo isso fosse pouco, mandara a burguesia para Miami e sobrevivia ao desafio que lançara contra os Estados Unidos.⁶¹

Fidel sonhava com uma revolução continental que transforma-se os Andes numa Sierra Maestra. Pensava assim porque esse era seu desejo, mas também sua conveniência. Hostilizado pelo governo americano temia ser derrubado por uma invasão da ilha e acreditava que “os Estados Unidos não poderão nos atacar se o resto da América

⁵⁸ CASTAÑEDA, 1994, p.80.

⁵⁹ CASTAÑEDA, 1994, p.80.

⁶⁰ GASPARI, 2002, p. 177.

⁶¹ GASPARI, 2002, p. 177.

Latina estiver em chamas”. Esse aspecto utilitário levava-o a ter pressa. A guerrilha brasileira entrara nos seus planos antes mesmo da derrubada de Goulart.⁶²

2.1.3 O Golpe

[...] em 64 a Nação recebeu um tiro no peito. Um tiro que matou a alma nacional. [...] Os personagens que pareciam fazer parte da história natural brasileira, ou da História do Brasil como nós imaginávamos, esses personagens de repente sumiram. Ou fora do poder, ou presos, ou mortos. E em seu lugar surgiram outros que eu nunca sequer percebera existir. Atores bárbaros que eu nunca tinha visto. Idiotas que nem mereciam ser notados. De repente, eles eram mais do que donos do poder eram donos da realidade! Aí me veio à percepção clara de que o Brasil tinha mudado para sempre. [...] Havia sido cometido um assassinato político. Ali morreu um país, morreu uma liderança popular, morreu um processo. Uma derrota política de um período histórico da qual você jamais vai se recuperar nos mesmos termos. [...] Não se matam somente as pessoas, também se matam os países, os processos históricos.⁶³

Em 1º de Abril de 1964, João Goulart deixou a Presidência da República e viajou para o Rio Grande do Sul. À noite, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência – contra a constituição, pois Jango continuava no Brasil – e deu posse ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzili. Jango estava deposto.

A consequência imediata do golpe foi à formação de uma nova maioria, bastante sólida, constituída pelos partidos de direita, que exerceu um forte fascínio sobre centristas e liberais. Acreditavam em uma intervenção militar rápida, visando particularmente a uma reforma econômica, ao controle da inflação e ao fim da corrupção.⁶⁴

⁶² GASPARI, 2002, p.178.

⁶³ SOUZA, Hebert José de, o “Betinho”, apud BARROS, Edgard Luiz de. **Os Governos Militares**. São Paulo: Editora Contexto, 1991. p. 13.

⁶⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização Autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda. (Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 322.

René Armand Dreiffuss⁶⁵ advoga que os agentes do golpe de 1964 não foram as Forças Armadas ou a doutrinação isolada da Escola Superior de Guerra, havendo, pois, a necessidade de sublinhar a importância dos empresários. O autor defende a tese de que o domínio econômico do capital multinacional não encontrava uma correspondente liderança política, assim havia a necessidade na substituição do controle do tipo “populista” das classes populares por outro decididamente coercitivo.

Essa ação ideológica, entretanto, não seria suficiente para levar a uma troca de regime. Foi preciso construir uma rede de apoio dentro da Forças Armadas. Desse modo, segundo Dreiffus, o que se viu em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a culminância de um movimento civil-militar.⁶⁶

Na análise de Gláucio Ary Dillon Soares,⁶⁷ há a necessidade de uma atenção maior para o papel dos militares. Diferentemente de Dreiffus, para quem os aspectos explicativos preponderantes resultam da articulação dos empresários em torno dos Ipês,⁶⁸ tendo em vista a defesa dos interesses do capital internacional, para Soares o importante é destacar as motivações dos militares para o golpe, que se circunscreveriam em três preocupações principais: o caos administrativo e a desordem política; o perigo comunista e esquerdista em geral e os ataques à hierarquia e à disciplina militares.

Já Daniel Aarão Reis Filho⁶⁹ confirma a tese de Dreiffus, de que o golpe de 1964 veio para reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco do poder e só foi possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que se reuniu para depor Goulart, como empresários, industriais, banqueiros latifundiários, etc. Porém,

⁶⁵ DREIFFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p.486.

⁶⁶ DREIFFUS, 1981, p.104.

⁶⁷ SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; Maria Celina D' Araújo. (Org.) **21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 32.

⁶⁸ IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Tratava-se de uma organização empresarial. Ver em DREIFFUS, 1981.

⁶⁹ REIS FILHO, 1990, p. 22.

para Reis se a preparação do golpe foi de fato civil-militar, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares.

Como vimos, o golpe militar foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, vários governadores de Estados importantes (como Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo) e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como forma de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de controlar a crise econômica.⁷⁰ Crise traduzida na forte redução de investimentos, durante a década de 1960, gerando desemprego, e uma inflação que corroía os salários. Outra questão importante é que o Estado populista atingiu seu limite. Daniel Aarão Reis Filho⁷¹ afirma que se tratava de um modelo de desenvolvimento surgido no processo de transição de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial.

Ainda segundo Daniel Aarão, no início do século XX, Getúlio Vargas colocara em marcha uma proposta de conciliação de classes, hegemônico pela burguesia industrial e conduzida pelo intervencionismo estatal e pelas lideranças carismáticas. Os trabalhadores colheram benefícios, é verdade, econômicos e políticos. Todavia, galvanizados e instrumentalizados à ação deletéria das lideranças carismáticas, e à cumplicidade dos sindicalistas.⁷²

Embora tal processo colocasse os trabalhadores numa posição subserviente ao Estado, tal política implicava em um crescente compromisso com reivindicações populares. No decorrer dos anos, a República comprometeu-se com iniciativas de caráter igualitário como a reforma agrária.⁷³ Amedrontada e ameaçada em seus interesses econômicos,

⁷⁰ Disponível em: < [Http: cpdoc. fgv. com. br](http://cpdoc.fgv.com.br) >. Acesso em: 07 de junho de 2006.

⁷¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2001. p. 353.

⁷² REIS FILHO, 2001, p. 353.

⁷³ Dentre as reformas de base à reforma agrária era a mais polêmica. As reformas de base era um projeto de governo de João Goulart (1961-1964) onde se pretendia fazer reformas na estrutura da sociedade, apoiados por outros setores como a Igreja, os sindicatos, o PCB (Partido Comunista Brasileiro). O que se pretendia na verdade era a mudança do artigo 141 da Constituição que previa indenização justa e em dinheiro para os proprietários de terras em caso de desapropriação. O que o governo propunha era a indenização por meio de títulos da dívida pública. Esse amplo projeto de reforma agrária não chega a ser votado, devido o golpe. Cf. BANDEIRA, 1978. TOLEDO, 1994.

as elites urbanas e rurais, com apoio das classes médias conservadoras, voltaram-se contra o governo.

Para Hobsbawm,⁷⁴ as forças armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante: os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana.

A conspiração interna recebeu apoio dos Estados Unidos, contando com recursos financeiros, e com as pressões político-diplomáticas. O apoio aos militares dado pelo governo americano foi tão eminente que até uma operação militar, cujo nome era *Brother's Sam*, foi organizada pelos americanos no Caribe. Era composta de uma força naval que viria ao Brasil trazendo armas, munições e outros meios materiais para os golpistas, caso houvesse resistência por parte do então presidente civil.⁷⁵

Com o golpe de 1964, as Forças Armadas, como instituição, assumiram o poder. Aqui, não se teve um caudilho militar para dirigir o país como um Pinochet ou um Vidella. No Brasil, o poder foi assumido, em 1964, pelas Forças Armadas, que institucionalizaram um processo de sucessão de presidentes da República escolhidos entre os pares do alto comando, de tal maneira que não houve lugar para um caudilho militar.⁷⁶

Organizou-se o autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército e homem-forte do triunvirato. Essa junta permaneceria no poder por duas semanas.⁷⁷

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no aspecto político, como por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como

⁷⁴ HOBSBAWM, 2001, p. 429.

⁷⁵ HOBSBAWM, 2001, p.114.

⁷⁶ GORENDER, 1997, p.113.

⁷⁷ Disponível em: <Http: www.cpdoc.fgv.com.br>. Acesso em: 07 de junho de 2006.

a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum.⁷⁸

O primeiro general a assumir a presidência foi Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967), que só tomou posse dias depois do golpe, já que a Junta Militar assumiu o controle do país logo após a deposição do então presidente civil. O general era chefe do Estado - Maior do Exército e coordenador do golpe contra Jango.

O segundo general a tomar posse foi Artur da Costa e Silva (1967 – 1969), e para conter as manifestações de oposição decretou o Ato Institucional nº 5, o AI-5. Baixado no dia 13 de dezembro de 1968, o AI-5 dava poderes ao presidente de fechar o Congresso, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, cassar mandatos de parlamentares, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa, demitir funcionários públicos, e decretar estado de sítio. O ato suspendia também as garantias do poder judiciário e o *habeas corpus*⁷⁹ nos casos de crimes contra a Segurança Nacional.⁸⁰

De acordo com Maria de Aquino⁸¹ até 1969 há uma intensa movimentação social, seja de políticos vinculados ao regime anterior, seja de ações estudantis ou sindicais, que só sofreram intenso revés no início de 1969 com a recém-publicação do AI-5. Podemos dizer que esse é o momento da estruturação do regime militar, o que é comprovado pela observação do próprio aparato repressivo, pois nesses anos seus órgãos ainda estão sendo concebidos e postos em funcionamento (é importante lembrarmos que a criação dos CODI-DOIs ocorreu em 1970).

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral e teve de afastar-se do cargo. Seu substituto era o vice-presidente Pedro Aleixo, político civil mineiro. Mas este manifestou a intenção de reabrir o Congresso e reformular as medidas criadas pelos

⁷⁸ Disponível em: <Http: www.cpdoc.fgv.com.br>. Acesso em: 07 de junho de 2006.

⁷⁹ O termo jurídico, citado em latim, habeas-corpus significa “que tenhas teu corpo”; e expressa o direito que o cidadão tem de não ser preso por mais de vinte e quatro horas, exceto por flagrante delito ou mandado judicial.

⁸⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p. 131.

⁸¹ AQUINO, Maria Aparecida de. et. al (Org.) **Em busca do crime político: família 50**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 83.

atos institucionais. Foi, então, impedido de assumir a presidência pelos ministros militares, que criaram uma junta provisória para assumir o poder.

Só em outubro de 1969, duzentos e quarenta oficiais-generais indicaram para presidente o general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), um dos órgãos de espionagem interna do governo. Sua nomeação já era dada como certa, é a “marcação” (quando o sujeito está marcado para entrar neste seletor grupo político), expressão utilizada por Bourdieu.⁸² Tal palavra, não poderia ser mais evidente na escolha do terceiro presidente militar.

2.2 Os Anos Médici

O general Médici era virtualmente desconhecido do público quando assumiu a presidência. Era apenas um soldado profissional, que se opôs categoricamente à escolha de seu nome para a chefia do governo e que só cedeu por razões de dever militar. Tornou-se presidente, não porque os seus eleitores militares achassem que ele tinha a visão ou os conhecimentos de que um presidente precisava, mas porque era o único general de quatro estrelas que podia impedir o aprofundamento da divisão que lavrava o Exército.⁸³

Médici fora chefe do Estado Maior de Costa e Silva no fim dos anos 1960. No governo Castelo Branco serviu como adido militar em Washington. Parlamentares que o conheceram nessa época descreveram-no como homem acessível e sempre interessado no diálogo político. Em 1969, após receber sua quarta estrela, Médici foi nomeado comandante do Terceiro Exército do Rio Grande do Sul, de onde saiu para ocupar a presidência. Um dos primeiros convertidos à conspiração contra Goulart, Médici apoiava a linha dura.⁸⁴

O general começou seu governo em circunstâncias muito diferentes daquelas dos seus dois antecessores. Chegou ao governo em momento, pode-se dizer mais sombrio. Dez meses antes uma onda de repressão avassalara o país, já que o ano de 1968 fora de

⁸² BOURDIEU, 2002, p. 179.

⁸³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução: Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Editora: Paz e Terra, 1988. p. 211.

⁸⁴ SKIDMORE, 1988, p. 212.

turbulências e de grandes protestos por parte dos estudantes e sindicatos. Em contrapartida, o governo militar revidou com ameaças, prisões arbitrárias e muita violência. E agora o consenso militar exigia que a repressão continuasse.⁸⁵ A linha dura tinha as rédias nas mãos.

Em seu governo não houve marchas estudantis, piquetes de trabalhadores em greve, nem comícios, ou pelo menos, nada que o grande público pudesse ver ou saber. A repressão e a censura do governo eram a razão principal. Os estudantes, por exemplo, uns dos principais focos de oposição em 1968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e torturas para muitos.

Ainda utilizando a análise de Thomas Skidmore, podemos afirmar que a oposição legal, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), ficou de pés e mãos atados. As mordidas da repressão foram tão apertadas que Médici não precisou fazer uma só cassação. A igreja Católica tornou-se a única instituição capaz de enfrentar o governo e sobreviver. Mas mesmo dentro dela havia divisões, o que a impediu, às vezes, de defender membros do clero dos horrores da tortura.

No que se refere à economia, o seu rápido desenvolvimento levou ao paraíso os brasileiros situados no vértice da pirâmide salarial, como os tecnocratas e administradores de empresas. A tirada de Médici de que o destino do Brasil era se tornar potência mundial tocou sensivelmente no íntimo de alguns brasileiros eufóricos com o aumento cada vez maior de suas rendas. Por isso, muitos deles alistaram-se na defesa do regime.

Ao mesmo tempo, contudo, milhões de brasileiros não sentiram qualquer melhoria em sua condição de vida. Os que viviam no campo não tinham a condição necessária de se organizar por causa do rigoroso controle exercido conjuntamente pelo governo e os grandes proprietários de terras. Os da cidade nada podiam fazer por se acharem acuados pela repressão governamental.

Assim, visto em conjunto, até que o governo de Médici estava se saindo bem. O crescimento econômico acelerado funcionava, a propaganda governamental tinha êxito,

⁸⁵ SKIDMORE, 1988, p. 214.

a repressão estava em plena atividade. A censura era realizada com precisão. Os militares da linha dura acreditavam que essa era a melhor maneira de manter e permanecer no poder.⁸⁶

O cerne do processo de tomada de decisões na política brasileira depois de 1964, como a opinião da oficialidade sobre certos assuntos, permaneceu oculta do público. A fim de preservar a disciplina e a imagem de unidade, as divergências submergiam na posição final adotada pelo comando superior.⁸⁷

O resultado foi uma eficaz aliança entre militares radicais e tecnocratas. Cada um tinha suas próprias razões para desejar um regime autoritário e ambos se precisavam mutuamente. Os militares se utilizaram da precisão dos tecnocratas para fazer a economia funcionar. Os tecnocratas necessitavam dos militares para permanecer no poder. As altas taxas de crescimento por seu turno davam legitimidade ao sistema autoritário.⁸⁸

2.2.1 A PROPAGANDA DO REGIME AUTORITÁRIO

31, 31, 31 de março.

É o dia da libertação,

Quando as Forças Armadas deste meu país

Acabaram, acabaram com a corrupção.

Salve este dia,

Salve este dia,

Vamos cantar com alegria.

⁸⁶ ALVES, 1985, p. 176.

⁸⁷ ALVES, 1985, p. 217.

⁸⁸ ALVES, 1985, p. 218.

(Cantada como a melodia jingle bells, sempre às sextas-feiras, pelos alunos da escola em Jundiaí (SP), durante cerimônia de hasteamento da bandeira nacional, no ano de 1972).⁸⁹

O novo governo transmitiu a mensagem de que o Brasil estava velozmente se transformando em potência mundial, graças aos seus 10% anuais de crescimento econômico e à intensa vigilância do governo contra os negativistas e os terroristas. Muitos brasileiros naturalmente concluíram que o aumento do poder nacional conjugado com rápido crescimento da economia era resultado do autoritarismo vigente.⁹⁰

Segundo Bourdieu,⁹¹ só aqueles com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político. Nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político. O habitus do político supõe uma preparação especial.

A ofensiva de relações públicas do Planalto era montada e executada na Assessoria Especial de Relações Públicas, (AERP), fundada em 1968 com o objetivo de criar um único centro de propaganda do governo. Mas a AERP, que não conseguira decolar no governo Costa e Silva, transformou-se na operação de relações públicas mais profissional que o Brasil já tivera. Uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidiam sobre os temas e o enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para TV e cinema, juntamente com matérias para os jornais. Certas frases de efeito davam bem a medida da filosofia que embasava a AERP: “Você constrói o Brasil!”; “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”. Oitenta por cento das propagandas exaltavam a importância do trabalho, o valor da educação e o papel construtivo das forças armadas.⁹² Aí está a ideologia do governo militar, em que o “mascaramento” da realidade se fez evidente.

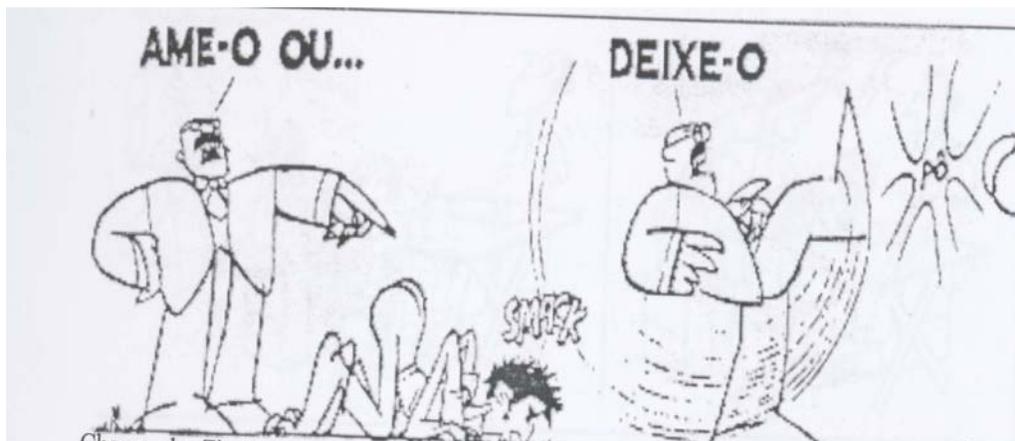
⁸⁹ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 121.

⁹⁰ BARROS, 1991, p. 54.

⁹¹ BOURDIEU, 2002, 169.

⁹² BARROS, 1991, p. 55.

O cartunista Ziraldo ao criticar, com muito humor, a propaganda do regime militar utilizou-se de uma das frases símbolo: “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”. Com a interpretação de que “deixe-o” era um recado bem claro do governo para os “desertores do milagre econômico”. Esta charge relaciona, ainda, o autoritarismo ao nacionalismo característico dos governos militares, ou seja, a palavra de ordem seguia uma diretriz de patriotismo obrigatório. Conforme podemos interpretar na charge abaixo:



Fonte: O PASQUIM (1970)

O uso da televisão em campanhas promocionais não surpreendia. Em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham TV, mas, em 1970, já chegavam a 40%.⁹³ Quando Médici assumiu o poder, o Brasil tinha 45 emissoras licenciadas. Seu governo concedeu mais vinte licenças e, nesse processo, ajudou consideravelmente o crescimento da Rede Globo. Criado por um império jornalístico conservador muito bem sucedido, a TV Globo aceitara anteriormente financiamento parcial das organizações *Time-life*. Seus críticos afirmavam que esta ascensão podia ser explicada pela defesa dos interesses oficiais por meio da programação da Rede Globo durante o governo Médici.⁹⁴

De acordo com Carlos Fico⁹⁵, a grande preocupação da AERP era a de transparecer um clima de paz, de concórdia. Isso porque para os militares, a dissensão, a discórdia,

⁹³ BARROS, 1991, p. 56.

⁹⁴ BARROS, 1991, p. 60.

⁹⁵ FICO, 1997, p. 127.

o debate público eram sintomas de fragilidade, de tensão. Eleições, especialmente, sempre foram entendidas por eles como momentos de ânimos acirrados, que interrompiam o “fluxo natural” de nossa tradição de consenso, congraçamento e solidariedade.

O tema central da AERP era a emergência do Brasil como uma sociedade dinâmica original, tendo como pano de fundo o rápido crescimento econômico. Uma das técnicas mais eficientes da AERP consistiu em associar futebol, música popular, presidente Médici e progresso brasileiro.⁹⁶ Um bom exemplo foi à campanha política que acompanhou a copa do mundo, em 1970. Médici era excelente material para tal campanha. Adorava posar de pai e era fanático por futebol. Ficou tão nervoso com o treinamento da seleção brasileira para o campeonato mundial de futebol no México, em 1970, que se queixou à comissão nacional supervisora. O técnico foi demitido imediatamente. Aconteceu a vitória do Brasil.

Ao retornar, a seleção brasileira encontrou o país em delírio. O governo decretou feriado para que o povo pudesse fazer o carnaval de recepção. Médici recebeu os jogadores no palácio presidencial e deu a cada jogador um bom prêmio em dinheiro. As fotos mostravam um Médici sorridente e feliz entre os membros da seleção e admirando a taça. Era esta exatamente a imagem de que o planalto precisava para neutralizar as críticas estrangeiras à repressão do regime internamente. Além disso, o tricampeonato de futebol serviu para que os problemas sociais e econômicos fossem esquecidos por grande parte da sociedade, com a ajuda da propaganda militar, vivia-se da ilusão criada pela vitória na Copa do Mundo. Nesta segunda charge, também do cartunista Ziraldo, a crítica é evidente sobre a situação econômica que o país atravessava:

⁹⁶ HABERT, Nadine. **A Década de 70: Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 23.



Fonte: BARROS (1991)

A equipe da AERP do governo não perdeu tempo em colher todos os dividendos possíveis da conquista do tricampeonato mundial. A popular marchinha “Pra frente Brasil”, foi oficializada e era tocada em todos os eventos públicos. Logo surgiu também uma multidão de cartazes mostrando Pelé em um salto espetacular após fazer um gol e ao seu lado o *slogan* do governo: “Ninguém Segura Mais Este País”.⁹⁷ Essa estratégia de “pão e circo” funcionou brilhantemente, para desgosto da oposição desmoralizada e fragmentada.

2.2.2 Não é Proibido Proibir

“Aniquilar o homem é tanto privá-lo de comida quanto de palavra”. A frase de Walter Benjamin tornou-se emblema da indignação contra um dos grandes males da história da humanidade a imposição de limites à liberdade de pensamento, ao cerceamento da expressão ou, em apenas uma palavra, a censura.⁹⁸ Para Nadine Habert⁹⁹, a censura,

⁹⁷ HABERT, 1992, p. 24.

⁹⁸ NOVINSKI, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.) **Minorias Silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 35.

complemento indispensável ao projeto econômico, político e ideológico da ditadura, estendeu sua ação em todas as áreas – jornais, revistas, livros, rádios, TV, filmes, teatros, músicas, ensino – sob a alegação de preservar “a segurança nacional” e “a moral da família brasileira”.

Em 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5, a legislação de imprensa sofreu um terrível abalo. O AI-5 conferiu ao Presidente da República poderes para a imposição da censura prévia sobre os meios de comunicação, bastando-lhe para tanto que julgasse tal ato necessário à defesa da revolução.

O uso permanente de instrumentos como o AI –5, e de decretos, como o de agosto de 1965 de número 56.552, que regulava a fiscalização dos serviços concedidos de radiodifusão e de sons e imagens; a lei ordinária 5.250 de 1967 que regulava a liberdade de manifestação do pensamento e da informação; e em 1968 a lei ordinária 5.536 que dispunha sobre a censura em obras teatrais e cinematográficas, além de criar o conselho superior de censura, só ampliava o alcance da censura.¹⁰⁰ Combinava-se tudo isto, a vários outros mecanismos de repressão, como a coerção e a vigilância permanente que criou um clima de terror e autocensura.

Um dos legados deixados pelo regime militar foi a autocensura, que não tem participação direta do Estado. Seu aparecimento remete ao período mais violento da ditadura, quando foi editado o Ato Institucional nº 5, que criou a censura prévia, já descrita anteriormente, praticada por censores enviados às redações. Muitos jornais optaram por acatar as ordens e não foram submetidos à censura prévia. Nesses casos, o próprio órgão de informação passou a desempenhar o papel de censor. A convivência com essa situação criou a autocensura, praticada pelos próprios donos das empresas jornalísticas.

Assim, a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os

⁹⁹ HABERT, 1992, p. 29.

¹⁰⁰ Disponível em: < www.gedm.ifcs.ufrj.br/documentos >. Acesso em: 27 jul. 2006.

diferentes grupos têm a esses instrumentos. Ou seja, para Bourdieu,¹⁰¹ o campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político. É o monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, o mercado de política, para o autor, é sem dúvida um dos menos livres que existem.

Censores da Polícia Federal estavam presentes nas redações de jornais e revistas, nas emissoras de rádio e TV. O noticiário e as novelas de TV foram maquiados com imagens pasteurizadas de “paz, prosperidade e tranqüilidade social”.¹⁰² Mas, não fora sempre assim.

Maria Aparecida de Aquino¹⁰³ explica, recorrendo ao depoimento do jornalista Hélio Fernandes que viveu intensamente esta época, que nos primeiros tempos (outubro de 1968 a aproximadamente maio de 1969) a censura ficou diretamente a cargo das Forças Armadas. Só depois dessa época, a censura se institucionalizou e passou para a alçada do Ministério da Justiça e para a atuação da Polícia Federal.

Sobre a atuação dos censores, o autor Mauricio Maia¹⁰⁴ nos revela um importante depoimento, de Coriolano Fagundes ex-censor federal:

Era um trabalho mecânico. Você tinha que ter uma vista muito boa e memória, ou então levava uma listinha com palavras que não podiam ser faladas. Por exemplo, meningite não podia em qualquer contexto. “O governo recebeu oitenta toneladas de medicamento e vai eliminar a meningite”. Pronto, está fora. Não importa o contexto, a palavra não pode sair. Era esse o critério. Nos davam uma lista de palavras. E nomes. Dom Helder Câmara, por exemplo. Então você tinha que ler a prova pela madrugada adentro, decorando aquelas palavras, decorando aqueles nomes.¹⁰⁵

¹⁰¹ BOURDIEU, 2002, p.166.

¹⁰² HABERT, 1992, p. 29.

¹⁰³ AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, 2002, p.519.

¹⁰⁴ MAIA. Mauricio. Censura, um processo de ação e reação. In: CARNEIRO, 2002, p. 490.

¹⁰⁵ FAGUNDES, Coriolano. Apud MAIA, 2002, 490.

O autor Skidmore¹⁰⁶ afirma que havia uma longa lista de palavras e assuntos proibidos e certos temas as redações recebiam as versões oficiais já prontas. A censura atingiu também a grande imprensa, como OPINIÃO (semanário de centro-esquerda), MOVIMENTO (semanário esquerdista), O ESTADO DE SÃO PAULO (diário conservador), O SÃO PAULO (semanário orientado pela arquidiocese de São Paulo), e a VEJA.

Em sinal de protesto, alguns grandes jornais e revistas utilizavam estratégias para denunciar às “tesouradas”. O jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, por exemplo, preenchia os espaços censurados com trechos do poema “Os Lusíadas”, de Camões; a revista VEJA com o logotipo da Editora Abril.

Se com a grande imprensa, mesmo conhecidamente conservadora, a censura foi ostensiva, ela foi implacável com a chamada imprensa alternativa, objeto de marcação cerrada e de permanente perseguição política. Jornais como O Pasquim e Opinião travaram um verdadeiro corpo-a-corpo com a censura, tiveram várias edições retiradas das bancas e constantes prisões de seus editores, jornalistas e colaboradores.¹⁰⁷

O Pasquim do italiano “paschino”, que significa jornal ou panfleto difamador, símbolo da resistência, foi um tablóide que, com sua irreverência, humor e anarquia, daria uma nova roupagem e linguagem ao jornalismo brasileiro, era uma forma mais coloquial à publicidade e causaria um forte abalo nos níveis da hipocrisia nacional. O seu primeiro número chegava às bancas em 26 de junho de 1969. Ninguém sabia se iria dar certo, mas deu. A tiragem inicial de 20 mil exemplares, que parecia exagerada demais, esgotou-se. O Pasquim discutia drogas, feminismo, sexo, futebol, divórcio, bossa nova, cinema e encontrou seu público nos universitários e intelectuais que procuravam uma alternativa para se manterem informados.¹⁰⁸

¹⁰⁶ SKIDMORE, 1988, p. 268.

¹⁰⁷ SKIDMORE, 1988, p. 269.

¹⁰⁸ Disponível em: <www.camara.gov.br/internet/tvcamara> Acesso em: 10 de novembro de 2006.

O jornal criado pelo cartunista Jaguar e pelos jornalistas Sérgio Cabral, Tarso de Castro e Carlos Prósperi mudou o jornalismo brasileiro. Com charges bem humoradas, as críticas aos generais passaram a fazer parte das edições do Pasquim: “Mais verde de susto que de esperança”, “Quem é vivo sempre desaparece”, “Tesoura sim, alicate não”, “Imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”. Para Jaguar, que compunha redação do Pasquim, as charges eram a única forma de passar o recado.¹⁰⁹

Tudo era controlado, vigiado, censurado. Pouca coisa escapava do crivo dos censores. Mandavam para Brasília material suficiente para fazer quatro jornais, e o que passasse seria o Pasquim que chegaria às bancas. O jeito era insinuar, entrelinhar, implicitar, afirma Ziraldo.¹¹⁰

Com o sucesso do tablóide, e depois que o jornal publicou uma sátira do célebre quadro de D. Pedro às margens do Ipiranga, os militares acabam prendendo boa parte da redação em novembro de 1970. E nada sobre a prisão dos jornalistas do Pasquim pode ser noticiado, o que fora publicado era que eles tinham pegado uma gripe. Ficaram dois meses presos. Millôr Fernandes e Henfil não foram presos e junto com outros simpatizantes e amigos conseguiram fazer com que o jornal continuasse em circulação. Depois da prisão, os anunciantes fugiram, a censura fora devastadora, corroendo a criatividade e o dinheiro.¹¹¹

Outro motivo para o fim do jornal ocorrera porque, no Brasil inteiro, cerca de metade dos pontos de venda resolveram não repassar os jornais de oposição por causa das intimidações que passaram a sofrer. Essa foi uma das razões para o Pasquim começar a afundar. A repressão e a censura agiram drasticamente dentro da redação deste bravo jornal.

¹⁰⁹ JAGUAR, Sérgio Augusto. **O Pasquim: antologia 1969-1971**. São Paulo: Ed. Desiderata, 2006. p. 44.

¹¹⁰ Disponível em: <www.camara.gov.br/internet/tvcamara> Acesso em: 10 de novembro de 2006.

¹¹¹ Disponível em: <www.camara.gov.br/internet/tvcamara> Acesso em: 10 de novembro de 2006.

Para Bernardo Kucinski¹¹², a brutalidade da censura prévia imposta sobre os jornais alternativos a partir do número oito de Opinião, em dezembro de 1972, nivelou e depois achatou padrões estéticos e de linguagem. Os jornais eram obrigados a mandar os originais para Brasília, recebendo de volta apenas pedaços para serem remontados. Criou-se uma censura de duplo padrão: um padrão totalitário imposto aos jornais alternativos, que mutilava pesadamente cada edição, e um padrão complacente para a grande imprensa, que praticamente não alterava seu modo de produção. Nesse período, de 1970 até o colapso do milagre econômico e o surgimento da política de distensão no interior do aparelho militar, em 1975, os jornais alternativos se constituíram não em meros símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência.

Nesse clima de despolitização, que atingiu seu apogeu na Copa do Mundo de 1970, e se prolongou até a de 1974, os presos políticos cumpriam suas penas ignorados pela maioria da população; remanescentes de grupos clandestinos de luta armada, isolados da sociedade, eram sistematicamente liquidados.¹¹³ A criação artística e intelectual, vista como ameaça ao regime, não ficou de fora da implacável perseguição dos militares. Dezenas de peças de teatro, filmes, músicas, livros, foram proibidos, mutilados integralmente ou parcialmente.

Diretamente perseguidos, com medo, e sem estímulos para continuar a produzir, renomados artistas e intelectuais brasileiros partiram temporariamente em exílio forçado ou voluntário. Compositores como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque de Holanda, Geraldo Vandré; também professores e cientistas como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, entre tantos outros.

Chico Buarque de Holanda, em Roma, compôs mais um samba:

¹¹² KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991. p. 54.

¹¹³ KUCINSKI, 1991, p. 44.

Hoje é você quem manda
Falou ta falado,
Não tem discussão, não.
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando p'ro chão, viu.
Apesar de você,
Amanhã há de ser outro dia.¹¹⁴

Nas escolas e universidades, junto a prisões e perseguições, foram implantados regulamentos autoritários e aulas vigiadas. Desde 1969, decretos tornaram obrigatório incluir disciplinas de educação moral e cívica em todos os níveis de ensino. O conteúdo destas matérias, oficialmente definido dentro dos marcos da ideologia da “Segurança Nacional” e influenciado pelas concepções integralistas, encobria a existência de conflitos sociais no Brasil e exaltava o culto da Pátria, da religião, das Forças Armadas, das leis e instituições vigentes.¹¹⁵

Na estrutura de um sistema o poder pode ser apresentado de forma simbólica. Bourdieu¹¹⁶ descreve o poder simbólico como um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem, dar um sentido imediato do mundo, e em particular, do mundo social. Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. Controlando a mídia, e algumas instituições da sociedade, como os estabelecimentos de ensino público, os generais pensavam que poderiam controlar o comportamento da população, frente aos

¹¹⁴ GASPARI, 2002, p. 221.

¹¹⁵ HABERT, 1992, p.30.

¹¹⁶ BOURDIEU, 2001, p. 188.

desmandos do governo militar. A curto prazo conseguiram. Mas, o “prendo” e “arrebento” não seria aceito por todos, por um período muito longo.

2.2.3 A Máquina da Repressão

[...] Sinto-me feliz todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta das greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. E como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho (Emílio Garrastazu Médici).¹¹⁷

A viabilização do projeto ditatorial implicou na montagem, desde os primeiros dias do golpe de 1964, de uma complexa e ampla máquina de repressão política. Esta máquina, eufemisticamente denominada “comunidade de informações”, era encabeçada e centralizada pelo SNI (Serviço Nacional de Informação). Envolveva, portanto, diversos organismos militares e policiais como os centros de informação das Forças Armadas, o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o CIEX (Centro de Informações do Exército), a Polícia Federal e as polícias civis e militares estaduais.

Os serviços secretos de cada um dos três ramos das Forças Armadas são identificados como E-2 (Exército), M-2 (Marinha), e A-2 (Aeronáutica). Sua missão específica é controlar o “público interno” graças aos departamentos denominados Segundas Seções. Embora devam operar internamente, os Serviços Secretos e as Segundas Seções também procedem à vigilância política e até à repressão física direta do “público externo”.

O aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional consistiu-se de três elementos distintos mais integrados: a vasta rede de informações política; órgãos e organizações

¹¹⁷ MÉDICI, Emílio Garrastazu, 1973, apud HABERT, 1992, p. 25.

diretamente responsáveis pelas ações repressivas a nível local; e os aparatos das Forças Armadas usados no controle político interno.¹¹⁸

Começaremos pelo SNI. Criado pelo general Golbery de Couto e Silva e regulamentado por decreto-lei de 13 de junho de 1964,¹¹⁹ o SNI estava ligado diretamente à Presidência, sendo que toda informação produzida por ele seria consultada exclusivamente pelo Poder Executivo. Para garantir seu eficiente funcionamento, criaram-se órgãos ligados a ele, espalhados por todo o país, que podiam ser vinculados diretamente aos Ministérios (DSIs – Divisão de Segurança e Informações) ou vinculados aos órgãos públicos em seus vários níveis do Poder Executivo (as ASIs – Assessoria de Segurança e Informações).¹²⁰

Na prática, o SNI tinha status de Ministério, sendo que seu chefe acabava exercendo mais poder que os próprios ministros, já que as DSIs (vinculadas ao ministérios) estavam subordinadas à centralização do SNI. Assim, seu poder não era garantido pela obediência hierárquica, mas pela centralização da atividade na figura do presidente. O poder do coordenador desse órgão pode ser aferido ao verificar-se que dois presidentes militares foram primeiro, chefes do SNI (General Emílio Garrastazu Médici e General João Batista Figueiredo).¹²¹

Chegamos ao papel da informação. Quais os interesses do governo em produzir informações sobre pessoas individualmente? Quais eram as pessoas consideradas “alvo de interesse”? O que seria uma informação importante para os órgãos de informação, ou seja, quais eram os critérios para a produção da informação?¹²²

¹¹⁸ ALVES, 1985, p. 172.

¹¹⁹ ALVES, 1985, p. 172.

¹²⁰ LONGHI, Carla Reis. O SNI e seus tentáculos: representação de um projeto de sociedade. In: AQUINO, 2002. p. 73.

¹²¹ LONGHI, 2002, p. 73.

¹²² LONGHI, 2002, p. 60.

Carlos Fico,¹²³ em seu livro *Como Eles Agiam* traz alguma luz a esses questionamentos:

A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro – este último “tido como comunista” – era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como “agravante” de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional.

Podem-se encontrar registros sobre os grupos mais esperados, ou seja, aqueles de antemão considerados subversivos e que já se mostravam como possíveis inimigos, tais como: políticos, daí a constância em se perseguir pessoas declaradamente comunistas, membros do PCB; grupos ou organizações de esquerda, com feições revolucionárias; grupos estudantis com perfil esquerdista ou declaradamente comunista; atividades sindicais e, por fim, o controle da atividade jornalística, em que os jornalistas eram observados individualmente em atitudes consideradas suspeitas.¹²⁴ Assim, ser considerado um inimigo possibilitava, o rastreamento de sua vida, o fichamento de suas ações, o controle de suas companhias, e como descreveu Carlos Fico¹²⁵:

Portanto, tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos. Afinal, a noção de “guerra revolucionária” ou “guerra interna” pressupunha que alguns brasileiros fossem “inimigos de guerra” do regime: ora, contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral ou psicológico. Assim, saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como informação, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para

¹²³ FICO, Carlos. **Como Eles Agiam: os subterrâneos da ditadura militar**. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Record, 2001. p. 101.

¹²⁴ LONGHI, 2002, p. 61.

¹²⁵ FICO, 2001, p. 76.

as atividades clandestinas de espionagem do sistema, que poderia – como efetivamente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o “inimigo”.

Notamos, dessa forma, que a idéia da existência do inimigo interno, vivendo-se uma situação de guerra revolucionária, visava o controle social. A crença na existência desse inimigo dava o aval para o controle das entranhas da sociedade, descortinando-a, através do registro de cada passo de seus membros, do controle de seu modo de agir e pensar, de suas companhias e contatos. Desse escrutínio nenhum setor social ou pessoa física estaria livre, pois a idéias de um projeto social abarca a sociedade como um todo e não apenas um setor. Certamente, os setores mais atuantes, em sua luta contra o regime, tornavam-se “inimigos” imediatos e óbvios, mas essa teia tendia a multiplicar-se ao abarcar, como suspeito qualquer pessoa que mantivesse algum contato, mesmo que superficial e esporádico com grupos visados.¹²⁶

A primeira organização de repressão violenta direta foi a Operações Bandeirantes (OBAN). Financiada por industriais brasileiros e multinacionais, a OBAN operou, em 1969, vinculada ao Segundo Exército, baseado em São Paulo e desenvolvia a dialética da violência.¹²⁷

Segundo Carla Reis¹²⁸, da OBAN fazia parte elementos das três forças armadas, da polícia federal, das polícias civil e militar e do governo estadual. Era inovadora, pois, não só garantia uma ação integrada entre as várias forças, como também era um órgão de ação e não apenas de produção de informação. A OBAN transformou-se num dos mais conhecidos centros de tortura do país e serviu de modelo aos DOI – CODIs (Departamento de Operações Internas – Comando de Operações de Defesa Interna).

Percival de Souza em seu livro *Autópsia do Medo* coloca que:

Quando estourou o golpe de 1964, já estava em curso na polícia, e há muito tempo, uma “cultura” diferenciada sobre o trato com homens que viviam à

¹²⁶ LONGHI, 2002, p. 65.

¹²⁷ SKIDMORE, 1988, p. 256.

¹²⁸ LONGHI, 2002, p. 76.

margem da lei: a cultura do pau. [...] No pau, arrancava-se o “serviço”, as confissões dos infelizes pendurado [sic] no pau- de- arara [...] De fato, os policiais esmeravam-se na arte de torturar, invertendo todo o processo primário de investigação. Partia-se de um averiguado, ou suspeito, para a eventual autoria de um crime. Raramente se investigava a partir de um crime para chegar ao autor, técnica desenvolvida exclusivamente na Delegacia de Homicídios.¹²⁹

Assim, a experiência na prática de tortura, a inversão da culpa no trato ao suspeito, a possibilidade de integração regional, a composição das várias forças policiais e a ação na ilegalidade tornaram a OBAN um organismo ágil e eficiente.

O primeiro CODI foi montado em São Paulo em 1970, sob as ordens do Exército regional, e em um nível abaixo ficava o DOI, a unidade operacional em nível local. Tratava-se de uma força de ataque de militares e policiais, todos em trajes civis. Os CODIs eram responsáveis pelo planejamento, pela organização e pela execução das ações de defesa interna, tendo os DOIs como seu destacamento de ação, já que esses tinham de ser acoplados a uma outra unidade fixa para dar-lhes apoio logístico. Como percebido, a função do DOI era ser uma unidade mutável e ágil, que estivesse preparada para enfrentar o inimigo; isto ocorria porque os militares entendiam que a guerrilha apresentava constantemente novas formas de atuação, e o regime deveria conseguir ser tão ágil quanto essas mudanças.¹³⁰

Para Élio Gaspari, em Ditadura Escancarada,¹³¹ seria muita ingenuidade acreditar que os generais Emílio Garrastazu Médici e Orlando Geisel criaram os DOIs sem terem percebido que a sigla se confundia com a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *doer*. Por mais de dez anos essas três letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia do regime militar.

¹²⁹ SOUZA, Percival de. **Autópsia do Medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Editora Globo, 2000. p. 29-30.

¹³⁰ LONGHI, 2002, p.78.

¹³¹ GASPARI, 2002, p. 175.

O Departamento de Polícia Federal (DPF) coordenava a repressão física em épocas de mobilização nacional pela segurança interna, e dedicava-se especialmente à censura e controle da informação. Toda a burocracia da censura estava ligada a DPF.¹³²

Havia ainda o DEOPS ou DOPS (Departamento Estadual de Ordem Pública e Social). Neste departamento detetives da polícia interrogavam suspeitos de “subversão”, e suspeitos de interromperem a “ordem e o progresso” disseminados no governo Médici.

A Polícia Militar foi criada como força independente em cada estado, com unidades de comando autônomas e responsáveis perante o governador. No Estado de Segurança Nacional, a Polícia Militar foi subordinada ao Exército.¹³³

Mais do que uma república repressiva criou-se um Estado policial.¹³⁴ Os suspeitos de não concordarem com o regime estabelecido, passavam por interrogatórios, torturas e perda de emprego. Disseminava-se, assim, na população o medo, anulava-se o cidadão, gerando, por conseqüência o pânico.

Além disso, a sociedade passava a ficar em estado de alerta quanto às suas próprias companhias, pois conscientemente ou não poderia estar em contato com alguém que estava sob suspeita para o regime.¹³⁵ Portanto, sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici, a brutalidade policial, sobre os contrários ao regime estabelecido, atingira grandes proporções. Logo, a tortura, o temor e inúmeras mortes foram às companheiras inseparáveis dos ditadores.

Mas quem eram as dezenas de pessoas que se engajaram em movimentos de combate ao regime militar? No próximo capítulo, conheceremos melhor estes homens e mulheres, que inspirados fortemente no êxito das experiências de luta armada na América Latina (Cuba), sentiam-se contagiados por slogans cubanos “para fazer a

¹³² ALVES, 1985, p.175.

¹³³ ALVES, 1985, p.176.

¹³⁴ CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1994. p.104.

¹³⁵ LONGHI, 2002, p.67.

revolução não precisa pedir licença a ninguém”. Além disso, os partidos tradicionais de esquerda, com suas reuniões intermináveis e estrutura fortemente hierarquizada, não mais cativavam aqueles moços que queriam mudar o país.

3 2º CAPÍTULO

3. UTOPIA¹³⁶ E LUTA ARMADA

3.1 Opositores Ao Regime Militar

Antes de iniciarmos uma análise sobre o que fora a esquerda armada durante o regime militar, é preciso deixar claro o porquê de uma explicação mais atenta e volumosa sobre a ALN (Ação Libertadora Nacional). Essa dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro), como mesmo já concluiu Jacob Gorender¹³⁷, foi a mais importante vinculada ao nome de Carlos Marighella e ao Câmara Ferreira. Denise Rollemberg¹³⁸ também afirmou que foi a mais expressiva organização de luta armada entre as diversas que surgiram, nos anos 1960 e 1970. Nesse contexto, para discutirmos as ações e intervenções da esquerda armada publicadas na imprensa é preciso levar em consideração que quanto maior era a sua importância e relevância, maior destaque obtinha nos meios de comunicação. Sendo assim, a ALN passa a ser o foco de nossos estudos.

Entretanto, antes de iniciarmos a interpretação do que fora a ALN conheceremos melhor as circunstâncias que originaram as divisões dentro do PCB, e quais outras dissidências surgiram durante as décadas de 1960 e 1970. Assim, poderemos conhecer melhor como ocorrera a luta travada entre governo militar e parte da esquerda no Brasil ditatorial.

¹³⁶ Utopia é o discurso de um grupo. Não é apenas um conjunto de idéias, mas uma mentalidade, uma configuração de fatores que permeia toda a gama de idéias e sentimentos. O elemento utópico é infundido em todos os setores da vida.[...] Cf. RICOEUR, Paul. **Ideologia e Utopia**. Tradução: Teresa Louro Perez. Rio de Janeiro: Edições 70, 1986. p. 452.

¹³⁷ GORENDER, 1987, p. 94.

¹³⁸ ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 44.

O governo Médici conseguira um número significativo de adeptos.¹³⁹ A hábil campanha de relações públicas sem dúvida ajudou muito. Não foi menor a contribuição do extraordinário crescimento econômico. Não foi menos importante a conquista do campeonato mundial de futebol em que o presidente empenhara o seu prestígio. Ao analisar toda essa conjuntura, conclui-se que seu governo explorou tamanha popularidade para desviar a atenção da repressão e da distribuição cruelmente desigual dos benefícios de crescimento.

Mas os opositores devem ser lembrados. O movimento estudantil bem que tentara enfrentar o governo militar, mas, após a prisão de oitocentos de seus líderes num congresso clandestino em Ibiúna, São Paulo, no final de 1968, o movimento enfraqueceu-se. Os sindicatos sofreram novas intervenções e severa repressão.¹⁴⁰ De maneira geral, portanto, os setores de oposição que preconizavam a reforma mediante resistência não violenta foram grandemente prejudicados, entrando num período de desorganização e falta de perspectivas. O governo militar impunha, por meio da força, o fracasso de todos os opositores ao regime estabelecido, seja com ameaças, prisões, ou intervenções nos órgãos contrários a política estabelecida. Era a repressão agindo.

No que se refere ao PCB, surpreendido pelo golpe militar de 1964, seus militantes foram duramente perseguidos. O partido praticamente desmantelou-se diante da repressão. Suas lideranças sindicais sentiram a força truculenta dos militares. A ditadura, contudo, colaborou de outras formas para aniquilar os comunistas. As estratégias de resistência provocaram a dissensão entre companheiros, provocando a corrosão nos quadros do partido. A luta interna resultou na divisão e no surgimento de inúmeros grupos dissidentes.¹⁴¹

¹³⁹ SKIDMORE, 1988, p. 310.

¹⁴⁰ ALVES, 1985, p. 141.

¹⁴¹ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. **Brasil nunca mais: um relato para a história.** Prefácio de Dom Evaristo Arns. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. p. 89.

Para Zuenir Ventura¹⁴² a derrota de 1964, no que se refere à esquerda, além da surpresa, desencadeara um processo de desencanto em relação à organização e ao debate político. Não havia mais tempo a perder com discussões. A prática ensinaria o caminho, como se podiam ver nos textos de Mao, no exemplo de Ho Chi Minh e, principalmente, nos ensinamentos teóricos de Guevara e Debray. Eles eram a melhor prova do poder deflagrador dos focos guerrilheiros. “O dever do revolucionário é fazer a revolução”, “para fazer a revolução não é preciso pedir licença a ninguém”, ensinavam. Até os muros de Paris sabiam: “Uma revolução não se vota, faz-se”.

Daniel Aarão¹⁴³ também advoga a tese de que a rápida vitória do golpe militar apanhou desprevenidas as organizações comunistas. A surpresa da derrota para o autor foi uma experiência dolorosa e desagregadora. Os comunistas ignoraram a imposição e começaram a se desagregar. No PCB a derrota precipitaria insatisfações latentes. Em meio à perplexidade e à desorientação, amadureceu um processo crítico. O descontentamento tornou-se oposição. Começou a nascer a corrente revolucionária.

De início essa corrente revolucionária agrupou-se em torno de dirigentes tradicionais que, aliás, haviam desempenhado papel chave na elaboração e defesa das formulações de 1958-1960: Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Teles, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira. Desde 1965, Marighella definia uma formulação própria, favorável à luta armada. Mário Alves tinha a mesma inclinação. Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender enfatizavam mais o trabalho de rearticulação do movimento social e de organização de um partido revolucionário.¹⁴⁴

Alguns desses grupos dissidentes, sob a influência principalmente da Revolução Cubana de 1959, decidiram pela luta armada, tal como a ALN (Ação Libertadora Nacional) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Dessa forma, a partir da própria documentação judicial punitiva empreendida pelo governo militar, é possível

¹⁴² VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988. p. 64.

¹⁴³ REIS FILHO, 1990, p. 46-47.

¹⁴⁴ REIS FILHO, 1990, p. 47-48.

descrever a história de várias facções encabeçadas por militantes da esquerda que não concordaram com o sistema repressivo instalado com o golpe de 1964.

Sobre esses grupos clandestinos é preciso começar dizendo que, em sua grande maioria adotavam uma orientação marxista. Quase todos resultavam de divisões, ou subdivisões ocorridas a partir de um mesmo tronco, o PCB, organização política que até o final da década de 1950 reunia praticamente todos os marxistas brasileiros.¹⁴⁵

Já na década de 1960, isso se modificou, com o surgimento de novas organizações como a ALN, MR-8, VPR. Tais grupos se diferenciavam, entre si, em torno de questões chamadas programáticas, ou seja, como cada organização enxerga a sociedade brasileira e quais mudanças políticas e sociais propõem para o país. Uma segunda diferença refere-se ao campo estratégico. Em outras palavras, qual caminho geral a ser seguido para chegar ao poder e conseguir as transformações propostas pelos militantes. Outro ponto diverso eram as táticas empregadas, que os métodos de ação e as propostas políticas de conteúdo mais imediato.

Mas a que atribuir essa fragmentação? Para Daniel Aarão Reis¹⁴⁶ essa fragmentação exprimia, em certa medida, a desmoralização, a desorganização e a dispersão que dominavam o movimento popular, contrastando com o processo de centralização e unificação pelo qual passava o poder de Estado. O autor ressalta, porém, que os aspectos políticos foram decisivos na divisão da esquerda. Em primeiro lugar, o impacto da derrota que instaurou o desencanto com a discussão e a organização política, privilegiando-se a prática, ou seja, atos e ações com efeitos imediatos. Um segundo aspecto refere-se à exaltação, pelos partidos, individualmente, de suas próprias qualidades. Todos se imaginavam depositários da missão histórica de tornar-se a vanguarda da classe operária ou das massas populares. Também houve o que o autor denominou de choque de gerações. Os velhos militantes haviam perdido seu carisma e os novos ainda estavam longe de adquirir o prestígio que os primeiros detinham antes de 1964. E ainda havia a influência das experiências revolucionárias cubana e chinesa, cujo exemplo legitimava a demolição do modelo de partido.

¹⁴⁵ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 89.

¹⁴⁶ REIS FILHO, 1990, p. 51-52.

Assim, apesar de terem como ponto comum à busca de uma sociedade socialista, com a conquista do poder pelos trabalhadores, as organizações podiam divergir entre si, por exemplo, a respeito da necessidade ou não de etapas intermediárias entre a atual sociedade e o almejado socialismo. Ou então, a respeito da necessidade, ou não, do emprego da violência para a conquista do poder político. Ou ainda acerca de questões imediatas como alianças políticas, participação em eleições, métodos de propaganda, etc.¹⁴⁷

No chamado campo da “estratégia”, quase todos os grupos baseavam-se na argumentação feita pelos marxistas a respeito da legitimidade de uma violência revolucionária dos oprimidos, quando estes lutam contra governos sustentados pela força e contra um sistema econômico-social que, segundo eles, empregava no cotidiano a violência institucionalizada da exploração do trabalho.¹⁴⁸

É importante ressaltar que, ao proporem o tipo de luta mais adequada ao momento brasileiro vivido após 1964, muitos desses partidos não defenderam o recurso imediato a métodos militares. E, pelo menos, uma das principais organizações atingidas, o PCB, deixa entrever, claramente, nos documentos apreendidos e na totalidade dos depoimentos examinados e publicados, uma estratégia de transição pacífica ao socialismo.¹⁴⁹

Daniel Aarão e Denise Rollemberg destacam que o objetivo da esquerda era a ditadura do proletariado e que a democracia era considerada um conceito burguês. Não se resistiu pela democracia, ninguém estava pensando em reconstituir sistema partidário ou reempossar João Goulart no cargo de presidente. Carlos Fico chama de ficção a idéia de resistência democrática.¹⁵⁰ Como veremos a seguir buscava-se não só derrubar a ditadura, mas também caminhar decisivamente rumo ao socialismo.

¹⁴⁷ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 90.

¹⁴⁸ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 90.

¹⁴⁹ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 90.

¹⁵⁰ Disponível em: [Http: <www.unicamp.br/unicamp/canalaberto>](http://www.unicamp.br/unicamp/canalaberto) Acesso em: 22 de Agosto de 2006.

E com a morte de Guevara nas serras da Bolívia, em 1967 e a luta do povo vietnamita, na Guerra do Vietnã converteram-se em um poderoso estímulo, evidenciando que as disparidades militares não se constituíam em derrotas certeiras para os movimentos revolucionários das esquerdas. As palavras de Che Guevara, “Um, dois, três, muitos Vietnãs”, continuavam a serem pronunciadas, não só com a certeza de que a ditadura seria derrubada, mas também de que o imperialismo seria expulso, podendo-se, enfim, construir uma sociedade mais justa.¹⁵¹

A seguir passa-se ao exame dos principais grupos de esquerda, mas com análise detalhada de apenas uma dissidência a ALN, que junto com os outros grupos foi responsável por ações guerrilheiras contra a ditadura militar, de modo a demarcar as principais estratégias desenvolvidas. Longe de esgotar o assunto, pretende-se focar os principais momentos de luta dessas organizações que repercutiram no país tornando-se objeto de divulgação da imprensa.

3.2 PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Fundado em março de 1922, durante um congresso operário promovido em Niterói, Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia.¹⁵² Seu surgimento coincide com o declínio, no movimento operário nascente no país, da influência do anarquismo, que até então ocupava lugar de destaque na inspiração das primeiras lutas populares.

Em toda a sua existência, o PCB só viveu três curtos períodos de legalidade: os dois primeiros na década de 1920 e o terceiro no final da Segunda Guerra Mundial, quando caiu a ditadura do Estado Novo.¹⁵³ O mesmo destino de vida clandestina compulsória

¹⁵¹ PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 66.

¹⁵² A Revolução Russa de 1917 é considerada o modelo clássico de revolução proletária que destruiu a ordem capitalista e burguesa lançando os fundamentos do primeiro Estado socialista da história da humanidade.

¹⁵³ GORENDER, 1987, p. 25.

haveria de marcar todas as organizações de esquerda surgidas a partir da década de 1960.

Maria Paula Nascimento Araújo¹⁵⁴ ao analisar a importância do PCB no cenário político, afirma que, entre 1945 e 1948, depois de um longo período de dura perseguição que se seguiu à Intentona Comunista de 1935, o PCB se viu, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, num contexto de inusitada legalidade. Com a redemocratização, o PCB transformou-se num partido de massas com duzentos mil membros. A definição de sua linha programática era, de certa forma, a mesma de 1935, ou seja, a realização de uma revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista. O que mudava era a adoção de uma linha pacífica para a realização dessa tarefa. Entre 1948 e 1954, devido à cassação do registro do PCB, seguida da invalidação do mandato de seus parlamentares, acabava por interromper todo um processo, abrindo para o partido uma nova fase, muito diferente, marcada pela clandestinidade, pelo isolamento. Isto ocorrera devido à posição assumida diante do governo Vargas, visto como governo de traição nacional.

Ainda segundo a Maria Paula Araújo,¹⁵⁵ entre 1954 e 1958, após o suicídio de Vargas, o PCB buscou recuperar-se como partido buscando uma inserção na sociedade. Engajou-se na campanha eleitoral e participou da candidatura de Juscelino Kubitschek. Mas essa fase também foi marcada por uma crise interna agravada pela divulgação do relatório Khrushchev,¹⁵⁶ que denunciava os crimes de Stalin. A partir daí, a tensão entre os dois blocos se acirra: numa ponta os que recusavam o isolamento político e rejeitavam a luta armada. Na outra, os líderes fiéis ao Stalin e que insistiam na necessidade de um preparo militar dos quadros e defendiam a luta armada.¹⁵⁷ Em consequência dessas posições, ocorreu a primeira cisão no partido.

¹⁵⁴ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 74 -75.

¹⁵⁵ ARAÚJO, 2000, p. 77.

¹⁵⁶ Nikita Khrushchev, em 1956, era então o secretário geral do Partido Comunista na extinta União Soviética.

¹⁵⁷ ARAÚJO, 2000, p. 77.

A primeira divisão expressiva nas fileiras do PCB, que resultou em duas forças partidárias com linha claramente diferenciada, o PCB e o PC do B, consumou-se em 1962. A maioria do PCB alinhou-se com as idéias de Khrushchev, formuladas a partir de 1956 no Congresso do Partido Comunista Soviético. Tratavam-se da crítica ao Stalin, defesa da concorrência pacífica entre os blocos socialista e capitalista e crença na transição pacífica ao socialismo.¹⁵⁸ Porém um grupo de dirigentes importantes dentro do PCB formou um núcleo discordante originando assim o PC do B, que permanecem fiéis à orientação da época stalinista. Portanto, a opção pela luta armada se inicia entre a esquerda antes do golpe.

Ao longo de sua história, o PCB defendeu um programa de transformações tendentes a desenvolver um capitalismo nacional, visto como pressuposto para futuras lutas em direção ao socialismo. Para tanto, seria necessário construir uma aliança entre operários, camponeses e a burguesia nacional, em contraposição ao chamado “imperialismo” e seus aliados latifundiários.¹⁵⁹

Surpreendido pelo golpe militar em abril de 1964, o PCB sofreu duramente com a repressão. Foi praticamente desmantelado o aparelho sindical que tinha sido estruturado ao longo de duas décadas sob sua hegemonia. Intelectuais vinculados ao partido foram perseguidos e processados em todo o país e forjavam-se, em todos os Estados, os célebres “IPMs (Inquérito Policial Militar) da subversão”.

Nesses inquéritos policiais militares atribuiu-se ao PCB a responsabilidade por toda a agitação política e social ao governo deposto: das Forças Armadas aos governadores estaduais progressistas, do “Grupo do Onze”¹⁶⁰, propostos por Leonel Brizola, às

¹⁵⁸ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 91.

¹⁵⁹ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 92.

¹⁶⁰ Consistia na organização de grupo de onze companheiros ou comandos nacionalistas liderado por Leonel Brizola, em fins de novembro de 1963. Basicamente tinha como objetivo propagado a defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro e a mobilização no sentido de realizar imediatamente as reformas de base e a libertação do Brasil da espoliação internacional. C.f MORAES, Denis de. **À esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p.353.

manifestações estudantis lideradas pela AP (Ação Popular), da Frente Parlamentar Nacionalista às atividades das Ligas Camponesas, de Francisco Julião.¹⁶¹

A derrota de 1964 não destruiu apenas esquemas, sonhos e partidos: cortou carreiras políticas e interrompeu projetos de vida. A grande massa dos que militavam antes de 1964 ficou-se, perplexa, desorientada, desmoralizada e simplesmente retirou-se, desistiu, ao menos temporariamente. Assim, os jovens que haviam começado a militar recentemente viram-se com responsabilidade de direção. [...].¹⁶²

Segundo Maria Paula Nascimento Araújo¹⁶³ a discussão política sobre o golpe, no interior da esquerda, era quase sempre uma discussão de crítica e autocrítica. Contextualizada pela derrota, toda a discussão encontrava-se marcada, muitas vezes, por acusações mútuas de radicalismo ou de inércia. Assim, na década de 1960, parte do PCB propõe, cada vez mais claramente, uma estratégia de transição pacífica ao socialismo, causa principal das divisões que deram origem a uma constelação de organizações clandestinas.

A partir de 1966, o PCB vivenciou uma luta interna que resultou no surgimento de inúmeros grupos dissidentes. As divergências desenvolveram-se em torno do balanço sobre os erros e as causas da derrota de 1964 e a respeito da questão da luta armada que vinha sendo impulsionada em vários países da América Latina desde a Revolução Cubana, de 1959, culminando com a morte de Che Guevara, na Bolívia, em outubro de 1967.

O grupo de militantes que agia conforme os princípios tradicionais adotados pelo partido, reunido em torno de Luís Carlos Prestes, rejeitavam a luta armada e adotava uma tática de recuo político para a sobrevivência, editando o jornal “Voz Operária” e vinculando-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) para uma ação parlamentar

¹⁶¹ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 93.

¹⁶² ARAÚJO, 2000, p. 84 -85.

¹⁶³ ARAÚJO, 2000, p. 92.

legal.¹⁶⁴ Dessa forma, o PCB ficou relativamente resguardado, num primeiro momento, da repressão seletiva dirigida prioritariamente, após 1968, e, portanto no governo Médici, contra as organizações guerrilheiras formadas em decorrência do estrangulamento dos canais convencionais de oposição.

Só a partir de 1974, quando já tinha iniciado a “distenção” de Geisel¹⁶⁵ e os órgãos de segurança afirmavam ter controlado as atividades das organizações armadas e dos grupos marxistas tidos como radicais, seria lançada uma caça generalizada ao PCB. Dentre as prisões, de forte impacto político e até mesmo com repercussão nacional contra a repressão, destacam-se as mortes do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975, e a do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, ambas ocorridas nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo.¹⁶⁶

Das cisões internas sofridas pelo PCB devido à sua adesão às teses de Khrushchev contrárias à luta armada, uma das siglas surgidas foi o **PC do B (Partido Comunista do Brasil)**. Uma Conferência Nacional Extraordinária foi liderada por João Amazonas, Grabois e Pomar, em São Paulo, em fevereiro de 1962, que costuma ser apontada como o marco de nascimento do PC do B.¹⁶⁷

Na virada de 1964, o pequeno PC do B ganhou impulso expansionista. No ambiente da esquerda pós-golpe, quando o divisor de águas se tornou à questão da luta armada, o PC do B valorizou-se por ter sido a favor dela desde seu surgimento, em 1962.

Desde o primeiro momento, o PC do B dirigiu uma forte crítica ao que considerava “linha pacífica” do PCB e, aos poucos, foi sistematizado um projeto global a respeito de como deveria desenrolar-se a chamada luta revolucionária no país. Esse pensamento apareceu formulado, em janeiro de 1969, em um documento intitulado “Guerra Popular:

¹⁶⁴ GORENDER, 1985, p. 26.

¹⁶⁵ O governo Geisel pretendia promover uma lenta e segura distenção do autoritarismo, para ampliar o apoio ao regime. Não se tratava de restaurar a democracia, e sim permitir a liberalização do regime legitimando-o.

¹⁶⁶ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 97.

¹⁶⁷ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 97.

Caminho da Luta Armada no Brasil”, bastante influenciado pelo processo revolucionário vivido pelo povo chinês, entre 1927 e 1949 e pelo pensamento de Mao - Tsé – Tung.¹⁶⁸ Em outras palavras, no campo da estratégia, o PC do B considerava que a luta revolucionária teria na área rural brasileira seu mais importante palco de luta, por meio de uma guerra sustentada, desde seu início, por fortes contingentes populares, especialmente camponeses.¹⁶⁹

Quanto ao programa, o PC do B não alterava, na essência, as afirmações feitas pelo PCB em defesa de uma etapa “democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal”, como preliminar para futuras lutas pelo socialismo. E, na tática mais imediata, esse partido se distinguia do PCB por defender pontos de vista mais à esquerda, e formas de mobilizações mais radicais.¹⁷⁰ Portanto, o PC do B defendia a luta armada, seus militantes eram a favor de uma revolta mais imediata contra o governo militar.

Mas, um grupo de partidários do PC do B condenou a guerrilha urbana lançada por outros grupos a partir de 1968, considerando-a “foquismo¹⁷¹ pequeno-burguês” que desprezava a participação das “massas” na luta revolucionária. Enfrentou, por isso, uma luta interna que culminou com a formação de duas novas dissidências: a Ala Vermelha, em São Paulo e no Centro-Sul, e o PCR (Partido Comunista Revolucionário), no Nordeste. Ambos os grupos surgiram entre 1966 e 1967, descrendo dos propósitos da direção do PC do B em realmente preparar a luta armada. Essas duas dissidências manifestavam muitos outros pontos de divergência com a linha oficial do partido e assumiram uma posição política semelhante à dos grupos de guerrilha urbana.

¹⁶⁸ Mao Tsé-Tung implementou um novo governo chinês, por meio do qual é realizada uma radical reforma agrária, abolindo os privilégios feudais, tornando a educação obrigatória e cria as bases para uma rápida industrialização.

¹⁶⁹ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 98.

¹⁷⁰ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p.98.

¹⁷¹ O termo foquismo origina-se num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial. O mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do nada, a partir do zero. Cf. GORENDER, 1987, p. 81.

Desde o final de 1966, o PC do B dedicou-se à implantação de quadros partidários na região do rio Araguaia, no Sul do Pará, escolhida como área mais adequada para o surgimento de um futuro “Exército Popular”. Com a escalada repressiva desencadeada pelo Regime Militar após o AI-5, o PC do B acelerou o deslocamento de militantes para essa “área estratégica”, contando, para tanto, principalmente com lideranças estudantis obrigadas a viver na clandestinidade por força da perseguição policial.

Militantes do PC do B, alguns treinados na China, deram origem à Guerrilha do Araguaia. Eles começaram a atuar na região a partir de 1967 e, em 1970, compunham um grupo de 69 guerrilheiros. Essa organização privilegiou a guerrilha no campo, sem abandonar a urbana.¹⁷²

Para cativar o povo, os guerrilheiros marxistas costumavam freqüentar forrós e candomblés. Alguns se estabeleceram com precárias farmácias e ofereceram seus serviços médicos, inestimáveis na região, a quem precisasse. Também participaram das lutas contra os capangas dos latifundiários, afugentando os grileiros contratados para expulsar os posseiros.

O agrupamento guerrilheiro lançou um trabalho político junto à população local. O objetivo era a criação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), programa criado pelo partido para orientar e conscientizar a população de seus direitos. Em síntese um programa de vinte e sete pontos que resumia as reivindicações dos trabalhadores e camadas médias da região. O efeito prático foi insignificante.¹⁷³

Mas, enquanto a guerrilha na selva ia se fortalecendo, a urbana entrava em declínio. Em 1972, o PC do B possuía três “destacamentos” no Araguaia, cobrindo uma área de aproximadamente sete mil quilômetros quadrados. Diante de tal êxito, o Exército preparou uma grande operação de “desmonte”.¹⁷⁴

¹⁷² CHIAVENATO, 1994, p. 117.

¹⁷³ GORENDER, 1987, p. 209.

¹⁷⁴ CHIAVENATO, 1994, p. 118.

A partir de 1972, soldados da aeronáutica prenderam e torturaram posseiros da região. Queriam “dicas” sobre os “terroristas”. Na busca de informações invadiram casas e incendiaram roças e vendas. Houve casos de moradores espancados, amarrados e exibidos nas poucas aldeias, como exemplo aos que se negassem a cooperar.

Nem os padres escaparam da brutalidade. Existem inúmeros depoimentos sobre a ação militar na região. Cometiam-se atrocidades incompreensíveis contra os posseiros, e nem os índios foram poupados. Os suruí tiveram sua aldeia “desmontada”, cortada por uma estrada para tráfego dos veículos militares.¹⁷⁵

O governo Médici resolveu que a guerrilha do Araguaia não devia produzir efeitos judiciais, precisamente a fim de evitar repercussões públicas. Em conseqüência, não houve réus acusados de ter pegado em armas no Sul do Pará.¹⁷⁶ Os sobreviventes da Guerrilha do Araguaia em sua maioria deixaram o país, os mortos foram ignorados, já que legalmente nunca existiram, assim, seus corpos perderam-se na selva.

O PC do B, logo após a derrota da Guerrilha do Araguaia, viu seus principais dirigentes sendo presos, torturados, e mortos pelo aparelho repressivo, especialmente, montado para reprimir e eliminar todos aqueles que se opusessem ao regime militar ditatorial implantado em 1964.

Uma outra dissidência surgida fora o **PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)**. Suas origens remontam aos primeiros tempos após 1964, quando seu principal dirigente, Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na executiva do PCB, começou a se opor às posições de Luís Carlos Prestes no Comitê Central, formando uma “Corrente Revolucionária” com força no Rio de Janeiro e no Nordeste. Mas a constituição formal do PCBR deu-se apenas em abril de 1968, no Rio de Janeiro.¹⁷⁷

¹⁷⁵ CHIAVENATO, 1994, p. 119.

¹⁷⁶ GORENDER, 1987, p. 211.

¹⁷⁷ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 95.

A reunião fundadora, denominada de Primeira Conferência Nacional, se prolongou por três dias. Aprovou o Programa e deu o nome de batismo da nova organização.¹⁷⁸ Tão grande era o congestionamento de siglas na esquerda que se resolveu aproveitar a velha sigla do PCB e acrescentar-lhe o adjetivo Revolucionário, do qual viria a qualificação distintiva.

O Programa baseou-se no texto redigido por Mário Alves. Partiu da caracterização do Brasil como país capitalista dependente, subordinado ao sistema imperialista mundial. Aliada aos latifundiários e associada ao capital estrangeiro, a burguesia nacional era carente de qualquer potencial revolucionário. Nessas condições, a revolução à vista não mais podia ser democrático-burguesa, devia ser popular, destinada a destruir o Estado burguês e a conquistar um governo popular revolucionário.¹⁷⁹

Dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas empobrecidas, a revolução popular conduziria a transformações profundas, tais como, a nacionalização das empresas, a reforma agrária, o controle estatal dos setores básicos da economia e a planificação do desenvolvimento econômico. Por sua natureza radical, tais transformações teriam de abrir passagem à revolução socialista.

A proposta geral do PCBR consistia na construção de um novo partido marxista, que reformulasse a linha tradicional do PCB a respeito da necessidade de aliança com a burguesia brasileira sem, no entanto, abraçar a bandeira da “Revolução Socialista” imediata, como faziam, por exemplo, os dissidentes fundadores do MR-8. Quanto à estratégia, a proposta era de uma escolha na área rural como palco mais importante da luta rumo a um “Governo Popular Revolucionário”.¹⁸⁰

No final de 1968, Mário Alves, no cargo de secretário geral do PCBR, viajou para Cuba. Obteve dos dirigentes cubanos o reconhecimento do partido e o treinamento guerrilheiro dos seus militantes, mas eles precisariam ser encaminhados por intermédio da ALN (Ação Libertadora Nacional). Ficou claro que a liderança cubana considerava a ALN como a organização preferencial no Brasil. Os resultados da viagem foram pouco

¹⁷⁸ GORENDER, 1987, p. 102.

¹⁷⁹ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 96.

¹⁸⁰ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 96.

satisfatórios. De retorno da Ilha, Mário se mostrava descontente com o atraso da preparação revolucionária do PCBR.¹⁸¹

Em divergência expressa com a teoria do foco, o PCBR afirmava que a luta armada não se dissociava das lutas de massas e tampouco excluía o potencial das aglomerações urbanas, onde também seria possível promover ações armadas. Mas o cenário primordial da luta armada devia ser o campo e sua forma principal a guerrilha rural.

Contudo, desde abril de 1969, o PCBR ocupou-se com operações armadas urbanas, essencialmente voltadas para a propaganda revolucionária. Seus dirigentes continuavam a afirmar que o importante era a guerrilha rural, o que aconteceu de fato é que a organização precisava de dinheiro para continuar na luta armada, daí as operações urbanas.

Com o acirramento da repressão, no segundo semestre de 1969, o partido foi obrigado a reforçar sua clandestinidade e lançar operações mais ousadas. Depois do primeiro assalto a banco feito pelo PCBR, no Rio de Janeiro, teve início uma série de prisões que atingiram a metade do seu comitê central, levando centenas para os porões da repressão.¹⁸²

A passagem do ano de 1969 para 1970 chegou longe de ser tranqüila para a maioria das organizações da esquerda brasileira. Deviam defender-se dos golpes cada vez mais certos da repressão policial e enfrentar a luta interna em suas fileiras, agora impelida pela própria prática da guerrilha urbana. O PCBR foi uma das organizações mais afetadas naquela passagem de ano.

O principal dirigente e secretário geral do PCBR, Mário Alves, no início de 1970 saiu três noites consecutivas para reuniões nos pontos combinados com os companheiros de partido. Mas, todas as noites, logo regressou, porque ninguém tinha aparecido ao local combinado. Ainda havia um quarto ponto marcado, porém as três falhas anteriores já serviam de alerta gritante acerca da ocorrência de prisões. Ir ao quarto encontro implicava elevadíssimo grau de temeridade. Mário, contudo, não admitiu a possibilidade

¹⁸¹ GORENDER, 1987, p. 105.

¹⁸² PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 96.

de sua ausência em reunião tão decisiva. Nem pensou em desistir. Pouco depois das cinco da tarde do dia 16 de janeiro, saiu de casa.¹⁸³

Confirmou-se o pressentimento. Escondidos no lugar combinado, os agentes do Exército imobilizaram-no e conduziram-no ao quartel. Foram horas de interrogatório e torturas, espancamentos, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos. Mário Alves foi trucidado numa seqüência de torturas que incluíram a raspagem de sua pele com uma escova de aço e o suplício medieval do empalamento, sem que até hoje o Regime Militar tenha admitido essa morte, ocorrida no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio, em janeiro de 1970.¹⁸⁴

Entre 1970 e 1972, o PCBR viveu uma rotina semelhante aos demais grupos voltados para a guerrilha urbana: a estrutura clandestina do partido exigia sucessivas operações para obtenção dos recursos financeiros, assim, seguiam-se os assaltos a bancos, os seqüestros de diplomatas, e esse ciclo de ações absorviam todas as atenções dos militantes.

No início de 1973, integrantes do último Comitê Central do PCBR daquela fase foram mortos no Rio de Janeiro, num episódio até hoje obscuro. O DOI - CODI eliminou alguns dos detidos, incendiando um carro em Jacarepaguá, sem que se saiba se aqueles militantes já estavam mortos quando o fogo foi ateado ou se ocorreu mais um macabro tipo de extermínio, praticado pelos militares.¹⁸⁵ Deu-se dessa forma, a implosão do PCBR, que se inicia com a morte de um de seus principais dirigentes, Mário Alves de Souza Vieira que, oficialmente, entrou para a lista dos “desaparecidos políticos”, que nunca teriam sido presos.

O surgimento da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) é marcado pela cisão ocorrida dentro da POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária), surgindo em 1967 o COLINA e a VPR. Algo muito comum dentro das dissidências, por não concordarem com os rumos tomados, os integrantes criavam uma nova dissidência, ou passavam a pertencerem a uma outra sigla.

¹⁸³ GORENDER, 1987, p. 180.

¹⁸⁴ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 96.

¹⁸⁵ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 97.

A VPR teve expressão bem maior que o COLINA, tendo sua imagem vinculada, desde o início, ao nome de Carlos Lamarca, capitão de Exército Brasileiro que se retirou de sua unidade em Quitaúna, Osasco, Estado de São Paulo, no início de 1969, à frente de alguns militares que levaram grande quantidade de armamentos para se incorporarem à luta de resistência ao regime.¹⁸⁶ Dissidência com grande poder de atuação na época, a ALN despontava no que se refere à notoriedade junto à imprensa, ao contrário da VPR, que ainda não conhecia as capas de jornais. Assim, como não tinham ainda tradição grupista, militantes recém chegados a VPR mantinham contatos com a organização de Marighella.

A chegada de Lamarca constituiu um novo alento ao trabalho político. Afinal, era um oficial, e mais que isso, dentre os revolucionários do 4º Regimento de Infantaria, o que tinha mais condições de ajudar a organização que acabara de ingressar, pois, como oficial, tinha mais acesso a treinamentos e cursos dentro do Exército.¹⁸⁷ O agora ex-capitão Lamarca não acreditava muito na esquerda brasileira, especialmente a que dirigia os movimentos de estudantes, e vivia à procura de uma alternativa que pudesse materializar o ideal de Che Guevara: ir para o campo, deflagrar a guerrilha e levar o povo ao poder.

Desde os primeiros momentos da clandestinidade, os revolucionários da VPR também enfrentam o problema da sobrevivência da organização. No ano de 1969, a VPR passava por uma conjuntura difícil, com uma sucessão de prisões, a partir da delação feita por Hermes Camargo Batista, o militante “Xavier”, que se converteu em ativo colaborador da repressão policial.¹⁸⁸ Mas a ele só se pode imputar uma parte das prisões em 1969. Também outros presos, diante do horror das torturas, forneceram informações de conseqüências destruidoras.

¹⁸⁶ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 43.

¹⁸⁷ JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. **Lamarca. O Capitão da Guerrilha**. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 39.

¹⁸⁸ JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack, 1987, p. 53.

Após a prisão de Onofre Pinto, um dos principais dirigentes da VPR e dadas às seguidas detenções, a direção da VPR, numa reunião restrita, mas chamada de Congresso pelos dissidentes, resolveu constituir outra direção. Mas a idéia básica permaneceu sendo a do foquismo, já descrita anteriormente. Era a forma “fundamental” de luta, o trabalho com as massas.

Devido aos inúmeros problemas de sobrevivência da VPR, seus dirigentes resolveram se unir a uma outra dissidência o COLINA, dando origem a VAR-Palmares. Porém, a VPR se recompôs posteriormente, deixando de integrar a VAR-Palmares e, em 1970, passou a organizar um campo de treinamento de guerrilheiros no Vale do Ribeira.

Ir para o campo e fazer a guerrilha converteram-se no objetivo central da nova VPR. Lamarca e os demais companheiros saíram do congresso do “racha” com essa disposição. Agora o ex-capitão era o chefe da organização.¹⁸⁹ E junto com dois outros companheiros, percorreram eles os povoados do Vale do Ribeira, em São Paulo à procura de terras.

Mas, os militares passam a persegui-los e logo foram descobertos. Lamarca e seus cinco companheiros que conseguiram romper o cerco militar no Vale do Ribeira, voltaram para São Paulo e encontraram a VPR passando por dificuldades de todo tipo. Seus principais quadros ou tinham sucumbido à repressão, ou passado para outras organizações.

Com o “fim” da Guerrilha no Vale do Ribeira, Lamarca e seus companheiros da VPR precisaram pedir a ajuda de outras Organizações para se esconderem com segurança, pois foram tantas as prisões, que era perigoso permanecer num único local mais do que quarenta e oito horas. Por isso, a VPR decidiu partir para um novo seqüestro em conjunto com a ALN, para que eles tivessem a chance de libertar seus inúmeros companheiros que estavam sendo torturados.

¹⁸⁹ JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack, 1987, p.63.

Politicamente, Lamarca, agora ex-dirigente da VPR, estava convencido que a organização era inviável, extremamente vanguardista. A teoria jamilista¹⁹⁰ negava qualquer espaço para as massas, para o povo, e não havia quaisquer possibilidades para mudanças. Ele passa a integrar o MR-8.

Lamarca deixou a VPR e passou a integrar o MR-8 por achar que apesar de fazer parte da esquerda armada, o MR-8 reservava às massas algum papel no processo revolucionário. Para ele, abria-se novamente a possibilidade de ir para o campo, fazer o foco guerrilheiro e libertar o país. Mas, de repente, a organização que Lamarca acabara de entrar começou a se desintegrar. No Rio de Janeiro a estrutura da organização é abalada pelas prisões.¹⁹¹

Outro imprevisto, a queda de um companheiro põe de sobreaviso o coordenador do MR-8, que corre e avisa Lamarca do ocorrido, sugerindo que ele fosse para outra área, antes que o companheiro falasse devido às torturas. Ele não ouviu o conselho do amigo e ficou. Em agosto começou o cerco militar ao sítio.¹⁹²

Andando a pé horas a fio, sem comer, sufocado pela asma, em plena penúria física e quase caindo de cansaço, Lamarca chegou ao município de Pintada alguns dias depois do cerco militar e procurou por um médico. O médico, após fazer um exame superficial, e ao saber que ali à sua frente estava o famoso guerrilheiro Carlos Lamarca procurado por todo o país, pediu para aguardar um pouco que já voltava. Não voltou. Em menos de meia hora a cidade foi cercada e na tentativa de fuga Lamarca e Zequinha tornaram-se presa fácil da tropa comandada pelo Coronel Cerqueira, do DOI-CODI de Salvador, sendo mortos a tiros, sem chances de defesa.

¹⁹⁰ Jamil Rodrigues, nome de guerra de Ladislau Dowbor. Produziu um trabalho teórico difundido em 1969, em que opta pelo militarismo extremado, tentando fundamentar certas teses da esquerda internacional no conhecimento escasso que possuía da realidade brasileira. A VPR adotou como documento doutrinário o trabalho teórico de Jamil, daí a teoria jamilista. C.f. GORENDER, 1987, p. 137-138.

¹⁹¹ JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack, 1987, p. 59.

¹⁹² GORENDER, 1987, p. 253.

O último grupo que cabo Anselmo ajudou a exterminar da VPR eram alguns militantes que restaram e tentavam reestruturar a organização em Pernambuco. No início de 1973, todos os seis jovens militantes foram mortos a tiros no Recife.¹⁹³ Era o fim da VPR.

A VAR – Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares) originou-se em 1º de julho de 1969 devido as afinidades políticas, como também por um esforço de sobrevivência, da dissidência COLINA (Comando de Libertação Nacional) em conjunto com a VPR.¹⁹⁴ Evitaram-se as discussões doutrinárias e chegou-se à resolução de uma fusão numa nova entidade chamada Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, em homenagem ao quilombo de maior repercussão da história da escravidão.

A direção da VAR-Palmares, antes de um Congresso realizado em 1969 pelos dirigentes, dividia-se em dois organismos centrais: o Comando de Lutas Principais (CLP), e o Comando de Lutas Secundárias (CLS). No entanto, na prática, a atenção principal se voltava para as cidades, área específica do Comando de Lutas Secundárias. O organismo de lutas principais, que ativaria o campo, logo, o foco guerrilheiro, ao contrário, não tinha nenhuma prioridade, com apenas dois dirigentes: Carlos Lamarca e Cláudio Ribeiro.

A VAR-Palmares, por sua vez, executou, antes da divisão de setembro de 1969, que levou à reconstituição da VPR, o assalto mais rendoso dentre todas as ações de guerrilha urbana voltadas para obtenção de fundos, o roubo do cofre do ex-governador paulista Adhemar de Barros.

A pista do cobiçado cofre foi fornecida pelo sobrinho de Ana Capriglione, o “bicho”, como era conhecido Gustavo Schiller na VAR-Palmares. Ana Capriglione popularizou-se por suas íntimas relações com o ex-governador Adhemar de Barros. Ela sempre teve enormes poderes no Executivo paulista. Nomeava e demitia secretário, assessores, e ficara com a famosa “caixinha do Adhemar”. Eram milhões de cruzeiros conseguidos de

¹⁹³ COSTA, Sebastião Pereira da. **Não verás nenhum país como este**. Rio de Janeiro: Record, 1992. p.251.

¹⁹⁴ GORENDER, 1987, p. 135.

diferentes formas, como o monopólio do jogo do bicho no Rio de Janeiro. Esse dinheiro era regularmente remetido para os bancos suíços.¹⁹⁵

Muito antes de a organização existir, o grupo COLINA (Comando de Libertação Nacional), liderado por Juarez de Brito, já havia começado a preparar a operação. Gustavo Schiller deu a maior parte das informações sobre a casa, reconstituindo todos os hábitos dos moradores do casarão. Meses depois, o cofre de duzentos quilos, guardado no fundo de um armário embutido, no segundo andar, havia desaparecido. A descida do cofre, sustentado por cordas, não foi perfeita. As tábuas encostadas na parede, formando uma rampa, não resistiram ao peso e se romperam fazendo barulho.¹⁹⁶

Antes do assalto, com pouco dinheiro, a VAR-Palmares não tinha podido sequer comprar uma caminhonete nova, mesmo assim, a operação não durou mais que vinte e cinco minutos. Já na segunda etapa da operação, através da fechadura, enchem o cofre de água para evitar que o dinheiro queimasse com o calor do bico de acetileno. A soma final da operação: dois milhões e quinhentos mil dólares, na época equivalente a dez milhões de cruzeiros. Parte do dinheiro fora utilizado para manter o pessoal clandestino, e a outra soma para preparar novos assaltos.

Em 1970, a VAR-Palmares enfrentou fortes discordâncias internas a respeito da linha a ser seguida naquela conjuntura de repressão crescente. No Rio de Janeiro, uma facção se desligou para constituir a DVP (Dissidência da VAR-Palmares). Entre os que permaneceram na VAR havia os que advogavam um abandono das ações armadas em benefício de um trabalho operário no meio urbano por intermédio de “União Operárias”, e os que insistiam nas atividades voltadas para a preparação da luta armada no meio rural.¹⁹⁷

A partir de 1972, a VAR-Palmares começou a viver um lento processo de desagregação, além disso, já chegara ao fim à folga financeira propiciada pelos dólares do cofre do Adhemar. Os esforços para controlar a situação eram anuladas com a

¹⁹⁵ JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack, 1987, p. 59.

¹⁹⁶ JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack, 1987, p. 59.

¹⁹⁷ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 105.

prisão e morte de dirigentes importantes como Carlos Alberto Soares Freitas, um dos fundadores do COLINA e um dos dirigentes da VAR-Palmares. É o início do fim para mais uma dissidência no governo autoritário dos militares.

Outro grupo que se consolidou na década de 1970, cujo nome lembraria a morte de Ernesto “Che” Guevara, ocorrida a oito de outubro de 1967, na Bolívia foi o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro). Era conhecido inicialmente como “DI da Guanabara”, ou seja, Dissidência da Guanabara do PCB. Outro grupo, a “DI de Niterói”, que também adotou o nome MR-8 teve vida efêmera e não chegou a elaborar uma política global por meio de documentos escritos.¹⁹⁸

A “DI da Guanabara” começou a atuar como grupo independente já em 1966, confinando-se praticamente ao meio universitário. Ao contrário da ALN, defendia a necessidade da construção de um novo partido marxista e, na crítica ao programa do PCB, indicava que o chamado “caráter da revolução” no Brasil devia ser visto como socialista e não democrático burguês ou de “libertação nacional”.

Quatro de setembro, em plena Semana da Pátria, um comando revolucionário seqüestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. No mesmo dia, chegou ao governo à mensagem dos seqüestradores. Condições para o resgate do embaixador: libertação de quinze prisioneiros políticos com transferência segura para o exterior e difusão de um manifesto nos jornais e estações de rádio e televisão de todo o país. Quarenta e oito horas para uma resposta pública, caso contrário, o justicamento de Burke Elbrick.¹⁹⁹

Por trás do seqüestro, estava a “DI da Guanabara”, já na escalada das ações armadas, pensou-se em realizar um ato de envergadura excepcional que respondesse ao anúncio do lançamento próximo da guerrilha rural da ALN. Um ano antes, em agosto de 1968, o seqüestro do embaixador norte-americano em Guatemala não teve desdobramento, porque o diplomata reagiu aos guerrilheiros e foi morto. A direção da

¹⁹⁸ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 96.

¹⁹⁹ **O QUE É ISSO COMPANHEIRO?** Direção: Bruno Barreto. Produção: Bruno Barreto e Filmes Equador. Intérpretes: Alan Arkin; Fernanda Torres; Pedro Cardoso; Cláudia Abreu; Nelson Dantas; Marco Ricca; Selton Mello e outros. Estúdio Luís Carlos Barreto Produções Cinematográficas; Filmes do Equador; Pandora Cinema; Quanta; Sony, 1997. 1 videocassete (113 min.), son., color.

Dissidência, - Daniel Aarão, Franklin Martins e Cláudio Torres -, fixou-se na idéia de tentar a mesma coisa com resultado positivo.²⁰⁰

O levantamento feito por um dos guerrilheiros revelou a fragilidade do esquema de proteção do representante da maior potência mundial. Uma operação bem executada evitaria a repetição do acontecido na Guatemala e permitiria tirar companheiros do cárcere.

Não se julgando com preparo militar suficiente para agir sozinha e apesar das diferenças doutrinárias, a Dissidência resolveu apelar à colaboração da ALN. Cláudio Torres, um dos dirigentes, viajou para São Paulo e conversou com Câmara Ferreira, dirigente da ALN, que achou magnífica a idéia.

Aspecto prático muito importante era a do aparelho onde ia ser “guardado” o embaixador. A Dissidência só dispunha da casa alugada, na qual pretendia montar uma oficina gráfica. Ali apareciam como moradores o jornalista Fernando Gabeira e o jardineiro Antônio Freitas Silva.²⁰¹ Apesar da inconveniência e na impossibilidade de providenciar um aparelho diferente com brevidade, resolveu-se utilizar a casa alugada. Decisão imprudente que deixaria seqüelas.

Um problema aparentemente banal requeria solução. A organização carioca não podia assinar o manifesto, que teve Franklin Martins como autor do projeto da redação, com a denominação de “DI da Guanabara”. Dissidência de quê?, ficaria a interrogação para o público não iniciado.²⁰²

Fazia pouco, os órgãos policiais proclamaram a completa liquidação do MR-8. Tratava-se da Dissidência estudantil de Niterói, que começou a cair em abril de 1969, após a prisão de um dos dirigentes no Paraná, em consequência do acidente com um jipe carregado de armas. O pequeno grupo tinha editado um jornal intitulado Movimento Revolucionário Oito de Outubro, como já foi descrito anteriormente, data da morte de Guevara. Talvez com o propósito de inflar o êxito repressivo, os órgãos policiais

²⁰⁰ GORENDER, 1987, p. 166.

²⁰¹ GORENDER, 1987, p. 167.

²⁰² GORENDER, 1987, p. 168.

apelidaram os cariocas guerrilheiros de MR-8, já que o significado da sigla pouco importava para os militares, era necessário extirpá-los o quanto antes.

Assim, a Dissidência da Guanabara aproveitou a dica e adotou a sigla a fim de demonstrar que a organização supostamente já eliminada continuava bem viva. O MR-8 reaparece envolvido num seqüestro cuja repercussão é internacional.

O então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, pressionou o governo brasileiro, e não houve outra alternativa a não ser aceitar as exigências feitas pelos dirigentes do MR-8. E o governo militar mesmo tendo a informação de onde se achava o embaixador norte-americano, e pondo a casa sob vigilância permanente, com as entradas e saídas sendo fotografadas, uma invasão não foi cogitada. A vida do embaixador não devia correr o menor risco.²⁰³

Assinado pela ALN e pelo MR-8, já em cinco de setembro, o manifesto foi difundido pelos principais jornais e por emissoras de rádio e televisão. Aceita a lista dos quinze presos políticos, providenciou-se seu embarque aéreo para o México.²⁰⁴

O seqüestro do embaixador dos Estados Unidos foi à primeira operação do gênero no mundo e na história da guerrilha urbana.²⁰⁵ Mas houve um preço a pagar: a intensificação da repressão ditatorial.

Os próprios seqüestradores não tardaram a serem atingidos individualmente. Virgílio foi morto numa sessão de torturas; Gabeira precisou passar imediatamente à clandestinidade e depois para o exílio; Cláudio Torres atravessou sete anos em regime penitenciário. No começo de 1970, o MR-8 se enfraqueceu com as quedas de Daniel Aarão, Cid Queirós e Vera Silva, importantes dirigentes que saíram do país banidos, trocados por outro embaixador seqüestrado.

Sobre a luta armada e sua passagem no MR-8 Fernando Gabeira descreveu:

²⁰³ PAES, 1995, p. 70.

²⁰⁴ PAES, 1995, p. 71.

²⁰⁵ GORENDER, 1987, p. 169.

Perdemos a batalha, mas ganharemos à guerra. Nada de original nisto. Mais tarde vim, a saber, que quase todos falavam isto quando as coisas apertavam. O movimento de esquerda, segundo Gramsci, utilizava o mesmo mecanismo religioso. Sofremos na terra, mas o reino dos céus será nosso. Os cristãos ainda sabem explicar como se chega ao reino dos céus. Era difícilimo, para nós, na realidade, compreender como ganharíamos à guerra perdendo todas as batalhas. O vazio da discussão política em torno de nós nos ajudou a afastar aqueles tanques da memória. Os ratos, com diz o poeta, começavam a roer o edifício, mas tínhamos tudo para achar que era um barulho normal de construção.²⁰⁶

Em 1970, prosseguiram, no Rio de Janeiro, suas operações armadas, intercalando êxitos e novas prisões de militantes.²⁰⁷ Em 1971, a desestruturação da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), fez com que um núcleo de militantes desta organização, entre eles o seu mais importante dirigente, Carlos Lamarca, pedisse ingresso no MR-8.

Mas, o fim do MR-8 não seria muito diferente das outras organizações, mesmo se erguendo, quase que precariamente, com a entrada de novos militantes e novas operações contra os militares. Sua estrutura não suportou a repressão, que veio acompanhada com as seguidas prisões, a tortura, o exílio forçado, e, sobretudo com a morte de inúmeros dissidentes. Em 1972, a estrutura orgânica do MR-8 foi desativada no país com a saída de quase todo o seu contingente para o Chile.

3.3 ALN – AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

[...] Os que eram contra a luta armada não conseguiam nos dizer claramente suas dúvidas em nossos métodos, até mesmo porque não escutávamos suas palavras mais que cinco minutos, não tínhamos tempo a perder, havia uma

²⁰⁶ GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Codecri, 1979. p. 66-68.

²⁰⁷ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 97.

revolução a ser feita, um país a mudar, um céu a tomar de assalto. Éramos jovens Quixotes inflamados pelos anos sessenta e pela sede de liberdade, pura e enganosa causa.²⁰⁸

Cisão do PCB, surgida em 1968, a ALN tem sua história intimamente ligada ao nome de Carlos Marighella, o *Menezes*²⁰⁹, antigo dirigente do partido. No final de 1966, Marighella se desligou da Comissão Executiva do PCB e viajou, em 1967, para Havana, onde participou da assembléia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que tentou articular um plano de ação revolucionária continental.

Como a guerrilha brasileira foi “desautorizada” pelo PCB, o partido enviou uma carta ao PC cubano, informando que Marighella não o representava e podia ser expulso do partido por ir a Cuba sem a sua autorização. A resposta de Marighella revela como certa militância combativa julgava o PCB:

[...] Uma direção pesada como é, com pouca ou nenhuma mobilidade, corroída pela ideologia burguesa, nada pode fazer pela revolução. Eu não posso continuar pertencendo a esta espécie de academia de Letras, cuja única função consiste em se reunir. [...] Em minha condição de comunista, à qual jamais renunciarei que não pode ser dada nem retirada pelo Comitê Central, pois o Partido Comunista e o marxismo-leninismo não têm donos e não são monopólios de ninguém, prosseguirei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo definitivamente com vocês.²¹⁰

A partir de 1967, Cuba elegeu Carlos Marighella como o principal nome da revolução no Brasil e a organização que criara, a ALN, a mais bem preparada para desencadeá-la. O apoio de Cuba nesta fase era principalmente o treinamento oferecido a guerrilheiros

²⁰⁸ PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada: memórias romanceadas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 57.

²⁰⁹ O uso de um codinome era muito comum entre os guerrilheiros, era uma forma de manter a verdadeira identidade protegida para não ser pego pela polícia política. Carlos Marighella se apresentava também com outro nome, Ernesto.

²¹⁰ MARIGHELLA, Carlos. Apud CHIAVENATO, 1994, p. 115.

brasileiros.²¹¹ No entanto, Denise Rollemberg²¹² acredita que as relações entre Cuba, Marighella e sua organização não eram sem tensões e conflitos. Se o apoio era bem recebido, não significava para Marighella o meio pelo qual o governo cubano iria intervir nos rumos da revolução brasileira.

Assim, declarou Marighella em uma entrevista sobre as suas convicções e referências:

O senhor é maoísta? Sou brasileiro. Sou o que a prática revolucionária exercida no contexto brasileiro fez de mim. Seguimos nosso próprio caminho e se chegamos a pontos de vistas semelhantes aos de Mao, Ho Chi minh, Fidel Castro, Guevara, etc., não terá sido de propósito. [...] Mas, se pode falar de inspiração, a nossa vem, sobretudo de Cuba e do Vietnã. A experiência cubana para mim, foi determinante, sobretudo no que se refere à organização de um pequeno grupo inicial de combatentes.²¹³

Marcelo Ridenti²¹⁴ nos esclarece que, no tocante a ALN, o próprio nome revela sua posição sobre o caráter da revolução brasileira: Ação Libertadora Nacional (ação autônoma de grupos revolucionários para a libertação da nação). Entretanto, a análise feita pela ALN não era idêntica à do PCB, que propunha, embora não explicitamente, a condução do processo revolucionário pela burguesia nacional. Como escrevia Marighella em 1965, quando ainda era da direção do PCB, numa autocrítica da atuação do Partido até o golpe civil-militar:

A grande falha deste caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. A liderança da burguesia nacional é sempre débil e vacilante.

²¹¹ O apoio de Cuba à luta armada foi dado a revolucionários em três momentos diferentes. Primeiro às Ligas Camponesas, no período anterior no golpe civil-militar de 1964, durante o governo institucional de João Goulart. Neste momento, traduzia-se em orientação para a implantação da guerrilha e fornecimento de armas e dinheiro para a montagem de campos de treinamento no país. Este projeto fora abortado com a queda destes campos. Em seguida, em 1965, Cuba passou a apoiar Leonel Brizola, exilado em Montevideú, com dinheiro e treinamento guerrilheiro realizado na Ilha. Brizola estava à frente do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), organização criada para agrupar militares de baixa patente expulsos das Forças Armadas e outras lideranças de movimentos sociais próximos ao ex-governador. Foram desmobilizados. A última tentativa fora com Carlos Marighella. Cf. ROLLEMBERG, 2001, p.22 a 74 passim.

²¹² ROLLEMBERG, 2001, p.47.

²¹³ Trecho da entrevista de Carlos Marighella ao semanário francês Front. In: CARONE, Edgar. **O movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 63.

²¹⁴ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993. p.31.

Ela é destinada a entrar em colapso e a capitular sempre que do confronto com os inimigos da nação surja à possibilidade da passagem do poder ao controle direto ou imediato das massas.²¹⁵

Como sabemos, Marighella tinha longa experiência como militante comunista²¹⁶ e de 1965 até quase as vésperas de sua morte, no final de 1969, Marighella conjugou o dinamismo de revolucionário prático a uma produção literária exuberante. Através dos seus escritos assinados e não-assinados, pode-se acompanhar o próprio pensamento que deu origem e forma a ALN.²¹⁷

No dia 09 de maio de 1964, Carlos Marighella é preso por agentes do DOPS no interior de um cinema, no Rio de Janeiro. (ANEXO A). A arbitrariedade do ato resultou na sua detenção por três meses e é narrado no livro *Por que resisti à prisão*, que começou a circular no segundo semestre de 1965. A publicação em livro impresso, nas condições de clandestinidade, já era uma façanha. Sua narrativa teve a intenção de oferecer um exemplo de resistência e levantar os ânimos no ambiente de frustração dos adversários do Regime Militar. Após o relato pessoal, seguiu-se a denúncia de crimes e arbitrariedades cometidos pelos novos donos do poder.²¹⁸

A crise brasileira, principal escrito de 1966, dá um passo à frente, mas ainda se conserva longe do militarismo agudo. Mais contundente, as críticas à direção do PCB investem contra as ilusões na “tradição democrática” das Forças Armadas. O que há de mais novo nesse novo escrito de Marighella é um esboço de proposta de luta de guerrilhas acopladas ao movimento camponês.²¹⁹ Já o *Manual do Guerrilheiro*

²¹⁵ MARIGHELLA, Carlos, 1965, Apud RIDENTI, 1993, p.31.

²¹⁶ Aos dezoito anos tornou-se militante do Partido Comunista. Conheceu a prisão pela primeira vez em 1932, após escrever um poema contendo críticas ao interventor Juracy Magalhães. Transferindo-se para São Paulo passou a agir em torno de dois eixos: a reorganização de revolucionários comunistas e o combate ao governo Getúlio Vargas. Voltaria ao cárcere em 1939, por onde permaneceria por seis anos seguintes. Em 1945 participou do processo de redemocratização do país e da organização do PCB na legalidade. Assim, fora eleito deputado federal pelo estado da Bahia. Com o mandato cassado Marighella retorna a clandestinidade em 1948, condição em que permaneceria por mais de duas décadas, até seu assassinato. Cf. Nova, Christiane. (Org) **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: UNESP, 1989. p. 12-91 passim.

²¹⁷ GORENDER, 1987, p. 94.

²¹⁸ GORENDER, 1987, p. 95.

²¹⁹ GORENDER, 1987, p. 96.

*Urbano*²²⁰ estava dividido em catorze capítulos, este manual trazia detalhadamente a definição de como o guerrilheiro urbano deveria agir e estar preparado para a luta armada. Tratava da preparação técnica, ou seja, de como deveria ser um bom atirador, conhecer as armas, estar organizado em pequenos grupos, dirigidos e coordenados por uma ou duas pessoas, com confiança plena, etc. Seu sucesso foi espetacular. Tornou-se o texto político brasileiro mais citado na literatura internacional da época.

Em *algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*²²¹, texto escrito em 1967 em Havana - Cuba, Marighella além de homenagear a memória de Che Guevara, descreve que a guerrilha é para defender a causa dos pobres, dos humilhados e ofendidos, dos homens e mulheres de pés descalços. É para conquistar a libertação do Brasil, expulsar o imperialismo norte-americano, aniquilar a ditadura e suas forças armadas, derrubar o seu poder e instaurar o poder do povo. Para tanto, a guerrilha seria dividida em três partes: a primeira fase seria o planejamento e a preparação; a segunda o lançamento e sobrevivência da guerrilha; e por último o crescimento e sua transformação em guerra de manobras. Só nesta fase o povo passa a conhecer o objetivo político da guerrilha.

O monopólio de terra no Brasil era vista por Marighella como causa de nosso atraso. Em um de seus escritos intitulado *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil*²²² ele descreve que de um lado acumula-se a enorme riqueza dos latifundiários capitalistas, e que de outro a miséria e a ruína de milhões de camponeses sem terra. Há nisso, segundo Marighella uma profunda contradição e ela assenta, sem dúvida, no monopólio da terra e no imperialismo, por isso a necessidade de modificações radicais na estrutura agrária.

Contudo, a guerrilha rural é declarada como uma segunda frente, ou seja, uma forma de luta complementar destinada a viabilizar a luta nas cidades. Questão fundamental de tática, já que nas cidades, a guerrilha é considerada taxativamente inviável. Em número efetivamente menor, e com a implementação do aparelho repressivo, por tanto com os

²²⁰ MARIGHELLA, Carlos. **O manual do guerrilheiro urbano e outros textos**. (Org) Adérito Lopes. 2º edição. Lisboa: Assírio & Alvim, s/d.

²²¹ MARIGHELLA, Carlos. Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil. In: **Jornal do Brasil**, 05 de setembro de 1968.

²²² MARIGHELLA, Carlos. Alguns aspectos da renda da terra no Brasil. In: MARIGHELLA, Carlos. et al. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 50.

militares agindo de forma extensiva e violenta, em que as prisões de suspeitos são diárias, fica quase impossível combater os militares nas cidades.

Ainda sobre os seus escritos redigidos em Cuba e nos que se seguem, Marighella define os princípios norteadores da ALN, sigla surgida no final de 1968 em substituição ao Agrupamento Comunista. Nestes escritos e no jornal *O Guerrilheiro*²²³ (em circulação a partir de abril de 1968), delinea-se um ideário que não se limita à cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo castro-guevarista a certos dados da experiência brasileira. Incorpora também elementos do pensamento individual do fundador da ALN.

O projeto de Marighella para a ALN também procuraria congregiar o maior número possível de forças sociais no processo revolucionário de libertação nacional, porém sob impulso de grupos guerrilheiros identificados com operários e camponeses. O caráter da revolução brasileira não seria imediatamente socialista, podendo agregar setores pequeno-burgueses e de pequenos empresários nacionais: haveria ainda que cumprir tarefas da “etapa democrática” da revolução, mas jamais sob a direção da burguesia nacional. Num documento de maio de 1969, lê-se numa frase sintética a posição da ALN: “A nossa luta é de libertação nacional e antioligárquica, por isso mesmo anticapitalista”. Contudo, acrescentava-se a seguir que, devido ao “entrelaçamento dos imperialistas norte-americanos com os grandes capitalistas e latifundiários brasileiros, não é possível libertar o país sem ao mesmo tempo expulsar do poder esses grandes capitalistas e latifundiários e substituí-los pelo povo armado, instaurando o governo popular-revolucionário”, em substituição à ditadura militar então em vigor.²²⁴

O primeiríssimo princípio é o da ação. É a ação que faz a organização e a desenvolve. A ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero (repete-se à sentença de Fidel Castro), de que a Revolução Cubana foi vitoriosa graças há um grupo de guerrilheiros que iniciou a luta a partir do nada, do

²²³ Jornal do Agrupamento Comunista de São Paulo, grupo dissidente do PCB que deu origem à Ação Libertadora Nacional (ALN). Na edição de abril de 1968, o jornal tinha como principais matérias, a frente antiimperialista, o núcleo armado operário-camponês, às armas e a tomada de poder. Cf. SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia; MARINGONI, Gilberto. **A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 27.

²²⁴ RIDENTI, 1993, p. 32.

zero. Daí decorre a atitude anti-teoricista – a teoria vista com *blábláblá* em torno de mesas de discussão. As necessidades teóricas do presente já estão supridas pelo leninismo e pelo castrismo, nada há de acrescentar.²²⁵

Para Daniel Aarão e Jair Ferreira²²⁶, outra característica das propostas da ALN que vai de encontro das idéias de Che Guevara e, particularmente, de Regis Debray, é a de que a guerrilha se tornou o único caminho, a única estratégia a ser aplicada nas condições políticas e sociais da América Latina. Para Marighella, seria através da guerrilha que se criaria o “exército revolucionário de libertação nacional, o único capaz de aniquilar as forças militares dos gorilas”.

Sobre as idéias de Regis Debray que muito influenciaram Carlos Marighella, o autor Paulo Cannabrava²²⁷ nos informa que, Debray criticava o burocratismo dos partidos comunistas e teorizando sobre a experiência cubana, quebrava a premissa leninista de que a revolução devia ser conduzida pela classe operária e sua vanguarda, o partido comunista. Assim, Debray ajudou a disseminar a idéia de que um grupo de homens – o foco guerrilheiro – teria sido o desencadeador da Revolução Cubana.

Dentro dessa orientação, Marighella foi o líder revolucionário dos anos 1960 que mais explícita e reiteradamente pregou o “terrorismo” de esquerda. Sobre os atos terroristas, escreveu Marighella:

[...] Quando nós recorremos aos atos terroristas, sabemos que eles não nos levam diretamente ao poder. Todo ato terrorista revolucionário é uma operação tática tentando por objetivo a desmoralização das autoridades, o cerco das forças repressivas, a interrupção de suas comunicações, o dano às propriedades do Estado, dos grandes capitalistas e latifundiários. [...] Ao terrorismo que a ditadura emprega contra o povo, nós contrapomos o terrorismo revolucionário.²²⁸

²²⁵ GORENDER, 1987, p. 96.

²²⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 214.

²²⁷ CANNABRAVA, Paulo. **No olho do furacão: América Latina nos anos 60 e 70**. São Paulo: Cortês, 2003. p. 104.

²²⁸ MARIGHELLA, Carlos. Apud GORENDER, 1987, p. 97.

Também o princípio organizativo da ALN se identificou com o Anarquismo. Nada de direções centralizadoras e de escalões intermediários. A organização revolucionária compõe-se de grupos com inteira liberdade de iniciativa. Os comandos ou coordenações só existem para articular ações de maior envergadura, que envolvem mais de um grupo. O princípio tático da ação direta militar (incluindo o terrorismo) e o princípio organizativo do grupismo permitem caracterizar a concepção marighellista.²²⁹ Segundo Élio Gaspari²³⁰ todas as organizações mantinham uma estrutura celular, agrupando-se em setores estanques, que obedeciam a uma direção nacional. Em tese, cada militante conhecia apenas os seus colegas de cédula e um coordenador enviado pela direção, mesmo assim, por codinome. O coração do grupo estava sempre nos comandos armados, protegidos por severas normas de clandestinidade. Eram a própria finalidade da organização e tinham em média vinte homens cada um. Em torno desses núcleos estendia-se a rede que, em algumas organizações, reunia centenas de militantes.

De acordo com Marcelo Ridenti²³¹, os grupos guerrilheiros em geral organizavam-se, com algumas variantes, em setores de trabalho urbano de massas, de preparação da guerrilha rural, e de logística, responsável este último, pelas principais ações armadas. Cada setor tinha seu representante na direção regional, que muitas vezes se confundia com a própria direção nacional. Os setores da organização, em teoria, não deveriam conhecer-se uns aos outros, por questão de segurança ante a ferocidade dos órgãos de repressão. Os contatos entre as partes de cada organização eram feitos através de “pontos” de encontros previamente marcados em locais variados. A falta de algum militante a um ponto significaria que ele fora preso.

Paulo de Tarso Venceslau ex-guerrilheiro da ALN fornece mais elementos sobre a estrutura organizacional da ALN, especialmente em São Paulo entre 1968 e 1969:

A ALN tinha o GTE, Grupo de Trabalho Estratégico, ligado ao campo, planejamento e implementação da guerrilha rural; depois, o GTA, Grupo Tático Armado, responsável pelas ações armadas, além do GA, Grupo de Ação, que

²²⁹ GORENDER, 1987, p. 97.

²³⁰ GASPARI, 2002, p. 352.

²³¹ RIDENTI, 1993. p. 40.

basicamente deveria fazer atividades de massa; era o grupo que articulava com o movimento estudantil, com o movimento operário. Sua tarefa era exatamente dar o exemplo, mostrar no trabalho de massa como é possível fazer as coisas pela ação concreta: tomar arma de soldado na rua, movimento de virar viatura. Havia também os GIs, Grupos Independentes, setores mais ou menos articulados como simpatizantes da organização, não como células de militantes.[...] A ALN contava ainda com uma vasta área de apoio junto a artistas, intelectuais, etc. – apoio inicialmente conquistado através da atuação no movimento estudantil paulista. [...] Acima dos três setores, GA, GTE e GTA, havia conjunto Regional e, depois, o Nacional.²³²

Do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a ALN herdou do PCB a teoria das duas etapas da revolução. Colocou a liberdade nacional como primeiro objetivo, ao qual se seguiria ao do poder socialista. Sob esse aspecto, a ALN se afastou do imediatismo socialista de Guevara, que tinha como convicção e principal foco de luta a implementação do socialismo de forma imediata, já que o considerava como um modelo justo e um bem necessário a toda a população.

O então Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, chefe do Serviço de Informação da Aeronáutica, em depoimento anos mais tarde, sobre os guerrilheiros declarou ser uma utopia acreditar que o modelo cubano pudesse ser implantado no Brasil. E assim, declarou sobre o socialismo:

[...] Tínhamos a convicção de que a ideologia marxista e socialista era impraticável para a vida, para a pessoa humana. O humano não aceita o socialismo, porque é uma doutrina econômica que dá iguais direitos a pessoas diferentes. Uma pessoa trabalha, guarda os seus recursos e consegue melhorar de vida. O outro trabalhador também, não guarda o que ganhou, torna-se um bêbado, um sem-vergonha, e gasta todo o seu dinheiro. Não vencerá nunca. Vão ter ambos os mesmos direitos? Não. Cada um tem a sua função na sociedade, tem aquilo que merece. Então como posso aceitar que cheguemos ao final tendo os mesmos direitos às benesses distribuídas pelo Estado? Não. Ninguém aceita receber coisas iguais de trabalhos diferentes. Na nossa

²³² VENCESLAU, Paulo de Tarso, Apud RIDENTI, 1993, p. 41.

democracia, as pessoas que desempenham funções semelhantes recebem salários iguais ou semelhantes. Já no regime igualitário, socialista, que é uma utopia, eles acham que isso é possível. [...].²³³

Marighella não pensava assim e acreditou na guerrilha rural, elevada à condição primordial de tarefa estratégica, para derrubar os “gorilas”, termo por ele mesmo usado ao se referir aos militares. Porém, introduziu uma modificação na teoria cubana em voga. Ele declarou-se, em grande parte, contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Mas, parte da teoria do foco se manteve, na medida em que a guerrilha começava do zero, dissociada de qualquer movimento de massas.²³⁴

Em concordância com esta linha de propostas, recorta-se o perfil do militante da ALN. Deve ter aptidão para a ação armada, na participação direta ou em tarefas logísticas. Afastam-se aqueles que não se adaptam ao esquema de uma organização militarizada. A militância básica da ALN se origina do movimento estudantil de São Paulo, da qual saiu setenta por cento dos ativistas. Ao lado deles, juntaram-se numerosos profissionais de nível universitário e proporção mais reduzida de operários.²³⁵

Nas militâncias de esquerda, é preciso começar descrevendo que os números referentes à idade dos atingidos causam impactos: 38,9% tinham idade igual ou inferior a vinte e cinco anos, realçando a forte participação dos jovens nas atividades de resistência ao Regime Militar. O grau de instrução dos processados permite concluir, com certa segurança, se invocados os próprios dados governamentais, que o extrato social dos envolvidos na resistência era predominantemente de classe média. O nível de escolaridade que aparecia registrado nos processos produzidos pelas próprias

²³³ D'ARAÚJO, Maria Celina. et. al. (Org.) **Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 201.

²³⁴ GORENDER, 1987, p. 98.

²³⁵ GORENDER, 1987, p. 99.

autoridades encarregadas da repressão, que transitaram pela justiça militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, informava que mais da metade havia atingido a universidade, num contexto social em que pouco mais de 1% da população chegava até ela.²³⁶

Mas, a opção pelo confronto armado, com a conseqüente vida em clandestinidade, coloca grande parte da militância numa situação *sui generis*, como bem observou Elizabeth Xavier Ferreira,²³⁷ dado o anonimato social em face da estrutura oficial, a condição de *outsider* em relação a esse mundo da “ordem” e a questão do desvio, a construção de uma vida paralela dentro dessa realidade, o deslocamento entre diferentes regiões, sem esquecer principalmente da experiência da tortura e da prisão. Viver na clandestinidade, dentro dos “aparelhos” (locais de moradias provisórias que podiam ser pensões ou até apartamentos e casas alugadas para atividades políticas), não era uma das coisas mais fáceis. Eles deveriam fingir levar uma vida normal, em que o medo da prisão e de estar sendo vigiado era uma constante na vida desses revolucionários.

[...] De fato, os dias costumam a passar, o relógio parece tomado por uma preguiça crônica que se arrasta ao ritmo do calendário. Somos obrigados a violentar nossos hábitos e costumes. O corpo deve adaptar-se à mobilidade restrita, controlada, temerária, enquanto a mente vagueia pelo medo, povoa-se de recordações e multiplica perguntas que não têm respostas imediatas. Sempre achamos que todo lugar é suspeito. Mal conseguimos dialogar. Trocamos as informações necessárias e dominados pelo nervosismo, acreditamos que a viatura policial vislumbrada no horizonte vem exatamente em nossa direção. Não seria um policial do DOPS aquele pipoqueiro da esquina? Esses homens que descarregam bujões de gás exatamente nessa casa ao lado não são militares da Oban? [...].²³⁸

²³⁶ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 45.

²³⁷ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 57.

²³⁸ CHRISTO, Carlo Alberto Libânio. (Frei Betto) **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 53.

3.4 É O FIM

A ALN ganhou projeção dentro e fora do país, em setembro de 1969, ao seqüestrar, juntamente com o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), o embaixador norte-americano no Brasil Charles Burke Elbrick, por cujo resgate foram libertados alguns prisioneiros políticos e divulgado um manifesto.

[...] Com o rapto do Embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armamos e nos organizamos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza da vitória para o meio dos exploradores. O Sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que aliados aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais mantêm o regime de opressão e exploração. [...] Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta, Saibam todos que essa é uma luta sem tréguas, uma luta longa e dura que na termina com a troca de um ou outro general, mas que só acaba com o fim do regime dos grandes exploradores e com a construção de um governo que libere os trabalhadores de todo o país da situação em que se encontram. [...].

Agora é olho por olho, dente por dente.

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN)

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO OITO DE OUTUBRO (MR-8).²³⁹

A escalada repressiva que se seguiu ao seqüestro termina por atingir o próprio Marighella, morto em novembro de 69, em São Paulo, numa emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, notório torturador, num rumoroso episódio que envolvia versões sobre a vinculação de sacerdotes dominicanos com a ALN.

Versão confirmada por Frei Betto²⁴⁰, que em seu livro *Batismo de sangue* descreve detalhadamente o auxílio que ele e outros frades no convento de Perdizes prestavam

²³⁹ ABREU, 2000, p. 239-240-241.

aos guerrilheiros. Ele declara que não chegava a ser um trabalho sistemático e muito menos organizado como célula de uma facção política. Acolhiam pessoas filiadas a tendências políticas diversas que, por se colocarem em oposição ao regime, eram perseguidos.

Sobre a morte de Marighella a versão da polícia é que os frades o haviam atraído até o carro e, ao entrar na parte traseira, recebera voz de prisão. Tentara sacar a arma de dentro da pasta tendo sido atingido antes de poder atirar. Já Frei Betto dá uma outra versão aos fatos, na análise do inquérito policial e das fotos tiradas do cadáver de Carlos Marighella, o autor conclui que o guerrilheiro fora alvejado sem qualquer reação e que não chegou sequer a entrar no carro. Para o autor tudo não passara de uma encenação montada para que toda a responsabilidade recaísse exclusivamente sobre os dominicanos.²⁴¹

Segundo Jaime Sautchuk²⁴² o fim de Marighella começou com a descoberta da conexão da ALN com os religiosos. Essa descoberta teria sido do serviço secreto americano (CIA), que tinha agentes infiltrados na própria direção da ALN. E no processo de desmantelamento da ALN a cooptação de militantes ajudara a preparar a armadilha que resultou na prisão e assassinato do veterano Câmara Ferreira.

O sucessor de Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, cinqüenta e sete anos, jornalista, ex-militante do PCB, é preso em São Paulo, sendo seqüestrado e morto sob torturas, pelo mesmo delegado Fleury, num sítio clandestino da repressão. A versão oficial para mais essa morte era de que Câmara Ferreira havia tido um ataque cardíaco ao tentar resistir aos policiais do DOPS.

O sítio utilizado na morte de Câmara Ferreira e tantos outros era na verdade uma fazendola chamada “Fazenda 31 de Março”, nome especialmente dado para homenagear o dia do golpe militar de 64. Era usada pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, como campo de concentração para esconder prisioneiros cujas

²⁴⁰ CHRISTO, 1983, p.50.

²⁴¹ CHRISTO, 1983, p. 159.

²⁴² SAUTCHUK, Jaime. **Luta armada: no Brasil dos anos 60 e 70**. São Paulo: Editora: Anita, 1995. p. 85-86.

informações eram retiradas sob a base de tortura.²⁴³ Era o braço clandestino da repressão atuando na eliminação dos militantes da esquerda.

Entre 1969 e 1971, a ALN foi atingida pela repressão em vários outros Estados, sendo detida várias centenas de seus membros. A ALN tenta um recuo, a partir de 1972, em direção ao “trabalho de massa”, como forma de romper o círculo vicioso das operações armadas para manutenção da estrutura clandestina do grupo. Mas, no primeiro semestre de 1974, ocorreu uma derradeira seqüência de prisões e “desaparecimentos” de seus membros, no eixo Rio - São Paulo, que resultou na desestruturação da organização.

Assim, as forças de repressão dizimaram as fileiras das organizações clandestinas pelo generalizado uso da tortura para obter informações que pudessem levar à prisão de outros e ao desmantelamento das redes dos grupos de guerrilha.²⁴⁴

A luta armada pós-1964 exposta neste capítulo realizou-se sob os aspectos que julgamos mais significativos. No distanciamento histórico, a luta, os heroísmos ganham relevo, sem dúvida, principalmente diante do autoritarismo, da repressão. Mas os erros e a conseqüente derrota da esquerda devem ser analisados, pois assim poderemos interpretar realmente o que fora a esquerda armada no Brasil.

Daniel Aarão²⁴⁵ afirma que as organizações comunistas brasileiras cultivariam com dedicação o mito da revolução inevitável. E que a derrota de 1964 não alterou as convicções formadas. ALN e dissidências jamais duvidariam de que uma revolução estava em marcha. Ninguém questionava a vitória final do socialismo e a tendência a favor desta vitória. Exemplos não faltavam: Vietnã e a vitória da revolução cubana.

Fora violência retardada, como bem afirmou Jacob Gorender²⁴⁶, a luta não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder de Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas

²⁴³ FON, 1981, p. 40.

²⁴⁴ GABRECHT, Ana. et.al. **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo**. Vitória: Flor e Cultura: Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2005. p.64.

²⁴⁵ REIS FILHO, 1990, p. 108-109.

²⁴⁶ GORENDER, 1987, p. 249.

e destroçava os principais movimentos de massa organizados. Logo, para o autor a derrota era inevitável.

Élio Gaspari²⁴⁷ analisa que o dilema de um grupo revolucionário não estava no que aconteceu ao seu adversário, mas o que acontecia a ele mesmo, ou seja, na sua capacidade de sobreviver. Uma organização vencia enquanto existisse e perdia quando se desintegrava. Portanto, o seu objetivo podia ser a derrubada do governo, mas a sua luta cotidiana era pela existência. Assim, seus sucessos eram muito mais um produto dos erros alheios que dos acertos das organizações esquerdistas.

Para Emir Sader²⁴⁸ sem raízes sólidas no movimento de massas, desorganizado pela repressão, utilizando uma concepção que privilegiava o enfrentamento militar, as organizações guerrilheiras aceleraram, com suas ações, uma dinâmica de choques diretos com o aparelho estatal, para a qual não estavam preparadas nem dispunham de meios de vir e estar no transcurso desses enfrentamentos. Em 1973, a ordem prometida pela ditadura imperava.

A esquerda radical estava derrotada, aniquilada em praticamente todas as organizações, com a grande maioria de seus quadros fora de combate, mortos, presos, exilados. A oposição ao regime militar deslocou-se da esquerda radical para a luta parlamentar.

No 3º capítulo, a esquerda armada será analisada sob uma outra perspectiva. A imprensa do final da década de 1960 e início de 1970, representada aqui pelo O Globo, Jornal do Brasil e pela Veja, é que passará a nos informar sobre os caminhos e ações da ALN.

²⁴⁷ GASPARI, 2002, p. 353-354.

²⁴⁸ SADER, Emir. **O Poder, cadê o poder? : ensaios para uma nova esquerda**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997. p. 158-159.

4 3º CAPÍTULO

4.1 IMPRENSA: PALAVRA, IMAGEM E PODER

Para realizarmos uma interpretação mais adequada sobre a cobertura que a imprensa dispensou à luta armada no Brasil entre 1969 e 1974, acreditamos ser indispensável conhecermos um pouco melhor a história dos jornais e da revista, aqui pesquisados, para melhor compreendermos a sua estrutura, o público alvo, os respectivos donos, etc. Entendemos que só assim é possível fazermos uma pesquisa mais completa e avaliarmos com profundidade as escolhas e caminhos tomados pelos veículos de informação durante a ditadura militar.

Como os jornais e a revista se comportaram no decorrer do tempo? A partir de agora poderemos conhecer melhor a história de nossos atores principais, eles neste capítulo serão manchete, a nossa capa de jornal. Para começar um breve histórico para

examinarmos melhor a história de cada um.

4.2 UM BREVE HISTÓRICO

4.2.1 O Jornal do Brasil

O contexto em que surge o Jornal do Brasil é bem mais antigo do que podemos imaginar. Era 1891, o Brasil republicano dava os primeiros passos. Há menos de dois anos deixara de ser monarquia e transformara-se nos Estados Unidos do Brasil. Os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram eleitos pelo Congresso, respectivamente, presidente e vice-presidente da República. Iniciava-se um período de perturbações políticas em todo o país. De um lado, os republicanos, do outro, os monarquistas, aliados do poder. O Rio, capital federal, fervia e precisava de mais um jornal.²⁴⁹ É neste contexto que surge a idéia de se lançar o Jornal do Brasil. Era necessário um novo diário que veiculasse críticas ao governo.

Em 1890, o ex-ministro do Império, Rodolfo de Sousa Dantas, com o apoio do escritor e político Joaquim Nabuco, que seria o correspondente em Londres, e de outros intelectuais da época, começaram a discutir as bases do novo jornal. Com a empresa formada, surge em nove de abril de 1891, o Jornal do Brazil, ainda com o 'z' no lugar do 's' de Brasil. A primeira edição saiu com oito páginas.²⁵⁰

Os primeiros meses de vida do jornal foram tranquilos, até a chegada de Joaquim Nabuco, que veio de Londres para assumir a chefia da redação. Neste período, começaram a surgir os problemas do jornal com os governantes. Uma série de artigos intitulados 'Ilusões Republicanas' e 'Outras ilusões republicanas', criticava o novo regime, provocando animosidade com o governo, mas também verificou-se reação por parte dos monarquistas mais radicais, que condenavam Nabuco por sua moderação. Em cinco de dezembro de 1891, o Jornal do Brasil lançou sua primeira edição especial,

²⁴⁹ Disponível em : <jbonline.terra.com.br/destaques/110_anos_sjb> Acesso em:15 de dezembro de 2006.

²⁵⁰ Disponível em : <jbonline.terra.com.br/destaques/110_anos_sjb> Acesso em:15 de dezembro de 2006.

por ocasião da morte de D. Pedro II. A relação com o governo ficou ainda mais conflituosa, culminando com a invasão da sede do jornal e o afastamento de Dantas e Nabuco.²⁵¹

Em abril de 1893, um novo grupo, ligado a Ruy Barbosa, comprou o jornal. Novamente era uma sociedade comanditária.²⁵² Ruy assumiu a direção e recebeu carta branca. O jornal mudou o seu enfoque, deixando de ser monarquista e defendendo o regime republicano, sem apoiar, no entanto, a ditadura de Floriano Peixoto, Presidente da República. A 15 de novembro de 1894, data comemorativa da Proclamação da República, o jornal voltava a circular. A opção pela data ratificava o apoio à República. O jornal pertencia agora aos irmãos Mendes. A proposta era ser um jornal popular, voltado para as reivindicações populares.

Foram criadas seções destinadas a atender às reclamações do povo. O noticiário policial ganhou espaço nas páginas do jornal. Em 1897, as primeiras caricaturas foram publicadas e, em 1900, circulou a primeira edição vespertina. Nada mais lembrava o primeiro Jornal do Brasil – só o título.

O jornal atravessava com sucesso o novo século (1901-1915) e já completava 10 anos, permanecendo como uma tribuna popular. As seções em defesa do povo se multiplicavam. Apesar da boa vendagem do jornal, a construção da sede e a compra de nova maquinaria trouxeram dificuldades financeiras à empresa. Os irmãos Mendes, proprietários do jornal, transformaram o Jornal do Brasil em sociedade anônima e, a partir de 1º de agosto de 1906, sua primeira página passou a ser totalmente ocupada por anúncios classificados, alteração gráfica que perduraria por mais de quarenta anos.²⁵³

²⁵¹ ABREU, Alzira Alves et.al. (Coord.) **Dicionário Histórico Brasileiro: pós - 1930**. 2º edição rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1.102.

²⁵² Sociedade Comanditária se caracteriza por uma sociedade comercial em que há sócios que entram apenas com capitais, não participando na gestão dos negócios, e cuja responsabilidade se restringe ao capital subscrito. Exemplo: Carlota e Dorotéia são sócias da mesma sociedade, mas enquanto uma responde pessoal e subsidiariamente pelas obrigações sociais a outra responde apenas pelo valor da sua entrada, num regime semelhante de um acionista.

²⁵³ ABREU, 2001, p. 1.103.

As mudanças gráficas não alteraram o conteúdo. Ainda com o apelido de "O Popularíssimo", o jornal continuou a se destinar a atender às reivindicações do povo, mas não encampava os movimentos populares, como ficou comprovado pela cobertura da Revolta da Chibata. Durante mais de sessenta dias, o jornal publicou diversas edições diárias, dando amplo destaque para o assunto sem apoiar, no entanto, os revoltosos, posicionando-se a favor da legalidade e da ordem.²⁵⁴

Em fevereiro de 1912, em continuidade ao processo de modernização, chegaram à redação as três primeiras máquinas de escrever - as canetas bico-de-pena seriam substituídas em breve. Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o encarecimento do papel levou o jornal a uma grave crise financeira. A empresa foi hipotecada ao Conde Pereira Carneiro. Em 1919, sem condições de resgatar a hipoteca, o Jornal do Brasil passou para as mãos do credor. Era hora de mudar.²⁵⁵

Durante os quinze anos da gestão dos irmãos Mendes, o jornal voltou-se para as questões populares, muitas vezes com cobertura sensacionalista. Em 1926, ainda na linha editorial adotada por Pereira Carneiro, de discricção, o Jornal do Brasil apoiou a candidatura de Washington Luís à presidência da República. Com a vitória, o apoio continuou, inclusive quando a oposição ao novo governo foi ganhando força com a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas. A campanha contra o governo vigente abrangeu todo o país. Os políticos e tenentes, derrotados nas eleições de 1930, conduziram o movimento, que em menos de um mês, foi vitorioso. Com o apoio de grande parte do povo, o jornal, oposicionista, foi invadido e empastelado. Por quatro meses, o Jornal do Brasil ficou fechado. Era o fim de uma era – o da Primeira República (1889-1930). Getúlio chegava ao poder, pela primeira vez.²⁵⁶

Durante a ditadura de Vargas - período do Estado Novo de 1937 a 1945, o jornal adotava uma política de cordialidade com o governo e com sua política. Durante o

²⁵⁴ ABREU, 2001, p.1.103.

²⁵⁵ Disponível em: <jbonline.terra.com.br/destaques/110anos_sjb>. Acesso em 15 de dezembro de 2006.

²⁵⁶ ABREU, 2001, p.1.104

governo Dutra, o Jornal do Brasil prosseguiu em sua trajetória de jornal popular, mantendo o destaque dos anúncios classificados em suas primeiras páginas.

Após o segundo governo de Vargas e seu suicídio, o Brasil atravessava um período de renovação, com a ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência, em 1956, cujo governo voltava-se fortemente para a industrialização e o desenvolvimento.

Em sintonia com essa nova realidade, o Jornal do Brasil, já estruturado como empresa, começou também o seu processo de mudança. Em junho de 1956 foi lançado o Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, criado pelo poeta Reynaldo Jardim, que alcançou grande e seu conteúdo inovador, que misturava artes plásticas, literatura, ciência e outros assuntos e onde escreveram Mário Faustino, Ferreira Gullar, os irmãos Augusto e Haroldo de Campos e Mário Pedrosa, entre outros nomes ilustres de nossa literatura.²⁵⁷

O espaço do noticiário aumentou, o número de páginas também, a opinião do jornal e o uso de fotos passaram a ter grande destaque. A reforma editorial, gráfica e industrial do Jornal do Brasil foi a mais abrangente e importante que um jornal experimentou em nosso país, tornando-se uma referência e influenciando de forma decisiva o jornalismo brasileiro a partir daí. Na palavra de um de seus mentores, Nascimento Brito, "um processo de modernização, que terá sempre continuidade".²⁵⁸

No início dos anos de 1960, o mundo parecia estar em ebulição. Foi um período riquíssimo para o jornalismo e a cultura do país, em que o jornal do Brasil firmou sua posição na imprensa carioca e nacional, ganhando uma nova dimensão como formador de opinião e como parâmetro de modernização editorial e gráfica. Foi também durante a gestão de Dines, de 1961 a 1973, uma das mais longas do jornal, que se criou o Departamento de Pesquisa - que contribuía com dados e análises, para situar os fatos em seus contextos e facilitar a compreensão do leitor.²⁵⁹

²⁵⁷ Disponível em: <jbonline.terra.com.br/destaques/110anos_sjb> Acesso em 15 de dezembro de 2006.

²⁵⁸ Disponível em: <jbonline.terra.com.br/destaques/110anos_sjb> Acesso em 15 de dezembro de 2006.

²⁵⁹ ABREU, 2001, p.1.104.

Paralelamente, o cenário político se agravou e houve o golpe militar de 1964. Mantendo sempre a sua independência e defendendo seu ideário liberal, o Jornal do Brasil apoiou algumas medidas do novo governo, mas em outros momentos também ousou combatê-lo nas situações de arbítrio e repressão contra as liberdades democráticas. Como na decretação do AI-5 em 1968, em que o jornal noticiou: “Ontem foi dia dos cegos”. Uma notícia que parece irrelevante, mas para um leitor mais atento, estava registrado o protesto do jornal contra os abusos dos ditadores.

Durante os vinte e um anos de duração do regime militar, como represália por suas posições políticas, o Jornal do Brasil teve de conviver com a censura prévia e a presença de censores na redação; com a intimidação e a prisão de diretores e editores, em pelo menos duas ocasiões; com a força, como na invasão de sua sede em 1964 e com o boicote econômico por parte do governo que causaria sérios prejuízos à empresa.

No final de 1975, o jornalista Wladimir Herzog era encontrado morto no DOI-Codi de São Paulo, num episódio cuja apuração aceleraria a volta à democracia. Muita coisa ocorrera naqueles anos: a minissaia, a pílula, o feminismo, maio de 1968, Woodstock, a guerra do Vietnam. Kennedy estava morto, "Che" Guevara também, mas Mao e Fidel viviam. O homem já pisara a Lua e Lennon havia declarado que "o sonho acabou". Certeza, apenas uma: o mundo jamais seria o mesmo após a década de 1960, nem o Jornal do Brasil.

4.2.2 Jornal O Globo

A história do O Globo começou trinta e quatro anos depois do surgimento do Jornal do Brasil. Completando oitenta e um anos de existência e, hoje, fazendo parte de um conglomerado no qual está incluída a maior rede de televisão do país, a Rede Globo. Atualmente, O Globo é um jornal diário matutino, mas nem sempre fora assim. Fundado em 1925, no dia 29 de julho, pelo jornalista Irineu Marinho, proprietário do vespertino A Noite, O Globo quando fora lançado tinha a intenção de ser um diário matutino, como acontece hoje em dia, para expandir o público leitor da empresa. Mas, o jornal só passou a circular pela manhã nos anos 1960, tornando-se, no decorrer dos anos, o

carro-chefe do grupo.²⁶⁰

Como Irineu faleceu semanas após a fundação do jornal, O Globo foi herdado por seu filho Roberto Marinho, que por meio do jornal conseguiu ascensão econômica e política. Nos primeiros tempos imprimiu ao jornal uma linha independente e sem afinidades com governos, conforme a orientação de seu fundador, colocando-se, logo depois, contra o governo provisório de Getúlio Vargas e a favor da redemocratização do país.²⁶¹

Nos anos seguintes, com o objetivo de combater os extremismos, manifestou-se contra o processo de radicalização política dos comunistas e integralistas, movendo intensa campanha contra ALN (Aliança Libertadora Nacional) e a AIB (Ação Integralista Brasileira). Em vista disso, recebeu com agrado a decretação da Lei de Segurança Nacional no início de 1935.²⁶² Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial em 1939, O Globo desencadeou uma campanha a favor das forças aliadas, manifestando-se contra a neutralidade brasileira. Quando ocorreu o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com as potências do Eixo, o jornal deu ampla cobertura a Força Expedicionária Brasileira - FEB, lançando o tablóide *O Globo Expedicionário*.²⁶³

No correr de 1945, O Globo era tido como um jornal conservador e com a crise do Estado Novo empenhou-se na luta pela redemocratização do país, apoiando o candidato da UDN (União Democrática Nacional). Este partido reuniu diversas correntes que nos anos anteriores haviam-se colocado em oposição à ditadura do Estado Novo. Eles se manifestaram pelo fim do regime ditatorial, constituindo, assim, uma ampla frente anti-Getúlio Vargas. Tudo isso fora registrado e defendido pelo O Globo.

Ao iniciar-se a década de 1950 com a proximidade do novo pleito presidencial mais uma vez foi oposição a Getúlio Vargas. Com a instalação, em 1956 do governo de

²⁶⁰ ABREU, Alzira Alves de & BELOCH, Isabel. (Coord.) **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: 1930-1983**. 3º Volume. Rio de Janeiro. Ed: FGV/ CPDOC, 1984. p. 2.103.

²⁶¹ ABREU & BELOCH, 1984. p. 2.103.

²⁶² Disponível em: <[Http: www. bn.br/ site](http://www.bn.br/site)> Acesso em : 18 de dezembro de 2006.

²⁶³ ABREU & BELOCH, 1984. p. 2.103.

Juscelino Kubitschek, Roberto Marinho permaneceu na oposição, embora propiciasse a devida cobertura à realização das metas de Juscelino.²⁶⁴

Em 1960, o diário apoiou o candidato Jânio Quadros. Com a sua posterior renúncia e a posse do vice João Goulart, Roberto Marinho moveu por intermédio de seu jornal uma campanha sistemática contra as propostas de Goulart, principalmente, as reformas de base, denunciando o que considerava a “comunização” do país.

O Globo deu apoio ao movimento político-militar de março de 1964. Segundo as próprias palavras de Roberto Marinho: “Em 31 de março de 1964 o Brasil se reencontrou”. Foi nesse período que a família Marinho iniciou a sua expansão das Organizações Globo, inaugurando a TV Globo em 1965.²⁶⁵ Evandro Carlos de Andrade, redator-chefe do O Globo na década de 1970 descreveu a posição política do jornal nestes termos:

A orientação em O Globo é dada pelo Dr. Marinho (o dono). A posição política do jornalista é a dele. O jornal é preparado de acordo com a orientação dele, não havendo a menor dúvida quanto a isso. Não existe a questão da autonomia. Ele determina a linha do jornal. Claro, depois de 19 anos eu posso passar um mês sem falar com ele e continuar a dirigir o jornal do jeito que ele quer. Mas ele decide de modo absoluto, sem discussão.²⁶⁶

Em 1972, O jornal O Globo começou a se modificar para ultrapassar o Jornal do Brasil, que era líder de mercado, mas estava perdendo leitores e espaço publicitário, devido, entre outros fatores, à obsolescência e dispendiosidade de suas técnicas de produção. Atualmente, O Globo é um dos jornais mais vendidos e mais importantes no cenário brasileiro. Em uma pesquisa realizada no ano de 2000, este jornal alcançou no Rio de Janeiro mais de um milhão e quinhentos mil leitores aos domingos e um milhão e cento e treze mil nos dias úteis, número estimado a partir da leitura de um exemplar de jornal por uma família de três pessoas. Mais de um milhão deles pertenciam às classes A e B,

²⁶⁴ ABREU & BELOCH, 1984. p. 2.104.

²⁶⁵ ABREU & BELOCH, 1984. p. 2.104.

²⁶⁶ SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Tradução: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 10.

sendo que os leitores pertencentes à classe C eram estimados em torno de 22%, nas classes D e E apenas 5% tinham acesso ao seu conteúdo.²⁶⁷

Assim, mesmo nos dias atuais em que as informações são mais acessíveis, é possível detectar um elevado grau de desinformação, no que se refere, principalmente, à população de baixa renda. Se formos mencionar a parcialidade dos meios de comunicação à constatação é bastante trágica também. Pois, um pequeno número de empresas que dominam o mercado das comunicações na forma de monopólios é o que predominava e predomina nos dias atuais. E O Globo não é diferente, além de elitizado, sua história já comprovou momentos de bastante parcialidade nas informações dadas aos seus leitores. Tal afirmação pode ser comprovada no histórico apresentado, principalmente quando o jornal na década de 1960 apoiou os militares.

4.2.3 Revista Veja

Antes do lançamento da revista, Veja e Leia já era um título que pertencia à Editora Abril com todos os direitos reservados. No entanto, temia-se que o título fosse dar a impressão de que se tratava de mais uma revista semanal ilustrada, como era tradição no mercado editorial brasileiro (Fon Fon, O Cruzeiro, Fatos e Fotos, Manchete, etc). Mas Victor Civita, fundador da Editora Abril e então o seu presidente, gostou do nome e ponderou que no Brasil as pessoas usavam muito a expressão: “veja só”..., “veja, se fizermos dessa forma”.²⁶⁸ Com isso, o título ganhou força e já na primeira edição, em setembro de 1968, a revista foi editada como Veja (em letras grandes) e Leia (em letras bem menores). Com o passar do tempo, a expressão Leia desapareceu, ficou apenas Veja.

Veja em seu lançamento, e ainda nos dias de hoje, é uma revista semanal de informação, um modelo inspirado na revista americana Time, que foi criada em 1922 por Henry Luce. Foi a primeira no gênero lançada no Brasil, quando imperavam no mercado editorial as revistas semanais ilustradas, com grandes fotos e textos curtos.

²⁶⁷ Disponível em: <[Http: www. bn.br/ site](http://www.bn.br/site)> Acesso em : 18 de dezembro de 2006.

²⁶⁸ Disponível em: <[Http: www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br)> Acesso em : 18 de dezembro de 2006.

Está subdividida até hoje, com poucas modificações, em editoriais: Brasil, que faz basicamente a cobertura das atividades políticas; Internacional, que trata de assuntos referentes à política mundial e a de assuntos internos de outros países; Economia e negócios; Artes e espetáculos, que cobre cinema, televisão, teatro, exposições, etc. ; Geral, que trata de ciência e tecnologia, educação, saúde, estilo, moda, comportamento; Gente, com notas sociais; e o Guia de serviços.

Mas, Veja demorou para chegar na receita certa e quase fechou. Em 1968, quando o público tentava compreender as convulsões de um mundo em transformação, a Editora Abril percebeu que havia oportunidade para uma revista que oferecesse reflexão, aprofundamento e síntese a um leitor que já não tinha tempo para digerir toda a informação que recebia.²⁶⁹ Um departamento de documentação nos moldes dos que funcionavam nas revistas semanais americanas, o Dedoc, foi criado para apoiar o trabalho dos jornalistas. Sob a direção de Mino Carta, uma redação de mais de cem jornalistas instalados em São Paulo preparou treze edições experimentais antes do lançamento.

O número “um” estampava na capa uma foice e um martelo e a chamada: “O grande duelo no mundo comunista”. Chegou às bancas com setecentos mil exemplares e com a expectativa de vender a partir dali, uma média de quinhentos mil exemplares por semana. O cálculo era demasiado otimista. A partir do segundo número, o projeto revelou-se um fracasso. Veja provocou no início uma hemorragia financeira que chegou a ameaçar a sobrevivência da empresa.²⁷⁰

Acostumado a revistas como O Cruzeiro e Manchete, feitas à base de fotografias, cor e generalidades, o público rejeitou o formato severo de Veja. Roberto Civita, então diretor editorial, que propôs lançar a revista e era àquela altura um defensor solitário de mantê-la viva, percebeu que a solução poderia vir da implantação de um sistema de assinaturas. Não existia no Brasil nada semelhante ao que ele vira na americana Time. Ele acreditava que a combinação de uma grande revista com um sistema de entrega

²⁶⁹ Disponível em: <[Http: www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br)> Acesso em: 18 de dezembro de 2006.

²⁷⁰ Disponível em: <[Http: www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br)> Acesso em : 18 de dezembro de 2006.

rápido e confiável não podia dar errado. A confirmação do acerto veio um ano depois, quando as assinaturas chegaram a cinquenta mil.²⁷¹

A censura complicou ainda mais a implantação de uma revista que pretendia se diferenciar pelo conteúdo e impôs à redação um inferno cotidiano. O número quinze de dezembro de 1968, por exemplo, que relatava os acontecimentos que culminaram com o Ato Institucional nº 5, foi recolhido. Em certos períodos, a direção recebia a lista de assuntos proibidos, em outros, eles eram comunicados por telefone. A frase “livre pensar é só pensar...” foi suprimida oito vezes da seção de Millôr Fernandes.²⁷²

Mino Carta que dirigiu a revista desde a sua criação, em entrevista, afirmou que a revista sofreu uma censura duríssima que se iniciou em 1969 com várias apreensões em bancas e só acabou em 1976 quando ele deixou o veículo. Millôr Fernandes, que tinha uma coluna de humor, pouco tempo depois também deixou a redação. Tudo devido às pressões do governo e seus censores.

Hoje, a Veja tem uma tiragem semanal de mais de um milhão de revistas, num total estimado em cerca de cinco milhões de leitores, com média de quatro leitores por revista. São mais de novecentas mil assinaturas, onde 68% dos leitores pertencem às classes A e B. E 55% têm nível superior, e ainda 80% possui casa e automóvel próprios.²⁷³

Se para os dias atuais a revista Veja pode ser considerada elitizada, os números acima atestam isso, apesar de seu número de vendagem ter aumentando muito nos últimos anos, imaginem o alcance desta revista no final da década de 1960 e início da de 1970. Como afirmado anteriormente, esta revista teve grande rejeição em seu lançamento, ou seja, o acesso era limitado entre as camadas populares, como também ela não tivera grande aceitação de início. Portanto o público desta revista era muito limitado, só aumentando consideravelmente no início de 1970.

4.3 A REGRA DO JOGO

²⁷¹ Disponível em: <[Http: www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br)> Acesso em : 18 de dezembro de 2006.

²⁷² Disponível em: <[Http: vejaonline.abril.com.br/exclusivo/regimemilitar](http://vejaonline.abril.com.br/exclusivo/regimemilitar)> Acesso em : 19 de dezembro de 2006.

²⁷³ Disponível em: <[Http: www.publiabril.com.br](http://www.publiabril.com.br)> Acesso em : 19 de dezembro de 2006.

Não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados. Desde 1440, quando Gutemberg inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada como instrumento da luta pelo poder. A invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão. A partir de então, a imprensa esteve sempre ligada à luta política.²⁷⁴

No início dos anos de 1970, os estudos da sociologia interpretativa trouxeram a percepção de que os meios de comunicação estavam a se tornar num dos principais agentes diretamente modeladores e transformadores do conhecimento social e das referências simbólicas da sociedade. Os meios jornalísticos não seriam, assim, meros espelhos da realidade, antes participariam ativamente no processo de construção social da realidade.²⁷⁵

Assim, narrar um acontecimento, transformá-lo em notícia e descrevê-lo de forma que o outro possa compreendê-lo não se constituía em tarefa simples. Há uma técnica específica para isso que envolve critérios de noticiabilidade, objetividade e concisão. Existe, ainda, um conjunto de cérebros que tratam a notícia até que ela chegue à sua versão final, o que segue desde a ocorrência do fato, sua descrição pelo repórter, o crivo do chefe de reportagem, do redator e do editor, incumbidos de determinar o produto final colocado à disposição dos leitores.

Ocorre, então, uma filtragem de informações que pode deixar transparecer a linha editorial de um jornal, suas tendências que, por sua vez, podem ser comprovadas através de estratégias sutis de posicionamento da notícia. Além disso, o uso de apelos visuais, ilustrações, gráficos, fotografias, que servem como testemunho da realidade, ajuda a atrair a atenção do leitor para uma determinada matéria. Mas, em se tratando de uma conjuntura repressiva e sob censura, as regras do jogo não são tão simples, e a falta de informação ou até mesmo a fabricação de uma matéria jornalística passa a fazer parte do cotidiano das redações dos jornais e revistas. Além disso, existia ainda a

²⁷⁴ MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.) **Imprensa e poder**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 13.

²⁷⁵ SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Santa Catarina: Argos, 2002, p.128.

parcialidade das notícias, predominando sistematicamente, apenas, a versão do Estado militar autoritário.

Para Anne-Marie Smith²⁷⁶, a censura à imprensa no Brasil foi praticada de maneira peculiar. Em especial no período que se estendeu de 1968 a 1978, a censura à imprensa assumiu diversas formas, todas ilegais, disfarçadas e negadas. A modalidade predominante de censura, à qual a vasta maioria dos veículos de imprensa esteve sujeita diariamente durante muitos anos, consistiu em proibições emitidas secretamente pela Polícia Federal, era a autocensura.

Cada aspecto da censura era rigorosamente controlado. A emissão das ordens obedecia a um padrão rígido. Proibições de notícias sem assinatura eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. Tais ordens nunca eram deixadas com o destinatário, nem era permitido fotocopiá-las. Ao contrário, seu conteúdo tinha de ser copiado por um representante da publicação, que também tinha de assinar um formulário acusando o recebimento da proibição. A própria linguagem das ordens era extraordinariamente repetitiva e oficiosa, utilizando elaboradas fórmulas legalistas. Nesse sistema corriqueiro que tudo abarcava, não havia enfrentamentos diretos com a autoridade.²⁷⁷

José Pedro de Sousa²⁷⁸ avalia que o jornalismo aparece subordinado aos interesses de uma classe dominante, aquela que governa o país, funcionando de cima para baixo: é o poder autoritário que decide através dos organismos de censura o que deve e não deve e o que pode e não pode ser publicado. Portanto, as diferenças dos pontos de vista são tidas como desnecessárias, quando não irresponsáveis e até subversivas.

Segundo Yves Mamou²⁷⁹, utilizar os meios de comunicação para resolver conflitos ou desestabilizar um adversário tornou-se prática corrente na esfera governamental. Na política, mais do que em outros lugares, a informação é uma carta no jogo do poder. E durante a ditadura militar impedir a sociedade de obter o acesso à informação era a

²⁷⁶ SMITH, 2000. p. 10.

²⁷⁷ SMITH, 2000. p. 10 e 11.

²⁷⁸ SOUSA, 2002. p. 29.

²⁷⁹ MAMOU, Yves. **A culpa é da imprensa! : ensaio sobre a fabricação da informação**. Tradução: Felipe José Lindoso. São Paulo: Marco Zero, 1992.

garantia de que tudo corria perfeitamente bem, não havia oposição, apenas terroristas que queriam a qualquer custo desestabilizar o governo e acabar com os tempos de calma.

E de alguma maneira, os meios de comunicação moldam o nosso horizonte de conhecimento sobre um determinado número de realidades, afirma Pedro Souza, além disso, os meios de comunicação têm freqüentemente uma influência direta sobre as pessoas e o meio social.²⁸⁰

Assim, de alguma forma abordava-se, ainda na década de 1970, pela primeira vez a questão da representação da realidade social através da imprensa. As notícias podem indiciar a realidade, mas não são, definitivamente, a realidade, e nem o seu espelho. O governo repressivo instalado em 1964, com a ajuda de seus censores, fez das notícias algo distante da realidade.

Rui Barbosa definiu, o que para ele é essencial na imprensa:

A imprensa é à vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam. E o silêncio dos grandes muitas vezes não significa outra coisa que a sua condescendência com os atentados [...].²⁸¹

Segundo a tese de Felipe Pena²⁸², o jornalismo está longe de ser o espelho do real. É, antes, a construção social de uma suposta realidade. Dessa forma, é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem os discursos, que submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o censo comum das redações chama de notícia. Assim, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. Nelson Traquina²⁸³ discorre que as notícias são construções, narrativas, “estórias”. Assim, o jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só sobre o que pensar, mas também

²⁸⁰ SOUSA, 2002, p. 122 e 126.

²⁸¹ RUI, Barbosa. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte, 1990. p. 37.

²⁸² PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 128.

²⁸³ TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 203 e 206.

como pensar. Ainda, segundo o autor, quer seja quer não, o jornalismo é um quarto poder, que, sobretudo devido ao acesso habitual às fontes oficiais, sustenta o poder instituído e o *status quo*.

Devido à necessidade de impor ordem no espaço e no tempo, a construção discursiva do jornalismo, no seu funcionamento diário, é escrita como sendo essencialmente a interação de jornalistas e fontes oficiais. As fontes provêm, sobretudo, da estrutura do poder estabelecido e, por isso, as notícias tendem a apoiar a *statu quo*.

O autor Leão Serva²⁸⁴ acredita que, desde muito cedo, o jornalismo nega a seus leitores a “árvore genealógica” das notícias, os fatos geradores, as origens dos conflitos que retrata a cada momento. Assim, o jornalismo concede informação, surpreende o leitor, provoca e aplaca a sua curiosidade, para em seguida retirar o fato da ordem do dia, relaxar a curiosidade, provocar o esquecimento, atenuar a atenção ao fato narrado. Portanto, os meios de comunicação constroem consensos, educam percepções, produzem realidades parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mentem, distorcem os fatos, falsificam, mistificam, atuam, enfim, como um partido que, proclamando-se porta-voz e espelho dos interesses gerais da sociedade civil, defendem os interesses específicos de seus proprietários privados.

Assim, o público, ou melhor, a sociedade é cotidiana e sistematicamente colocada diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e freqüentemente se superpõe, e dominando a realidade real vivida e conhecida, nos termos de Perseu Abramo.²⁸⁵ A manipulação das informações transforma-se em manipulação da realidade.

O autor Abramo²⁸⁶ detectou os vários padrões de manipulação existentes na imprensa. O primeiro padrão é o de ocultação, ou seja, tomada a decisão de que um fato não é jornalístico, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa; há também o padrão de fragmentação, onde ocorre à fragmentação da realidade em aspectos particularizados, eliminação de uns e a

²⁸⁴ SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. 2º Edição. São Paulo: Senac, 2001. p. 132 e 133.

²⁸⁵ ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1º Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p.24.

²⁸⁶ ABRAMO, 2003, p.25, 26 e 28.

manutenção de outros, assim, a distorção da realidade e a criação artificial de outra realidade; e ainda o padrão da inversão, que opera o reordenamento das partes e de importância dessas partes, que acaba por destruir a realidade original e cria outra artificial; por fim o padrão de indução, que a população é induzida a consumir outra realidade, artificialmente inventada.

Mas, para o jornalista Eugênio Bucci²⁸⁷, o jornalismo tem a função de promover o debate das idéias no espaço público. E enquanto os jornais do século XIX eram produtos da iniciativa dos cidadãos de se comunicar, de dialogar e debater idéias, os meios de comunicação de massa do século XX são produto de mercado. Não são mais produzidos pelas necessidades políticas do público, mas pelas necessidades de mercado.

E num contexto de ditadura, não só as necessidades de mercado fazem com que o debate de idéias seja esquecido, mas principalmente os meios arbitrários e coercitivos, que obrigam alguns e limitam tantos outros meios de comunicação a se calarem, ou convidam a fazer parte do jogo das palavras. E isto nada mais foi que a distorção deliberada da informação.

O jornalista Günter Wallraff²⁸⁸ em sua obra literária "*Fábrica de mentiras*", procura nos mostrar como funciona um jornal que para ele é uma oficina de mentiras também, e faz uma série de advertências para todos os leitores contra os jornais que cultivam ou cultivaram a arte de deformar a realidade. Neste capítulo as advertências de Günter são elementos essenciais. Dentre as advertências, uma em particular nos chama a atenção: sempre duvidar de um informativo se o mesmo publica apenas uma versão entre grupos opostos.

Philip Meyer²⁸⁹ destaca que o ideal e esperado da imprensa é que haja padrão de textos nos quais sempre apareçam dois pontos de vista, e que grupos conflitantes deveriam receber espaço igual no jornal. Embora a realidade, freqüentemente, seja bastante diferente. Principalmente em sociedades ditatoriais.

²⁸⁷ BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das letras, 2000. p.176.

²⁸⁸ WALLRAFF, Günter. **Fábrica de mentiras**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 1990.

²⁸⁹ MEYER, Philip. **A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores**. Tradução: Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 87 e 88.

Por fim, o regime expurgou, mas não fechou o Congresso, baixou atos institucionais que violavam a Constituição, porém não rejeitou esse documento, de várias maneiras tratou de manipular as eleições, mas continuou a realizá-las. No trato com a imprensa, sustentava que a sua liberdade era protegida constitucionalmente e negava a existência da censura, embora impusesse novas proibições todo dia.²⁹⁰

4.4 MEIA VOLTA, VOU VER

O documento oficial enviado pela Polícia Federal, descrito a seguir, entrou em vigência no dia 10 de junho de 1969 e continha 17 recomendações à imprensa brasileira:

1 Não divulgar nenhuma notícia falsa ou fato verdadeiro, parcialmente ou de maneira deformada;

2 Observar a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional;

3 Evitar o emprego de expressões tais como “fontes bem informadas” ou “pessoas bem informadas”. Indicar sempre as fontes;

4 Com relação à informação política, não publicar notícias, declarações e comentário de pessoas punidas pelos atos institucionais 1,2 e 5;

5 Não publicar notícias, comentários, manifestos ou declarações de nenhuma índole sobre entidades estudantis dissolvidas pelo governo ou referentes a atividades políticas extra-curriculares, protestos, manifestações, conflitos com professores ou autoridades;

6 Não divulgar notícias, comentários, manifestos ou declarações contra medidas governamentais, como suspensão de direitos, demissão ou aposentadoria de funcionários públicos;

7 Não publicar nenhuma notícia que provoque tensões entre as autoridades;

8 Não publicar notícias sobre fatos de natureza política cuja veracidade não está comprovada;

²⁹⁰ SMITH, 2000. p. 12.

9 Não publicar críticas tendenciosas aos atos institucionais e complementares e à legislação deles derivada

10 Não publicar notícias sobre prisões de natureza política ou censura;

11 Não publicar notícias ou comentários que possam provocar conflitos entre as Forças Armadas ou entre estas e os poderes públicos, ou entre estes e a população;

12 Não publicar manchetes, notícias ou fotografias de assaltos a bancos ou a estabelecimentos comerciais ou industriais; resumir no máximo às páginas internas a informação relativa a tais fatos;

13 Não publicar manchetes ou títulos que a atenção sobre ações criminosas, fotos que despertem a concupiscência, ou que seja obscenas ou deprimentes, inclusive comentários sobre atividades teatrais, cinematográficas, de clubes noturnos, circos e similares. Fica proibida a descrição minuciosa do modo como se levam a cabo os delitos;

14 Não publicar informações, manifestos, entrevistas relativas à atividade de religiosos e terceiros que possam criar tensões ou choques de natureza religiosa;

15 Não divulgar notícias, comentários, entrevista, declarações que ajudem a comprometer a política econômica do governo;

16 Não publicar notícias sobre movimentos operários, greves ou atos que alterem a ordem pública, inclusive informações relativas a movimentos subversivos em países estrangeiros ou manifestações de condutas violentas ou guerrilhas;

17 Quanto a S. Excia, o governador Nelson Rockefeller, não publicar, de maneira alguma, notícias sobre atos hostis ao ilustre visitante, em nenhum país da América Latina, ou referentes ao adiamento ou cancelamento de sua visita. Não estampar fotografias de manifestações que lhe sejam hostis. Colaborar por todos os meios, para que se crie um clima favorável a sua estada entre nós.²⁹¹

²⁹¹ ABREU, 2000, p. 46.

Os dois primeiros presidentes da república pós 1964 ainda recebiam esporadicamente os jornalistas. O general Médici, entretanto, só deu uma entrevista e mesmo assim mais se assemelhou a uma monótona, mas bem ensaiada peça de teatro, transmitida em cadeia nacional pela televisão. Os jornalistas (previamente selecionados pela presidência da república) liam suas perguntas (já selecionadas) e o presidente Garrastazu Médici lia as respostas (preparadas de véspera). Foi sua primeira e única entrevista coletiva, e pelo engodo que foi para a opinião pública, as outras não fizeram nenhuma falta.²⁹²

Embora nunca tivesse negado formalmente a liberdade de imprensa, o regime podia de fato impedir que a imprensa utilizasse essa liberdade. A imprensa era vulnerável em muitas frentes, não apenas do ponto de vista financeiro e profissional, mas também em termos da segurança pessoal de seus membros.²⁹³ A Polícia Federal vigiava o acatamento através de seus escritórios em Brasília. O assessor especial Hélio Romão afirmava que seu gabinete lia todos os jornais todos os dias, para ter certeza de que tudo estava em ordem. E se não estivesse, eles mandavam confiscar. E era certo que a imprensa se sentia vigiada de perto, os militares podiam mandar as impressoras parar, e o jornal não circularia, com considerável prejuízo financeiro. Do ponto de vista da empresa, o confisco de uma edição seria uma retaliação suficiente para garantir o cumprimento das ordens.²⁹⁴

Paolo Marconi²⁹⁵ nos esclarece que a revista *Veja* sintetiza todo o mecanismo da censura imposta à imprensa: nasceu sem censura, passou a ser obrigada a acatar os famigerados bilhetinhos contendo as proibições, esteve sob censura prévia algumas vezes, e só se viu livre dela com a saída compulsória do seu diretor e fundador Mino Carta.

²⁹² MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora, 1980. p. 99.

²⁹³ SMITH, 2000, p. 73.

²⁹⁴ SMITH, 2000, p.147.

²⁹⁵ MARCONI, 1980. p. 84.

Esta revista semanal conheceu a censura pela primeira vez em sua edição nº 15, de 18 de dezembro de 1968. A capa programada – sobre o AI-5 – trouxe um censor que vetou algumas declarações do político gaúcho Brito Velho. Mesmo assim, na segunda-feira a revista começou a ser apreendida nas bancas. A partir de então, começa um período de “censura branca”, quando comunicados e telefonemas da censura federal informavam sobre assuntos que não deveriam ser divulgados. Segundo pesquisas de Marconi, durante 119 edições (do número 285 a 404 as últimas que estiveram sob censura prévia) a revista teve 10.352 linhas cortadas, 60 matérias vetadas na íntegra, assim como 44 fotografias e 20 desenhos e charges. Até mesmo peças publicitárias foram vítimas da censura.²⁹⁶

Em 1972, a lista de proibições aumenta para 24 assuntos. E durante alguns meses (até 16 de setembro de 1972), a redação passa a ter um censor. No ano de 1973, a *Veja* continuava tendo problemas. Em março, uma matéria sobre a sucessão presidencial (edição nº 273) desagradou à segurança nacional. A partir disso, qualquer matéria sobre sucessão passou a ser encaminhada à censura prévia.²⁹⁷

Em se tratando do *Jornal do Brasil*, seu diretor na época, Walter Fontoura, considerava qualquer retaliação motivo suficiente para não publicar o material apontado, pois poderia ocorrer, talvez, a invasão do jornal, ou a prisão dos jornalistas responsáveis pela matéria. Assim, havia duas reuniões diárias dos editores, às 14 e às 18 horas. O editor de economia ficava sabendo das proibições referentes às notícias econômicas, o editor de política das proibições das notícias de política, assim aconteciam amplos debates no alto escalão, a cúpula editorial avaliava o que seria publicado, e os cuidados que deveriam ter com as notícias publicáveis.

Os diários, semanários, revistas, rádio e televisão ficam proibidos de cobrir notícias sobre a morte, prisão detenção ou quaisquer atividades de elementos subversivos em quaisquer circunstâncias, exceto quando houver autorização específica e direta pelo diretor-geral da Polícia Federal, para evitar quebra de

²⁹⁶ MARCONI, 1980, p. 197.

²⁹⁷ MARCONI, 1980, p. 197.

sigilo ou exploração da propaganda a respeito de fatos dessa natureza. (Bilhetinho²⁹⁸ apresentado ao Jornal do Brasil em 10-04-1973).²⁹⁹

Walter de Góes, do Jornal do Brasil, lembra-se de que freqüentemente os bilhetinhos tratavam de assuntos que eles não sabiam: a morte de fulano de tal num confronto com as forças de segurança no lugar tal. “E a gente nem tinha ficado sabendo. Isso ficava então entre nós, não se podia fazer mais nada a respeito”.³⁰⁰

O apoio de O Globo ao regime era bem conhecido. Embora seu diretor, Evandro Carlos de Andrade, fosse favorável ao regime e a muitas de suas metas e métodos, aceitando o sistema de bilhetinhos, ele nunca considerou legal a censura. Atribuía sua desaprovação exatamente à ilegalidade da censura:

Nunca fui contra os militares, nunca, nunca. Mas era contra, bem, acima de tudo, eu era contra a censura. A censura nunca foi instituída oficialmente, nem podia, por causa da Constituição: não pode haver censura a jornais. Nunca um agente da censura deixou aqui (fisicamente) uma ordem. Nunca um agente da censura se dirigiu (pessoalmente) a mim. Nunca. Eles entravam, mostrava o papel a quem encontrassem, uma secretária, um empregado de terceira linha, e saíam.³⁰¹

Muitos veículos de imprensa e jornalistas apoiavam o regime autoritário. Como fez notoriamente O Globo. É preciso, no entanto, examinarmos que nunca a imprensa brasileira endossou manifestadamente a negação de sua liberdade. Os que aceitaram a censura o fizeram por outras razões, não por causa do seu apoio ao regime.

²⁹⁸ Bilhetinho era o nome das proibições expedidas e apresentadas pela Polícia Federal. Mas quando o representante do jornal acabava de copiar o bilhetinho, ele tinha de provar que tinha tomado ciência assinando embaixo ou numa linha destinada para isso. Sob o texto da proibição havia uma lista com os nomes e endereços dos jornais aos quais o policial levaria a proibição. Era tudo muito simples e oficial. Depois da entrega do bilhetinho e recebimento da assinatura, o policial sempre o levava de volta. Nenhuma prova concreta jamais era deixada. Ver: SMITH, 2000, p. 141.

²⁹⁹ SMITH, 2000, p.155.

³⁰⁰ SMITH, 2000, p. 146.

³⁰¹ SMITH, 2000, p.186.

Nelson Traquina³⁰², discutindo o jornalismo brasileiro, afirma que nenhuma democracia sobreviveu sem uma imprensa livre. Por outro lado, nenhuma ditadura pode permitir a existência de uma imprensa livre, pois, um veículo de informação tem como um dos principais atributos equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e uma voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações, da sua ira, e, se for preciso, da sua revolta. Se as elites falam sozinhas, não há debate público, há sim, manipulação da informação, que traz consigo a parcialidade, a inverdade e até mesmo a invenção da notícia. Os meios de comunicação que interferem no imaginário social, servem como um importante instrumento de controle social. Para os militares e seus fiéis adeptos, o efeito principal da mídia foi o de reforçarem as suas idéias e nunca anunciar aqueles que portavam opinião oposicionistas. Assim, a censura e seus censores, e os que apoiaram o regime conseguiram fazer, em grande parte, do texto jornalístico um espaço de representações que só o governo encenava. São os bastidores da narrativa que nas páginas seguintes serão peça fundamental em nossa pesquisa empírica.

4.5 BASTIDORES DA NARRATIVA

Partindo de alguns autores fundadores de uma teoria da ideologia marxista pós-Marx, como G. Lukács, L. Althusser, entre outros intelectuais, podemos reconhecer em suas pesquisas os discursos ideológicos ocultos do texto jornalístico, mas presentes na estrutura da linguagem da mídia.

Qualquer aparelho de Estado seja ele repressivo ou ideológico, funciona simultaneamente pela violência e pela ideologia, mas com uma diferença muito importante que impede a confusão dos aparelhos ideológicos de Estado com o aparelho (repressivo) de Estado. É que em si mesmo o aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia [...] Os aparelhos ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente

³⁰²TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2005. p. 188 e 190.

prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão.³⁰³

Segundo João Batista de Abreu³⁰⁴, ideologia e discurso jornalístico seguem juntos em linhas paralelas. Desde o aparecimento dos primeiros jornais, em fins da Idade Média, a imprensa serve aos interesses de diferentes grupos ideológicos. E durante a ditadura militar, tentou-se manifestar as diversas opiniões correntes na sociedade brasileira, naqueles tempos convulsionada por um amplo espectro de idéias.

Nesta pesquisa, cujo foco de atenção é a grande imprensa, esta definida como o conjunto dos jornais e revistas ligados a grandes empresas, aqueles que podem exercer um papel de esclarecimento da sociedade, mas só até o limite dos interesses de seus proprietários, vinculados à manutenção de um complexo econômico, político e institucional.

Assim, resolutos em dominar e extinguir parte das ideologias de esquerda no Brasil, os generais não pouparam esforços em controlar os meios de comunicação, fossem eles escritos ou falados. Tornou-se com o tempo uma estratégia política fundamental na estruturação do poder militar no Brasil. A ordem era publicar apenas as notícias previamente autorizadas e devidamente lidas horas antes pelos censores. A esquerda armada e suas ações passaram a ser assunto altamente proibitivo e existiam regras claras quanto à divulgação não só das opiniões dos componentes dessas facções, como também das notícias sobre suas ações. Quando os atos contra o governo militar começaram a imprensa fora amordaçada de tal maneira que burlar todo o sistema de repressão afigurava-se um desafio à inteligência, perspicácia e coragem dos jornalistas. A ação das tesouras e das famigeradas canetas manejadas num primeiro momento, por oficiais do exército e, depois, por agentes do departamento da censura da Polícia Federal, foram implacáveis. Qualquer reportagem negativista era proibida. Qualquer crítica persistente também. A lista de assuntos proibidos era imensa, e a luta armada encabeçava essa lista.

³⁰³ ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 3ª Edição. Lisboa: ed. Portugal, 1976. p. 53.

³⁰⁴ ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 21.

Mas, existiu, ainda, outra questão inegável, a da atuação da censura como uma política de Estado, impedindo a disseminação de informação com o principal objetivo de controlar a sociedade. Ou seja, a censura política à imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo, junto com os outros dispositivos militares, como a tortura, a prisão, etc.

No entanto, houve um período em que nem mesmo a censura conseguiu manter de fora das manchetes dos grandes veículos de imprensa as ações armadas realizadas por militantes de esquerda entre 1968 e 1974, sobretudo, os seqüestros de diplomatas estrangeiros que, sem dúvida, mereceram maior destaque. Ocupando as principais manchetes do dia, tais ações convertiam-se, algumas vezes, em capas de revista, por vários dias até o seu desfecho final. E a explicação para tanta visibilidade dos guerrilheiros é o aspecto inédito de suas ações, já que o país não assistira a raptos políticos deste vulto em toda a sua história. É clara a dimensão política do ato, na medida em que envolveu representantes de governos estrangeiros.

João Batista de Abreu³⁰⁵ investigou que, ao contrário de outros grupos guerrilheiros da América Latina, os brasileiros não exigiam quantias em dinheiro para libertação dos diplomatas, realçando o caráter despojado e idealista dos grupos guerrilheiros. As ações traziam um significado que ultrapassava o mero ato do seqüestro, ganhando uma interpretação no terreno simbólico porque expunham de certa forma, os erros do regime militar que aparentava uma firmeza inatingível.

No que se refere ao seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, ocorrido em setembro de 1969, amplamente noticiado pela mídia brasileira, o *Jornal do Brasil*, de 05 de setembro de 1969, informava: “*Governo fixa hoje sua posição sobre o seqüestro*”, detalhando na chamada que os ministros das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, e da Justiça, Gama e Silva, divulgariam nota oficial conjunta sobre o assunto. A opção foi tratar o episódio como um fato já noticiado, partindo do princípio de que o leitor já tomara conhecimento do fato através das rádios e TVs. Assim, o jornal não descrevia com detalhes nem ação dos guerrilheiros e nem como analisava seus objetivos. A primeira manifestação oficial, noticiada pelo *Jornal do Brasil*, coube ao

³⁰⁵ ABREU, 2000, p. 217.

Itamarati, que divulgou nota oficial no mesmo dia classificando o seqüestro de “um ato de puro e simples terrorismo em detrimento do prestígio internacional do Brasil”. O jornal preferiu destacar em suas manchetes a posição do governo brasileiro, embora tenha dado um tratamento político ao seqüestro.

O jornal O Globo também ofereceu ao seu leitor a versão dita oficial, mas também deu uma conotação política ao seqüestro do embaixador. O assunto ocupou as páginas principais do 1º caderno, além de merecer chamadas em quase todos os dias:

Seqüestro e Terror

O embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi raptado as 13 e 40 de ontem por terroristas, numa via pública do Rio de Janeiro, em Humaitá. Dois dos terroristas entraram no carro do embaixador, obrigando seu motorista a seguir por diversas ruas, e por fim retiraram o diplomata, obrigando-o a entrar em outro veículo. No carro da embaixada os terroristas deixaram um documento assinado pela Ação Libertadora Nacional e pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR-8. [...] ³⁰⁶ [grifo nosso]

Como a realidade que o jornal oferece é modalizada por um leque desigual de ofertas³⁰⁷, principalmente numa sociedade autoritária em que grande parte da imprensa serve aos interesses dominantes, a construção de referências se dá também de forma desigual por parte do leitor. Mas, os seqüestros de embaixadores é um momento singular para as organizações clandestinas, pois elas tiveram um inédito acesso aos meios de comunicação através de seus comunicados dirigidos às autoridades ou diretamente à população. Foi um período fugaz, porém, estritamente rico.

O episódio do seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, representou uma grande oportunidade para a guerrilha explicar suas ações, expor sua opinião sobre o regime militar e denunciar as torturas. E o governo cedeu às exigências de divulgação pela imprensa, na íntegra do manifesto, publicado em setembro de 1969 pelo O Globo e Jornal do Brasil, entre outros jornais:

³⁰⁶ SEQÜESTRO e terror. **O Globo**, 05 set. 1969. Página Policial, p.11.

³⁰⁷ ABREU, 2000. p. 237.

Grupos revolucionários detiveram hoje o Sr. Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantêm preso. Este não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, onde se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; tomando os quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; as explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores. Na verdade, o rapto do Embaixador é apenas mais um ato de guerra revolucionária que avança a cada dia e que este ano ainda iniciará a sua etapa da guerrilha rural. Com o rapto do Embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. [...] O Sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais mantém o regime de opressão e exploração. [...] ³⁰⁸ [grifo nosso]

Como o refém era alguém bastante importante, o governo militar foi obrigado a ceder e o manifesto foi publicado, informando a sociedade às intenções das organizações clandestinas, neste caso da ALN e do MR-8. O fato tornara-se, assim, de grande repercussão, dada a resolução do regime em proibir a esquerda revolucionária de se manifestar publicamente, utilizando-se da censura para amordaçar qualquer iniciativa de divulgação das opiniões divergentes ao governo.

Outras vezes, no entanto, alguns setores da imprensa optavam por tornarem-se veículos de divulgação da versão governista. A cobertura jornalística do O Globo sobre as dissidências armadas no Brasil, especialmente a ALN liderada por Carlos Marighella, mostra-nos claramente a opção pela versão oficial, ou seja, a dos militares. Além disso, o jornal preocupava-se em realizar um julgamento moral da luta armada do que noticiar o fato em si, imprimindo uma imagem negativa dos guerrilheiros. O resultado deste tipo

³⁰⁸ MANIFESTO. **Jornal do Brasil**, 09 set. 1969. Página Policial, p. 13.

de publicação era, principalmente, a criminalização dos atos políticos, como podemos comprovar na reportagem abaixo:

Bando Armado toma rádio de assalto

Metralhadoras e revólveres garantiram ontem a tomada dos transmissores da Rádio Nacional de São Paulo, numa ação de 25 minutos sob o comando pessoal de Marighella e Lamarca, à frente de um bando de dez terroristas, cinco ainda não identificados. Na voz de Marighella, uma mensagem de desordem e ofensa às autoridades foi irradiada durante 15 minutos, e parcialmente repetida antes que a emissora pudesse ser retirada do ar. O ataque estava planejado há mais de seis meses, e a polícia sabia.³⁰⁹ [grifo nosso]

As palavras subversivos, terroristas, ações antibrasileiras e anticristãs, ou frases do tipo “as sementes da subversão e do terror invadiram o Brasil”³¹⁰ foram usadas largamente pelo jornal O Globo para denominar as ações e manifestos de Carlos Marighella. Embora O Globo e a grande imprensa em geral não apoiassem o discurso da esquerda descrita como radical, chama a atenção à avaliação mais depreciativa por parte deste periódico, do que no Jornal do Brasil e Veja. Esse fato autoriza a caracterização de “direita” ao O Globo por se expressar abertamente contra uma ação de resistência à ditadura.

Ainda assim, O Globo mesmo sendo um jornal, já na década de 1960, respeitado e de circulação nacional não ficou de fora da censura. Embora, não enfrentasse problemas como a revista Veja na hora de editar as suas matérias, também teve que se enquadrar nas novas regras do que podia e do que não podia ser publicado e como deveria ser. Portanto, O Globo no começo da censura, como toda a imprensa, foi alcançado por ordens que vinham pelo telefone e depois começaram a vir pelo telex.

Mas, devemos avaliar que O Globo ficou associado ao regime autoritário por ter sido porta-voz dos militares e por ter crescido nesta época. As empresas jornalísticas do grupo se adaptaram às regras impostas pelos governantes: o noticiário político ficou

³⁰⁹ BANDO armado toma rádio de assalto. **O Globo**, 16 ago. 1969. Página Policial, p.12.

³¹⁰ CARTAS de Marighella revelam as cinco etapas da subversão. **O Globo**, 08 jul. 1969. Página Policial, p. 21.

escasso e o econômico fazia eco aos “milagres” de Delfim Neto e sucessores. Portanto, este jornal não enfrentou grandes problemas com os censores.

Ao examinarmos matéria publicada no O Globo sobre a morte de um oficial americano, que mais tarde o DOPS acusaria integrantes da ALN e da VPR pelo atentado, acusado de ser agente da CIA e que estaria treinando militares brasileiros no combate aos guerrilheiros, podemos constatar o apoio explícito deste jornal aos militares e de condenação aos guerrilheiros. Tal afirmação pode ser examinada num pequeno trecho da reportagem descrita abaixo:

Herói de guerra metralhado por terroristas

São Paulo (O Globo) - Da janela de seu quarto, uma mulher foi testemunha do metralhamento de um herói de guerra norte-americano. O capitão Charles Rodney Chandler, de 30 anos, ex-instrutor de guerrilhas e ex-combatente no Vietnam, foi metralhado por três homens no interior de seu carro, ao sair de casa no sábado de manhã, em companhia do filho, que levaria à festa do Texas, montada no Ibirapuera. No impala do militar assassinado, seis panfletos datilografados, junto ao cadáver, diziam que sua morte foi “a pena imposta pela justiça revolucionária” a um homem que quarenta vezes, num ano, enfrentou os vietcongues. O crime está sendo investigado pela Polícia Federal, DOPS, Delegacia de Homicídios e 21º Delegacia. O delegado da Polícia Federal, General Sílvio Correia de Andrade, vê no atentado um prosseguimento da onda de terrorismo em São Paulo.[...] ³¹¹ [grifo nosso]

Na análise de Paolo Marconi³¹², ao contrário do O Globo, a censura esteve muito presente no Jornal do Brasil, que perdeu a concessão do canal de TV da antiga Tupi, para a Manchete e anos depois, durante o governo Geisel, sofreu boicote econômico com a retirada de toda a publicidade oficial, que representava uma boa fatia na receita da empresa. Os anúncios governamentais que já vinham paulatinamente escasseando, sumiram de vez quando o jornal criticou a política nuclear. Um exemplo: na edição do

³¹¹ HERÓI de guerra metralhado por terroristas. **O Globo**, 14 out. 1968. Página Policial, p. 18.

³¹² MARCONI, 1980, p. 132.

dia 11 de março de 1974, do seu principal concorrente, O Globo, contavam-se 16 páginas de editais e anúncios oficiais, no Jornal do Brasil, acredite, nenhuma.

Sobre a força do governo militar que teve como um dos principais alicerces o rígido controle da imprensa, Millôr Fernandes afirma que:

[...] O controle dos meios de comunicação modernos deu aos poderes constituídos uma força esmagadora e quase incombustível. Os poderes podem não aumentar a própria estatura, mas lhe é muito fácil rebaixar o teto.³¹³

O resultado desta concentração dos meios de comunicação em poucas e selecionadas mãos, incentivadas pelo próprio governo, pois assim foi mais fácil controlar a opinião pública, levou a uma opressora uniformização das informações o que prejudicou e muito o pluralismo das opiniões, condição essencial para uma verdadeira liberdade de informação.³¹⁴

Segundo João Batista de Abreu,³¹⁵ a Divisão de Censura da Polícia Federal tentava evitar a revelação de atos da guerrilha, com medo de que a divulgação estimulasse ações de outros grupos clandestinos, gerando uma escalada da resistência armada contra o regime. Até mesmo notícias sobre prisões ou mortes de militantes só eram autorizadas muitos dias depois de sucintas notas oficiais. O objetivo era permitir que os órgãos de segurança tivessem tempo de desbaratar a rede de operações à qual estava ligado o militante. As informações que contrariassem a versão oficial sobre as circunstâncias da morte de guerrilheiros eram proibidas terminantemente. A notícia que comprometia a versão oficial era vista como peça de propaganda contra o regime, por isso a regra era muito clara: publicar apenas o permitido, ou seja, as notas oficiais emitidas pelas autoridades governistas, qualquer ação contrária aos interesses dos militares resultaria em prisões, apreensão dos jornais, e até o fechamento das empresas jornalísticas.

³¹³ FERNANDES, Millôr. Apud MARCONI, 1980, p. 37.

³¹⁴ MARCONI, 1980, p. 140.

³¹⁵ ABREU, 2000, p. 46.

Ainda de acordo com João Batista³¹⁶, a palavra “subversivo”, por exemplo, que inicialmente servia para designar os políticos cassados e os recém iniciados nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), instaurados nos primeiros anos do regime militar, passou a ser usada como sinônimo de opositor do novo governo. A “guerra das palavras” era particularmente importante para os militares, assim, recomendou aos principais jornais que classificassem de “terrorismo” todas as ações armadas praticadas por guerrilheiros. Além disso, as reportagens deveriam ser publicadas nas páginas policiais, junto com assaltos e assassinatos cotidianos. Sobre o teor político das ações, era terminantemente proibida a sua publicação. Poucas vezes a imprensa conseguiu divulgar algo de concreto sobre a luta armada, como veremos mais adiante.

O Jornal do Brasil foi um dos poucos órgãos censurados que teve a providência ou ordem documental e histórica de organizar um arquivo com centenas de proibições. Apesar de sua compilação sistemática ter sido iniciada muito tarde, só por volta de 1972, este jornal ao publicar o livro negro do JB, nos trouxe, sem dúvida alguma, um riquíssimo material para que pudéssemos avaliar a censura ocorrida em sua redação:

Não divulgar neste veículo de informação que o preso Fernando Marques Ferreira, vulgo Nando Branco, que chefiou fuga da penitenciária Lemos de Brito, foi baleado. (Proibição recebida pelo Jornal do Brasil em 06 de Maio de 1974).³¹⁷

De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação através dos meios de comunicação social, de qualquer notícia relativa à greve de fome ou insubordinação de elementos presos. (Proibição recebida pelo Jornal do Brasil em 24 de Outubro de 1974).³¹⁸

Assim, por um lado não é difícil compreender as publicações, freqüentemente negativas, sobre a luta armada. Contudo, se analisarmos mais atentamente perceberemos no decorrer deste capítulo, por meio dos recortes das notícias, que mesmo com toda a mordança, outros veículos de comunicação conseguiam informar

³¹⁶ ABREU, 2000. p.47.

³¹⁷ MARCONI, 1980, p. 280.

³¹⁸ MARCONI, 1980, p. 291.

com um pouco mais de imparcialidade do que O Globo. O Jornal do Brasil é um bom exemplo de um discurso jornalístico diferente, embora não apoiasse a luta armada, como poderemos notar nas reportagens descritas nas páginas seguintes.

O Jornal do Brasil ao publicar uma reportagem sobre a caçada que os militares montaram para prender Carlos Marighella, já no final de 1968, na mesma matéria aparece à ficha de Marighella fornecida pelo DOPS. Nesta reportagem a palavra terrorista não apareceu, o que era algo comum na imprensa denominar desse modo algum guerrilheiro, a palavra utilizada foi ex-deputado, lembrando ao leitor a sua condição anterior ao golpe, condição essa de um ex-político e não de alguém perigoso e desordeiro. O jornal apenas indicava que Marighella era chefe de uma quadrilha que assaltava bancos, mas claro, sem esclarecer ao leitor a sua condição política após o golpe e suas idéias. Certamente, a censura e o medo de represálias ajudaram para que a edição fosse tão desfavorável a Marighella.

General França deve chefiar em S. Paulo caça a Marighella.

O secretário de Segurança, General Luís de França Oliveira, deverá viajar nas próximas horas para o interior de São Paulo, a fim de chefiar a caçada ao ex-deputado comunista Carlos Marighella, apontado como chefe da quadrilha que assaltou o carro-pagador do IPEG.[...] ³¹⁹[grifo nosso]

O Globo ao noticiar a prisão de um guerrilheiro da ALN e desvendar quatro de seus aparelhos, onde os militantes se achavam escondidos da polícia, percebe-se, claramente, já na manchete do jornal, uma opinião que os desqualificava como opositores e políticos:

Estourados Mais Quatro Ninhos de Terroristas

No estouro do aparelho da subversão, as armas forma encontradas na geladeira. Em 24 horas de atividades ininterruptas, agentes do Exército e da polícia desmantelaram ao todo mais quatro ninhos do terrorismo. Copacabana,

³¹⁹ GENERAL França deve chefiar em S. Paulo caça a Marighella. **Jornal do Brasil**, 13 nov. 1968. Página Policial, p.10.

Tijuca e Flamengo, foram os bairros farejados. Na porta de um dos apartamentos, a advertência oficial: - Interditado pela Polícia do Exército. [...] Onze horas após o estouro do aparelho 302, as autoridades do Exército e da polícia civil voltaram ao mesmo edifício, dirigindo-se ao apartamento 105 onde morava o rapaz barbudo, baixo e moreno, conhecido como Edílson. [...] Livros panfletos, documentos e um gravador foram apreendidos na geladeira. Revólveres, rifles e munições substituíram carnes, frutas, legumes e água gelada. O Volks de Edílson foi apreendido pelas autoridades, na frente do prédio.³²⁰ [grifo nosso]

Ao noticiar a prisão de mais dissidentes da ALN, o Jornal do Brasil mais uma vez publica a versão oficial, demonstrando que a censura e a repressão estavam funcionando de forma bastante eficaz, já que nenhuma opinião divergente parecia emergir, alterando, assim, uma longa tradição daquele jornal:

Polícia Federal captura em Brasília 12 pessoas ligadas ao grupo Marighella

Brasília (Sucursal) – A Agência Nacional, através de A voz do Brasil, divulgou ontem a notícia da prisão, em Brasília, de 12 pessoas ligadas ao grupo terrorista de Marighella. Segundo a notícia, que transcreve um telegrama do chefe do Gabinete Ministro do Exército, General Arnaldo Calderari, ao chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, um dos suspeitos, provavelmente, o chefe do grupo, fugiu após ferir um agente do Departamento de Polícia Federal.[...] ³²¹ [grifo nosso]

No entanto, podemos notar abordagens distintas em ambos os veículos. O Globo ao dar a mesma notícia sobre a prisão de guerrilheiros da ALN, ao contrário do Jornal do Brasil, procurou dar ênfase à prisão do líder e não dos demais componentes do grupo. E o mais grave, no decorrer da notícia mistura informação com juízo de valor denominando os esquerdistas com adjetivos pejorativos que os desqualificavam completamente. E assim, os definiu como “grupo de agitadores” e de “quadrilha”:

³²⁰ ESTOURADOS mais quatro ninhos de terroristas. **O Globo**, 22 dez. 1969. Página Policial, p.12.

³²¹ POLÍCIA Federal captura em Brasília 12 pessoas ligadas ao grupo Marighella. **Jornal do Brasil**, 25 Fev. 1969. Página Policial, p. 15.

Chefe da gang de Marighella foi preso em Brasília

Brasília (O Globo) – Agentes da Divisão de Ordem Política e Social do Departamento de Polícia Federal conseguiram prender, na manhã de ontem, na superquadra 106, após rápido tiroteio, Clóvis Bezerra de Almeida, um dos chefes do grupo de agitadores ligados à “quadrilha” de Marighella e que, na madrugada de segunda – feira, quando do desmantelamento da “gang”, atingiu a tiros os agentes federais Geraldo Oliveira e Manuel da Cunha Reduzino. A ação dos agentes federais prosseguirá em outros Estados, uma vez que o grupo possui diversas ramificações.[...] ³²² [grifo nosso]

O que queremos destacar é que O Globo, diferentemente do Jornal do Brasil, e principalmente da revista Veja, como veremos mais adiante, ao noticiar os atos dos guerrilheiros, constantemente tomou partido do governo e condenou a luta armada. Em suas reportagens o que verificamos é o apoio dado pelo Globo ao governo militar, na medida em que noticiava e condenava as ações armadas da ALN.

Por outro lado, analisando O Jornal do Brasil, é de fundamental importância para compreendermos o tratamento dispensado ao assunto ALN e Carlos Marighella por esse periódico, que não assumiu um “tom” condenatório em relação à luta armada como o fez O Globo. Veja a reportagem abaixo:

Gen. França acusa Marighella oficialmente pelos assaltos

Com prisão preventiva já decretada, o ex-deputado Carlos Marighella foi acusado ontem pelo secretário de Segurança General Luís de França Oliveira, de ser o mentor intelectual de alguns assaltos no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, que apresentaram as mesmas características do praticado contra o carro-pagador do IPEG, em Bento Ribeiro. Para o General França, que retornou

³²² CHEFE da gang de Marighella foi preso em Brasília. **O Globo**, 26 fev. 1969. Página Policial, p. 14.

de São Paulo convicto dessa conclusão, os assaltos se destinavam a obter fundos para financiar um movimento de guerrilhas.[...]³²³ [grifo nosso]

De forma direta e objetiva, o Jornal do Brasil informava o fato ocorrido, sem tantas conotações de simpatia ou discordância com o movimento guerrilheiro, divulgando o ocorrido com detalhes, mas sem se posicionar diante dos fatos. E nas 32 reportagens analisadas neste periódico, em sua maioria, não é diferente do que se acabou de ler acima. Verifica-se, constantemente, a preocupação em não demonstrar uma opinião contrária ou a favor a ALN, expondo os fatos sem expressar firmes opiniões, o que é compreensível por parte de um veículo de comunicação nem tão favorável à ditadura. Essa forma de noticiar as ações dos guerrilheiros transformava-se numa atitude peculiar, pois que não condenando e adotando uma postura imparcial, o Jornal do Brasil acabava sendo mais útil a uma crítica ao regime militar, do que arriscando uma contundente crítica e saindo de circulação devido à perseguição da censura.

Se pararmos para pensar que havia censura e constantes ameaças de recolhimento dos exemplares nas bancas, o que causaria um sério prejuízo à empresa jornalística, e até o fechamento do jornal, o JB atravessou os anos de chumbo com muita inteligência, uma vez que não pertencia a uma base de apoio dos militares. A análise para O Globo não pode ser a mesma, ao examinarmos as suas matérias, podemos traçar um perfil de um jornal comprometido com as idéias de um governo autoritário e que condenava a luta armada. As reportagens já descritas e as seguintes comprovam essa afirmação.

Em um dos raros momentos em que o jornal O Globo, meses antes de noticiar a morte de Marighella, ao descrever e explicar aos seus leitores as idéias e concepções da guerrilha e do então líder da ALN o fez dessa forma:

As sementes da subversão e do terror invadiram o Brasil após os meses de agosto e setembro de 1967. [...] Despedido dos compromissos burocráticos e descompromissado com o esquema que classificou de ortodoxo, do Comitê Central do partido, Marighella assumiu, como apurou a polícia paulista, a liderança da guerrilha. A subversão e o terror foram alicerçados, então, nas

³²³ GEN. FRANÇA acusa Marighella oficialmente pelos assaltos. **Jornal do Brasil**, 15 nov. 1968. Página Policial, p. 18.

velhas e novas bases. As primeiras, compostas por comunistas debandados [...], as segundas agrupando adeptos das guerrilhas e arregimentando jovens e insatisfeitos de várias classes. [...] Vieram os assaltos a bancos. A hospitais. O roubo de armas A guerra surda da traição de alguns militares.³²⁴ [grifo nosso]

Neste pequeno trecho da reportagem descrita anteriormente, não é muito difícil concluir que mesmo dando maiores explicações sobre as diretrizes que Marighella deu a luta armada, o jornal não informa somente, mas principalmente desaprova ao tentar expor o processo revolucionário conduzido pelo então líder da ALN. Além disso, o aspecto político é desconsiderado e o que é destacado é o aspecto policial, na medida em que a reportagem é editada na página policial e que Carlos Marighella e todos aqueles que participaram das ações contra os militares são apresentados como assaltantes de bancos.

Poucos meses depois, sobre a morte de Marighella, o Globo prioriza as ligações de padres dominicanos com a guerrilha mais do que a morte do ex-deputado, citando como única fonte o DOPS, o que demonstra, claramente, que o jornal adotou como absoluta a versão dos órgãos de segurança. Marighella recebe as qualificações de “chefe terrorista” e “líder do bando”:

O DOPS não tem mais dúvidas de que o Colégio dos Dominicanos, no bairro das Perdizes, em São Paulo, servia de refúgio a Carlos Marighella e seu bando. Foi exatamente à prisão de dois desses padres, domingo último que deu à polícia elementos para cercar Marighella ontem, no centro de São Paulo, quando ele ia ao encontro dos dominicanos. No tiroteio que se seguiu entre os agentes e o guarda-costas do chefe terrorista, este foi metralhado e morto, quando no interior do carro em que o aguardavam os padres, tentou sacar sua arma. Uma agente do DOPS morreu.³²⁵ [grifo nosso]

Comparativamente, sobre a morte de Carlos Marighella, o Jornal do Brasil opta por um discurso menos condenatório no que se refere ao ex-líder comunista. Sob o título:

³²⁴ CARTAS de Marighella revelam as cinco etapas da subversão. **O Globo**, 08 jul. 1969. Página Policial, p. 14.

³²⁵ COLÉGIO dos dominicanos abrigava os terroristas. **O Globo**, 05 nov. 1969. Capa.

“*Carlos Marighella é enterrado em sigilo pelo DOPS paulista*”, (ANEXO B) a notícia nos informa o sepultamento de um ex-deputado, e a palavra líder terrorista é usada uma única vez, algo difícil entre os jornais, que costumavam utilizar apenas a palavra terrorista ao se referirem a Marighella. Além disso, podemos interpretar o título como uma denúncia, mesmo com uma matéria tão sucinta com se segue:

Sob sigilo quebrado só à tarde, o DOPS fez sepultar às 9 horas, de ontem, no cemitério de Vila Formosa, o corpo do ex-deputado Carlos Marighella.

Levado ao cemitério – o maior da América Latina e onde é sepultada a maioria dos moradores pobres de São Paulo – em carro de transporte de defuntos do Instituto Médico Legal, o corpo de Marighella baixou à sepultura nº 1.106 da quadra 53, num caixão revestido externamente de plástico preto.[...] ³²⁶ [grifo nosso]

Ainda sobre a morte Carlos Marighella o Jornal do Brasil noticiou no dia 11 de dezembro de 1969: “*Polícia diz como foi à (sic) morte de Marighella*”, ou seja, o jornal esclarece que é a versão policial e somente essa. Pareceu a esse veículo importante divulgar, mesmo que nas entrelinhas, que se tratava apenas da versão do governo militar, aceita em nome da sobrevivência deste veículo de informação naquele momento sombrio de censura. Também podemos interpretar como um importante recurso deste jornal para fazer críticas e ao mesmo tempo burlar os censores, de modo que não percebessem o que de fato o jornal publicou. Assim, o Jornal do Brasil apesar de toda a censura e conseqüentes proibições fez um jornalismo mais crítico do que O Globo.

Em outra ocasião envolvendo militantes da ALN, O Globo misturou em sua reportagem opinião e informação e, como de costume, condenou a luta armada. Um bom exemplo disso foi à notícia da morte do industrial dinamarquês, naturalizado brasileiro, Henning Boilesen, acusado, pela esquerda de patrocinar a Operação Bandeirantes (OBAN). Com o título “*Terroristas metralham industrial pelas costas*”, e antetítulo “*Ato selvagem e covarde nas ruas de São Paulo*”: (ANEXO C).

³²⁶ CARLOS Marighella é enterrado em sigilo pelo DOPS paulista. **Jornal do Brasil**, 07nov. 1969. Página Policial, p.18.

Foi, para São Paulo, um terrível pesadelo: quando rádios e televisões começaram a divulgar a notícia, toda a cidade foi tomada pelo espanto, o horror, a incredulidade. Henning Boilesen, 54 anos, presidente da Ultragás, caíra nas ruas, vítima de selvagem atentado terrorista. Seu único crime: um profundo amor pelo Brasil, em cujo futuro confiava e para cujo progresso trabalhava com uma dedicação exemplar. Eram quase nove horas. Boilesen dirigia-se de automóvel para a sua indústria quando, no jardim América, foi “fechado” por dois Volks. Ao apercebe-se de que enfrentava os “gangsters” do terror, saltou do carro e correu em direção à rua Barão de Capanema. Metralhado covardemente pelas costas, caiu morto junto ao meio fio. Os terroristas aproximaram-se, para confirmar a morte, e fizeram mais disparos em sua cabeça.³²⁷ [grifo nosso]

No trecho da reportagem descrita anteriormente sobre a morte do industrial por militantes da ALN, podemos detectar que a palavra terrorista foi usada duas vezes para classificar os guerrilheiros e seus atos. Outras palavras como terror, selvagem, covardemente, são usadas para informar ao leitor do jornal O Globo a respeito da luta armada. Ou seja, este jornal, diferentemente do Jornal do Brasil apresenta, independente da censura, uma forma menos crítica e condenatória ao divulgar os atos da ALN. Além disso, a reprovação desses atos é evidente, este jornal não apenas informava como também desaprovava as ações e intervenções da ALN.

Apesar de nessa pesquisa concentramo-nos nas reportagens, houve um editorial de O Globo extremamente esclarecedor, intitulado “Cangaceiros”. O Globo mistura no texto informações de como teria acontecido o crime do industrial que financiou a Oban com juízos de valor na escolha dos adjetivos que nomeiam os envolvidos. Evidenciando o seu apoio ao regime militar, o editorial clamava para que as autoridades esmagassem os guerrilheiros. Não havia qualquer menção ao fato de o empresário ser acusado de recolher fundos para a Operação Bandeirantes, organização policial-militar responsável pela prisão e tortura de suspeitos de envolvimento na luta armada:

³²⁷ TERRORISTAS metralham industrial pelas costas. **O Globo**, 15 abr. 1971. Capa.

Henning Albert Boilesen, Presidente da Ultragás, de 54 anos, teve ontem seu automóvel Galaxie “fechado” por dois Wolkswagen no Jardim América em São Paulo Vendo que se tratava de terroristas, abandonou o carro e saiu correndo sendo então metralhado pelas costas. Para que não houvesse qualquer possibilidade de “fracasso”, os bandidos marxistas aproximaram-se do corpo caído e desferiram vários tiros na cabeça de Boilesen. [...] Cena de selvageria o Brasil só conhecera no tempo do cangaceirismo no sertão nordestino. [...] A opinião pública recebe essa notícia sobre a tentativa de implantação no Brasil de um reino de barbárie com profunda repulsa. E reclama o reforço de providências contra esses cangaceiros do marxismo-leninismo. Temos de esmagar a guerra revolucionária, forma cruel de luta que escapa a qualquer intervenção do Direito. [...] Atrocidade é a palavra ligada à história do movimento comunista internacional. Marx, o Profeta do Ódio, afirmou que “a violência é a parteira da história”. Mas a frase produziu abortos sucessivos. Nada de bom nasceu nas mãos dessa parteira.³²⁸ [grifo nosso]

Mesmo depois da morte de Carlos Marighella, apesar de as notícias terem ficado escassas sobre sua organização, há matérias que induziam o leitor a uma opinião parcial a respeito de umas das principais dissidências que combateu o regime militar. Assim, sobre a morte do professor de História Francisco Jacques Alvarenga que estivera ligado a ALN, o Jornal do Brasil assim descreveu o episódio:

O professor de História Francisco Jacques Alvarenga, de 28 anos, que há 15 dias fora libertado depois de dois meses de prisão, foi morto às 11h 15m de ontem com quatro tiros de revólver calibre 45, quando regia, numa sala do Colégio Veiga de Almeida, uma prova para os vestibulandos do Curso MCB. Os tiros foram disparados por um homem ainda jovem, cabeludo, que vestia suéter amarelo. [...] Durante o assassinato, um deles pixou a parede interna do colégio de spray negro com a sigla ALN.[...] ³²⁹[grifo nosso]

Já o jornal O Globo sobre o mesmo episódio nos informa da seguinte forma:

O professor de História Francisco Jacques Alvarenga, de 30 anos, interrompeu ontem de manhã as questões para um vestibular simulado, que preparava

³²⁸ CANGACEIROS. **O Globo**, 16 abr. 1971. Editorial, p. 11.

³²⁹ INVADIRAM o colégio e mataram o professor. **Jornal do Brasil**, 29 de jun. 1973. Página Policial, p.24.

numa sala do Colégio Veiga de Almeida, na Tijuca, e dispõe-se a atender dois dos três desconhecidos que lhe queriam falar. Ao estender-lhes a mão, porém, levou quatro tiros de pistola 45 e caiu morto, sem ter sabido que o terceiro do grupo escrevia naquele momento, sobre uma parede do pátio, com uma lata de tinta spray, as letras que compõem a sigla de uma organização terrorista – ALN.³³⁰ [grifo nosso]

Podemos avaliar nas reportagens anteriores sobre a morte do professor de história, que o Jornal do Brasil não informou o que era de fato a ALN, mas também não emitiu opinião sobre a luta armada. O Globo ao contrário, classificou a ALN de “organização terrorista”, preferindo assim, emitir a sua opinião sobre a ALN. São duas maneiras distintas de informar o leitor, embora a reportagem estivesse nas páginas policiais em ambos jornais, O Globo preferiu condenar e não somente informar. O Jornal do Brasil, apesar de não apoiar a luta armada, e também não conseguir informar, nesta reportagem, de forma mais imparcial o seu leitor, sem dúvida alguma, fez um jornalismo diferente do O Globo.

Como bem nos informa João Batista de Abreu³³¹, a exemplo da morte do professor de história, as diversas matérias referentes a prisões de militantes de partidos clandestinos eram editadas nas chamadas de missa (expressão usada pelos secretários da redação para qualificar as páginas que publicavam anúncios de falecimento e de missas). Em quase todos os jornais, os temas tratados nesta página são de natureza policial, o que induz ao leitor a estabelecer uma associação entre crimes comuns e atos ilícitos atribuídos aos militantes de partidos clandestinos. O discurso não só das palavras, mas da edição, informa ao leitor que os assuntos constantes da página pertencem ao mesmo universo.

O jornalista José Silveira do Jornal do Brasil justifica a edição do jornal, que publicava as notícias sobre a guerrilha somente na página policial. Segundo Silveira, a página de missa era uma das últimas a serem fechadas, o que facilitava a publicação das matérias, uma vez que as notas oficiais chegavam à redação perto da hora do

³³⁰ 3 VISITAM o professor Jacques e o matam. **O Globo**, 29 jun. 1973. Página Policial, p.18.

³³¹ ABREU, 2000, p. 206.

fechamento. Para ele a preocupação na época era publicar a informação, independente da página. Mas é claro que a censura também agiu. A luta armada não deveria ter um conteúdo político nos jornais, os seus ideais não deveriam ter destaque algum, ao contrário, denominá-los de assaltantes e terroristas parecia o mais sensato segundo os generais que pretendiam que os guerrilheiros tivessem uma imagem negativa para que a sociedade os condenasse. Assim era muito mais fácil prender e torturar.

Nenhum jornal deu status à luta armada para ir para a página de política, até porque a luta armada, com todo respeito aos caras que morreram e se meteram neste negócio, foi uma aventura. Queriam derrubar o Estado com revólver 38. Era um bando de garotos. A hora que o Estado se organizou para massacrá-los massacrou mesmo. [...] No jornal, eu fazia o negócio sem ver muito o olho do leitor. Acho que o importante era publicar as coisas, em vez de não publicar. A página três era a página de política. O que o deputado falou, o que o ministro, o presidente da República. [...] A luta armada não tinha status político, nem aqui nem na Argentina, nem em lugar nenhum. Quando muito ia para a página nacional, mas não era uma contestação política reconhecida como tal.³³²

Perceba que já o jornalista Nilson Lage, editor nacional de O Globo no início dos anos 1970, recorre a outros argumentos técnicos para explicar o critério de edição das reportagens sobre a esquerda constarem das páginas policiais, adotado por praticamente todos os grandes jornais na época:

A reportagem política é um tipo especializada: a notícia política real é sempre uma decisão coletiva das urnas ou de parlamentos; o noticiário do dia-a-dia se compõe de declarações, de modo que, em qualquer página política, as matérias transitam quase sempre pelo campo semântico do dizer, disse, declarou, afirmou, negou, etc. Já o noticiário urbano e de polícia é factual, não costuma citar a fonte de informação que veicula. [...] Daria um trabalho infeliz e significaria separar radicalmente reportagem de edição, editar sistematicamente matérias fora de suas especialidades de origem. Isso também chamaria atenção e seria inevitavelmente proibido.³³³

³³² ABREU, 2000, p. 207.

³³³ ABREU, 2000, p. 208.

A contradição entre as explicações oferecidos pelos diferentes editores evidencia a diversidade editorial entre O Globo e o Jornal do Brasil. Ambos os periódicos eram, e ainda nos dias de hoje são, veículos de informação diários. Para esta dissertação, no período pesquisado, pode-se contar que foram para as bancas em média 1.825 edições. Num levantamento, abrangente, encontramos sobre a ALN, e Carlos Marighella especificamente, 37 reportagens em O Globo, enquanto no Jornal do Brasil, em torno de 32 reportagens. Esse número, que podemos considerar pequeno, se pensarmos na importância que a esquerda armada obteve, inclusive diante da imprensa estrangeira, é explicável, pois tudo que era publicado deveria passar pelo crivo dos generais e seus censores. Havia ainda os que apoiavam o regime, portanto definitivamente, as manchetes de jornais não era o lugar mais adequado para Carlos Marighella e a sua ALN. Compreende-se, então, o desespero do “bando de garotos armados”, adotando-se as palavras de Silveira do Jornal do Brasil, em produzir fatos políticos que obrigassem os veículos de comunicação e a censura abrir a mordça, mesmo que por pouco tempo.

Assim, os discursos reproduzidos pela imprensa neste período, inspirados em conceitos da Doutrina de Segurança Nacional ou devido à ação da censura, ajudaram a criar um clima de aparente normalidade no país, despolitizando a população e desestimulando reações de grupos organizados. Poucas vezes o texto insinuava algum questionamento sobre as afirmações das autoridades. Nem sempre havia marcas gráficas como o uso de travessões, grifos, para estabelecer um distanciamento entre opinião e informação. Muitas vezes, as opiniões eram tratadas como discurso indireto livre, sem uso de aspas. Diretamente ou não, a grande imprensa acabou desempenhando o papel de aparelho ideológico do Estado.³³⁴

Outra questão relevante na imprensa fora o silêncio, ou seja, o não dito pelos jornais e também pela revista. O tipo mais freqüente de silêncio durante a ditadura fora à seleção de fontes, em que se privilegiou um enfoque ou algumas versões do fato. No caso do O Globo, a versão oficial fazia parte de seu noticiário, já o Jornal do Brasil absorvia a versão do governo de maneira mais restritiva.

³³⁴ ABREU, 2000, p. 140.

Walter Fontoura, diretor do Jornal do Brasil, na década de 1970, declarou que esse tipo de jornal era obrigado a sujeitar-se às ordens do governo. Ressalvou, então: “Bem, não era obrigado, mas acabava sendo porque não se sabia o que poderia acontecer se você não se submetesse. Havia confiscos”. (SMITH, 2000, p. 83). As apreensões eram consideradas uma modalidade extrema de pressão que todos procuravam evitar.³³⁵

Outra questão bastante relevante é que em se tratando da grande imprensa, ela não é um órgão com tendências esquerdistas, como já foi dito anteriormente. E alguns jornais para sobreviverem durante a ditadura militar, embora não concordassem com os rumos tomados pelos militares, além de adotarem a versão oficial dos fatos, também procuravam informar ao seu leitor mais atento sobre os abusos e contradições do regime, mesmo sob censura e constante pressão. E o jornal do Brasil exemplifica bem essa afirmação. Antes mesmo da luta armada se tornar manchete o Jornal do Brasil ao publicar a previsão do tempo em Brasília no dia seguinte à decretação do AI -5, já demonstrava o “tom” contrário e de tentativa de informar o que de fato acontecia no país: “Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos fortes. Máxima de 38º em Brasília, mínima de 5º nas Laranjeiras”. (JORNAL DO BRASIL, 1968, p. 01, grifo nosso). Mais uma vez este periódico provou que burlar a censura não era algo impossível, inimaginável.

Em suas reportagens sobre Carlos Marighella e a ALN, o JB poucas vezes o denominou como terrorista o que era muito comum em suas reportagens era tratar o então líder da ALN como ex-deputado, como já demonstramos anteriormente. Entre outras constatações, em uma outra reportagem sobre um estudante preso acusado de ajudar Marighella em um assalto, o jornal publica algo muito comum, mas pouco noticiado: a prisão e em seguida a falta de informação sobre o estado físico e emocional do preso. Para um leitor crítico deste noticiário está declarado o abuso cometido pelas autoridades:

[...] Até as últimas horas da noite de ontem, a Polícia, sob determinação do Secretário de Segurança, General Luís de França Oliveira, ainda não havia apresentado o jovem Paulo César Monteiro à imprensa. Dizem que o estudante

³³⁵ SMITH, 2000, p. 83.

permanece sob um trauma nervoso e quase nada mais pode falar em benefício das diligências.[...] ³³⁶ [grifo nosso]

O Globo diferentemente condenou Carlos Marighella e a ALN, essa afirmação pode ser comprovada no levantamento feito de suas reportagens sobre o assunto. Como analisamos anteriormente, em nenhuma reportagem o jornal deixou de dar características pejorativas à guerrilha. O autor João Batista de Abreu, em sua pesquisa sobre o tema nos esclarece que já em 1966 o Globo utilizou o adjetivo “terrorista” para qualificar as ações da luta armada em território nacional, na matéria de capa do Globo o título da reportagem: “*Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva*”.(O Globo, 1966, p.01, grifo nosso). Portanto antes mesmo da instituição do AI-5 e da censura.

O Globo utilizou-se continuamente de “vozes autorizadas” para demonstrar seu posicionamento. Ao se apropriar dos discursos oficiais quando tratou do assunto luta armada, o jornal aparentou publicar a verdade dos fatos, obtendo credibilidade e fazendo com que os leitores acreditassem, aceitassem e adotassem a versão publicada em suas páginas.”Para melhor rejeitar o discurso do outro é preciso mostrá-lo de modo distorcido”. (INDURSKY, 1997. p. 201.)

A revista Veja, ao contrário do Globo, como veremos a seguir, sob forte censura, além de publicar a versão policial, procurou informar de maneira mais crítica o que acontecia nos porões da política, entretanto, ainda assim somava para a divulgação de uma aparente unanimidade ideológica nacional.

4.6 REVISTA VEJA: CENSURA E INFORMAÇÃO.

Coragem de uns e subserviência de outros. Dificilmente a história da imprensa brasileira registra outro período em que essas palavras exerceram tamanho peso. O jornalismo praticado com coragem entre fins dos anos de 1960 e, principalmente, da década de 1970, equilibrava-se numa trilha estreita entre ousadia e tolerância, avanço e recuo, com a preocupação de não resvalar nem para uma retórica engajada, nem para

³³⁶ POLÍCIA confirma Marighella no assalto à [SIC] carro do IPEG. **JORNAL DO BRASIL**, 12 nov.1968. Página Policial, p. 22.

o adesismo. E a revista *Veja*, entre avanços e recuos publicou a história da guerrilha brasileira num momento em que a condenação de seus participantes era pública e notória.

Para João Batista de Abreu³³⁷, compreender os eufemismos, aprender a ler nas entrelinhas, ter a atenção despertada para o último parágrafo, descobrir uma nota de pé de página que desmentia a versão oficial editada em destaque, entender o sentido da publicação de diabinhos no lugar das matérias censuradas (exclusivamente durante o período da censura prévia). Todos esses artifícios, e muitos outros compunham um jeito peculiar de fazer e ler a revista. Era a arte de resistir.

Mas, antes de conhecermos o tratamento jornalístico dado pela *Veja* sobre a ALN, precisamos observar a nítida diferença entre um jornal e uma revista. E, é claro que a revista distingue-se do jornal. A revista semanal *Veja* por possuir textos analíticos, mais longos que os jornais normalmente publicavam, o fato também de não ser publicada diariamente a faz diferente. É um jornalismo mais opinativo, onde figuram editoriais, artigos, comentários, crônicas, caricaturas, resenhas, etc. Sem dúvida alguma, a revista não se parece com os jornais, que, com textos mais curtos e objetivos possuem um alcance maior de leitores, prevalecendo a notícia, a reportagem, a entrevista. O público da *Veja*, ao contrário, é infinitamente menor, é claro, e mais elitizado.

Diferentemente do *O Globo* e até do *Jornal do Brasil*, a *Veja* fez o seu leitor conhecer um pouco da história das dissidências, proporcionou ao seu público a chance de conhecer seus líderes, seus desejos, anseios. Publicou fotos e fatos, mesmo denominando o golpe de “Revolução de 64”, e chamando os líderes de esquerda de terroristas, palavras obrigatórias na época, não deixou que quase nada escapasse ao seu leitor. Nesta pesquisa, portanto, esta revista converte-se em uma importante fonte, pois apresenta uma corrente de opinião que pouco se expressava por causa da pesada censura do governo militar. A *Veja* conseguiu dar um tratamento singular a ALN de Marighella, e à esquerda de um modo geral. Às vezes, mesmo tratando-os como terroristas, os jornalistas conseguiam retratar o objetivo da luta, e mesmo posicionando-se contra a ação guerrilheira, não deixavam de mencionar seus nomes. Claro que era

³³⁷ ABREU, 2000, p. 40.

um recurso difícil e perigoso, e não sabiam ao certo se os seus leitores perceberiam as manobras de redação para embutir tais informações em seus textos. Um bom exemplo foi à publicação intitulada “A Caçada”, em que a reportagem informa que milhares de policiais estão à procura do líder comunista Marighella. A revista não o descreve como um bandido, e sim como um líder rápido, comunista exemplar, deputado baiano, e assim segue a reportagem:

[...] Onde estará Carlos Marighella? Estará treinando guerrilha, quase sexagenário, em algum ponto no interior do país? Muitas autoridades acham que isso é provável. Por isso, a caça sem trégua, a mobilização permanente contra o homem acusado de assaltar bancos para conseguir fundos que sustentem a guerrilha. Um Dom Quixote, dizem as esquerdas mais bem comportadas. Diz Osvaldo Peralva: “O mais completo stalinista brasileiro é Marighella, inteiramente frio, duro, obstinado e fisicamente muito corajoso. [...] Apesar de não ter completado seus estudos de engenharia, Marighella foi um aluno brilhante e numa ocasião fez uma prova na escola politécnica em versos”.³³⁸ [grifo nosso]

Em uma conjuntura extremamente difícil, com os militares no poder, estampar na capa de uma revista a foto de Carlos Marighella, mencionando seu ideário de luta, discorrendo o que era a ALN, não era nada comum nos anos de chumbo. Muito diferente do O Globo, e dentro dos limites que lhe foram impostos pelos censores, e conseqüentes perseguições, esta publicação conseguiu dar uma cobertura, digamos, mais justa, também mais próxima da realidade dos fatos, e não apoiando o regime militar.

Na edição de 13 de agosto de 1969 intitulada “*Os terroristas: quem são? Onde estão? Que querem?*”, a reportagem apresenta o grupo de Marighella de uma forma até então inédita, informando ao seu público que eles não compõem um simples grupo de assaltantes e que possuem posições políticas contrárias ao que fora estabelecido pelos generais. E assim descreveram as idéias e ações de Marighella:

³³⁸ A CAÇADA, **Revista Veja**, São Paulo, nº 11, p. 17, nov. 1968.

[...] Num desses panfletos, datado do mês passado, Marighella afirma: "Todos os grupos revolucionários armados que estão lutando devem prosseguir com a guerrilha urbana, como temos feito sistematicamente até aqui, assaltando bancos, atacando quartéis, expropriando, intensificando o terrorismo de esquerda, justicando, seqüestrando, praticando em larga escala a sabotagem, para tornar desastrosas as circunstâncias em que o governo tem de agir. Este será o ano da guerrilha rural". E recomenda: Expropriar os latifundiários, queimar suas plantações, matar seu gado para matar a fome dos famintos, invadir as terras, justicar os grileiros e os norte-americanos envolvidos com eles em compras de terras.[...] ³³⁹ [grifo nosso]

A cobertura jornalística realizada por Veja quando o embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick fora seqüestrado, assumiu características um pouco diversa do que o leitor atento estava acostumado a encontrar na revista. As críticas à esquerda revolucionária estiveram presentes em toda a reportagem. Em sua capa a revista estampou as fotos dos quinze presos políticos que eram a condição da liberação do embaixador, e logo em baixo com grande destaque a foto do embaixador. Sob o título "A Grande Chantagem", e subtítulos "O incrível rapto do embaixador", "A difícil decisão da Junta Militar revelada a doença do presidente", a revista expôs da seguinte forma o assunto:

Para os diplomatas, habituados às boas maneiras e às gentilezas dos salões, a violência física é a forma menos indicada de se resolver um problema. Para os terroristas, acostumados à subversão da ordem e à vida clandestina, a violência física é uma das formas mais indicadas de se resolver um problema. [...] As pesadas condições dos terroristas estavam lançadas. Mas que outra alternativa teria o governo para não engolir essa taça de amargura, se isto dependia a vida do embaixador? ³⁴⁰ [grifo nosso]

A revista, porém, em momento algum das 13 páginas que compunham a matéria, declarou o real motivo do rapto do embaixador, algo pouco comum em se tratando da revista. A censura pode ser a explicação mais sensata, já que a revista não apresenta

³³⁹ QUE vão fazer? **Revista Veja**, São Paulo, nº 49, p. 20, ago. 1969.

³⁴⁰ RAPTO e chantagem. **Revista Veja**, São Paulo, nº 53, p.16, set. 1969.

nenhum motivo para tal fato ter sido suprido de suas páginas. A explicação dos guerrilheiros aparece apenas no manifesto, cuja publicação se realizou como cumprimento das exigências para a libertação do Embaixador norte-americano. Na verdade, a revista não estava obrigada a publicar o manifesto, pois os jornais diários já o haviam feito em tempo. Como se tratava de um periódico semanal, e ainda é, os jornalistas talvez aproveitaram a ocasião para dar voz aos guerrilheiros, ainda que a carta não tenha sido colocada na matéria na íntegra. A opinião sobre os fatos, no entanto, aparecem na manchete: “*A grande chantagem*”. Não se pode afirmar que elogiosa ou pejorativa. Ao longo de todo o texto, com exceção do box com a carta, sobressaía a versão oficial dos fatos, descrevendo parte do áspero editorial do “New York Times”, em cujo ataque se afirmava que os guerrilheiros estavam extorquindo o governo militar brasileiro e infligindo enorme sofrimento à família do embaixador.

O tom oficial da matéria chamou a atenção desta pesquisadora porque não representa a linha editorial da revista durante os anos de chumbo, pois em momento algum, nem em fotos, charges, ou até mesmo nas entrelinhas da reportagem, como gostava de fazer, a revista tratou como um ato de resistência à ditadura militar, por meio do qual a ação não somente tentava expor o governo como também pediam a libertação de presos políticos que estavam sendo torturados. Algo bem incomum em se tratando de Veja.

Ao emprendermos uma análise mais detalhada sobre todas as matérias publicadas sobre a ALN podemos concluir que não era essa a característica de suas edições, ou seja, a condenação à luta armada onde prevalece apenas a versão oficial. Como mesmo podemos observar nos números da revista mencionados neste capítulo, a edição da revistas é bem diferente da cobertura jornalística realizada por Veja quando o embaixador dos Estados Unidos foi seqüestrado. Tal afirmação, será melhor interpretada na publicação de Veja, a seguir analisada, sobre a morte de Marighella.

Quando Carlos Marighella foi assassinado numa emboscada em São Paulo, a revista trouxe na capa a seguinte indagação: “*O terrorismo morreu com Marighella?*”, e logo abaixo a sua foto, já morto. Na reportagem a certeza de que o combate continuaria:

Os policiais cariocas, tanto do DOPS como da Polícia Federal, observam que as

organizações terroristas, divididas em pequenos grupos estanques, dissidências ideológicas e diferentes linhas de ação, não podem ser destruídas com a morte de um único líder, por mais importante que seja. Mesmo divididos, os grupos do terror seguiam as idéias e os planos de outros homens, além de Marighella. Ele era o líder mais importante, o único que reunia qualidades indispensáveis para comandar a subversão violenta. Tinha longa experiência de luta clandestina, possuía habilidade política e era um homem de ação, que inspirava confiança em seus comandados.³⁴¹ [grifo nosso]

Ainda sobre a morte de Marighella, a palavra terrorismo foi descrita dezenove vezes e a palavra terror, nove vezes mencionada, mesmo assim, a edição não esqueceu de explicar ao leitor por meio de um gráfico como surgiu a ALN e outras dissidências, além de mencionar o número de mortes entre os chamados “terroristas”. Ao que tudo indica, a revista possuía uma maneira muito particular ao editar as suas matérias ou quando narrava ou questionava os fatos ocorridos aos seus leitores. Ao mesmo tempo em que tentava demonstrar as arbitrariedades do governo, nas páginas seguintes ou anteriores, parecia concordar com os generais. Como na reportagem acima descrita, apesar de explicar ao leitor o que era efetivamente a ALN, qualificava Marighella de terrorista que comandava um grupo de terror. Mesmo sem apoiar o regime militar, a revista estampava em suas páginas uma profunda antipatia às ações dos guerrilheiros. Dada a censura da época fica difícil discernir até onde encontramos nessas matérias a opinião da editoria da revista ou a deformação proporcionada pela perseguição à liberdade de imprensa.

Um elemento importante de investigação são os documentos relativos à comunicação interna da revista. Havia dificuldades reais para os jornalistas informarem ao leitor o que de fato ocorria entre o governo militar e os seus opositores, ou seja, a esquerda armada:

Comunicação Interna

Assunto: Relação de assuntos “ainda proibidos” pelo DPF (Brasília) Data 27-08-1973

³⁴¹ ESTRATÉGIA para matar o terror. **Revista Veja**, São Paulo, nº 62, p. 30, nov de 1969.

Não publicar, divulgar ou comentar:

Declarações de Dom Helder Câmara.

Notícias de assassinatos praticados por terroristas e subversivos. Tal restrição visa a evitar que grupos de terroristas atinjam seus objetivos de propaganda, alegando “justiçamento” ou terrorismo seletivo.

Notícias com críticas severas e contestatórias ao regime, aos Órgãos de Segurança e ao sistema de censura.[...] ³⁴²

No entanto, a revista enfrentava outro empecilho à edição de reportagens associadas à guerrilha. Como sabemos a revista compunha uma empresa editorial, e ter a revista apreendida nas bancas, ou até ser proibida de circular seria desastroso para quem já tinha investido muito dinheiro para o seu lançamento e comercialização. Na verdade, como vimos, a revista nascera com uma expectativa não cumprida de atingir milhares de leitores e precisou mudar rapidamente de estratégia, lançando mão de assinaturas, para sobreviver no mercado.

Mesmo diante de restrições tão pujantes, como a censura e o mercado editorial, a *Veja* não arrefeceu seu ânimo em opor críticas ao governo. A execução de Marighella pode ajudar esclarecer esse ponto. Quando a *Veja* estampou em sua capa a continuação do assunto sobre a morte de Marighella, com o título “*Os sacerdotes da violência*”, a revista explica o envolvimento dos frades dominicanos com a organização de Marighella. Na primeira página aparece frei Beto em seus dois extremos, na foto acima em sala de aula segurando vários livros, onde aparece um quadro negro atrás com as palavras: preconceito, em letras maiores, sexo, família, religião, política, cor, em letras menores, e a palavra tabu, em letras grandes. Já na foto abaixo, o frei figura preso, de joelhos e de cabeça baixa. As fotos sugerem não um preso comum, mas um sacerdote piedoso que é contra o preconceito, seja ele qual for. Portanto, pessoas com posições políticas contrárias não deveriam ser mortas ou torturadas, segundo interpretação das fotos publicadas. Isso não está escrito na matéria, apenas sugerido nas entrelinhas da reportagem. Ainda sobre a prisão de Frei Beto, que mantinha uma relação de

³⁴² MARCONI, 1980. p. 89.

proximidade com Carlos Marighella e era o responsável pelo esquema de fuga pelas fronteiras, quando os guerrilheiros corriam risco de serem presos, é descrita da seguinte forma:

Na sala do diretor do DOPS de Porto Alegre, a cerimônia de apresentação de um terrorista. O homem é magro, 1,70 de altura, calça Lee azul, blusa marrom, camisa branca, sapatos pretos, meias pretas, óculos. [...] No rosto jovem (26 anos) e sereno. [...] “Queremos que a imprensa comprove que ele está sendo bem tratado”, observa o secretário de segurança, Coronel Jaime Miranda Mariath, enquanto nove fotógrafos e dois cinegrafistas operam suas máquinas, acompanhados por doze repórteres impedidos de fazer perguntas. Passados três minutos, termina a apresentação do preso político mais importante capturado depois da morte de Carlos Marighella.[...] ³⁴³ [grifo nosso]

A matéria nas páginas seguintes se dedica ainda a tornar público o depoimento de outros religiosos, que opinam sobre a prisão de Frei Beto e também de um capitalismo desigual e desumano praticado em larga escala no governo militar:

Não há possibilidade de harmonia entre o Evangelho e o capitalismo. A Igreja não pode ser o ópio do povo. Deve pregar a revolução econômica, cultural e política. (Frei Chico, em 1968). ³⁴⁴

O irmão Marista Antônio Cechin, 42 anos, um dos três religiosos soltos em Porto Alegre na semana passada, admite a participação de Frei Beto em atividades subversivas. Mas não o condena: “Como num regime em que não existe diálogo o discordar é crime, resta ao homem manter a sua dignidade da forma que lhe for possível. Sinceramente, acho que este é o caso de Frei Beto”. [...] ³⁴⁵ [grifo nosso]

A revista também estampou em sua capa o problema da tortura que atingiam quase todos os que participaram da guerrilha. Uma das capas fora apreendida por

³⁴³ O SENHOR é o seu pastor? **Revista Veja**, São Paulo, nº 63, p. 39, nov. 1969.

³⁴⁴ O SENHOR é o seu pastor? **Revista Veja**, p. 40, nov. 1969.

³⁴⁵ PALAVRAS cautelosas. **Revista Veja**, p. 40, nov.1969.

determinação da polícia política. Era a edição de 10 de dezembro de 1969, e uma comunicação interna entre um diretor da Editora Abril e a redação, já em janeiro de 1970, revelou a repercussão no Planalto da revista Veja sobre torturas. A capa de enorme impacto era ilustrada por uma gravura retratando torturas medievais. O reforço na censura e nos cortes veio nas semanas seguintes à publicação.³⁴⁶

Comunicação Interna Data: 21-01-70

Assunto: Contatos em Brasília

Confirmei, em todos os contatos mantidos, que o Presidente se encontra extremamente irritado com Veja. Esta e a TRIBUNA são os dois únicos órgãos censurados no país.³⁴⁷

A capa que não fora apreendida, intitulada “*O presidente não admite torturas*”³⁴⁸, estampa uma foto da praça dos três poderes, onde figura a escultura da justiça, uma dama de olhos vendados, deixando clara a mensagem que o título estava contraditando com a foto de uma justiça que estava cega diante da tortura. (ANEXO D). A reportagem de dez páginas traz o depoimento do assessor do presidente Médici, e do Ministro da Justiça, que afirmam categoricamente, o fim do uso de métodos violentos contra os subversivos. Além disso, a Veja descreve uma entrevista de Marighella concedida a um jornalista belga, em que ele ameaça os latifundiários brasileiros. A revista tenta mais uma vez não trabalhar com apenas uma versão dos acontecimentos. Além de denunciar, ainda na foto da capa as torturas sofridas pelos guerrilheiros, num trecho da reportagem aparece a seguinte denúncia:

A maior parte dos advogados ouvidos por Veja disse que os casos de sevícias de que tomaram conhecimento “quase sempre morrem nas quatro paredes dos

³⁴⁶ Disponível em: <Http: www.vejaonline.com.br/exclusivo/ditaduramilitar>. Acesso em 03 de janeiro de 2007.

³⁴⁷ Disponível em: <Http: www.vejaonline.com.br/exclusivo/ditaduramilitar>. Acesso em 03 de janeiro de 2007.

³⁴⁸ O PRESIDENTE não admite torturas. **Revista Veja**, São Paulo, nº 65, Capa, dez.1969.

nossos escritórios". As vítimas relatam o que sofreram, mas não tentam nenhuma ação judicial, seja por não conhecerem seus torturadores, seja por medo de represálias. "Muitos ficam traumatizados e procuram logo esquecer o que aconteceu", comentou um advogado carioca. [...] As sevícias mais comuns que têm sido divulgadas pela imprensa europeia – e que irritam profundamente o presidente da República, informado através do SNI – consistem na aplicação de choques elétricos em várias partes do corpo, inclusive órgãos genitais e até na língua. [...] Outra denúncias, finalmente, falam em mortes de presos por "suicídios" simulados. [...] ³⁴⁹ [grifo nosso]

Num relato de Mino Carta, ainda diretor da revista, este episódio sobre as capas de Veja denunciando a tortura nos relata a punição sofrida pela revista ao tentar discutir um assunto altamente proibido pelos generais:

Aí surgiu a censura na revista. Até naquele momento estávamos no circuito de bilhetinhos, que nem sempre nos alcançavam, com se deduz desse episódio. A partir desse fato passamos a ter censura na revista, inicialmente exercida por militares. A ordem que tinham era de censurar apenas a parte política e não a revista toda. [...] ³⁵⁰

Quando a edição de 03 de junho de 1970 chegou às bancas com cartas manuscritas de Carlos Lamarca na capa, com uma ampla reportagem sobre a esquerda, onde a figura de Marighella também mereceu destaque, a redação da Veja foi invadida por três policiais à paisana. O diretor da redação Mino Carta foi retirado de seu gabinete e colocado numa viatura. Levado a uma delegacia da Polícia Federal e, depois, ao quartel do 2º Exército, permaneceu várias horas trancado sozinho em salas vazias. Um coronel pareceu para acusar a Veja de divulgar ao público idéias de um subversivo. Foi quando o jornalista explicou que as cartas haviam sido cedidas para publicação por um oficial do Rio de Janeiro. Cerca de meia hora depois, o diretor de Veja foi solto. ³⁵¹

³⁴⁹ SEVÍCIAS comuns. **Revista Veja**, São Paulo, nº 65, p.22 e 23, dez.1969.

³⁵⁰ MARCONI, 1980, p. 86.

³⁵¹ Disponível em: <[Http: www.vejaonline.com.br/exclusivo/regime militar](http://www.vejaonline.com.br/exclusivo/regime_militar)>. Acesso em 03 de janeiro de 2007.

Ao investigarmos todas as manchetes da revista Veja sobre a luta armada, constatamos que as palavras “terror” e “terrorismo” tiveram lugar de destaque na maioria esmagadora de vezes. Ou seja, no título das matérias quase sempre é possível encontrar essas palavras com conotações equivocadas a respeito do que de fato ocorria entre guerrilheiros e militares. Como bem comprovamos no quadro abaixo:

DATAS	Nº	MANCHETES DA REVISTA VEJA
21/05/69	37	Ele assalta em nome do terror
30/07/69	47	Qual será o próximo passo do terror?
06/08/69	48	O terror de rosto descoberto
13/08/69	49	As seis perguntas do terror
15/10/69	58	O vôo do terror
22/10/69	59	O terror está cercado
29/10/69	60	O terror sem saídas
05/11/69	61	O terror sem fôlego
12/11/69	62	Estratégia para matar o terror
04/02/70	74	Os rachas do terror
03/06/70	91	Segredos do terror
16/12/70	119	O terror desafiado
24/04/71	138	O terrorismo entre a teoria e prática

Porém, ao analisarmos o conteúdo das matérias, Veja parece se contradizer, pois em suas reportagens publicadas encontramos um discurso jornalístico que nos informam de forma completamente distinta. Em uma das matérias, a revista, apesar da manchete negativa, nos revela que a palavra terrorista não é a mais apropriada para definir um “subversivo”, como podemos constatar num trecho da reportagem abaixo:

[...] Talvez então a palavra terrorista não fosse adequada para designar um subversivo que assalta bancos com o único objetivo de obter dinheiro para sustentar guerrilheiros ou uma rede clandestina de militantes. No entanto, a sucessão de assaltos, acompanhados de algumas mortes, está criando um sentimento de medo em setores da população que trabalham em áreas visitadas pelos subversivos e assaltantes.³⁵²[grifo nosso]

Talvez não seja contradição, enquanto o título parece nos informar algo errôneo sobre os guerrilheiros, a matéria nos esclarece exatamente aquilo que o título apresentou de forma equivocada. Acreditamos que a palavra mais correta para classificar este modo

³⁵² AS SEIS perguntas do terror. **Revista Veja**, São Paulo, nº 49, p. 25, ago. 1969.

peculiar de Veja informar seja a censura, e principalmente, um bom recurso para burlar os censores, já que a atenção despertada para o último parágrafo desta matéria seria algo bem improvável, os censores, é claro, prestariam mais atenção nas manchetes. Assim, as edições de Veja pareciam permeadas de contradições, mas na verdade, em sua maioria, traziam boas e esclarecedoras informações.

Assim, no período analisado de 1969 a 1974 para esta dissertação, a revista Veja lançou, em média, 240 revistas. Dentre esses números, encontramos apenas duas matérias de capa sobre a ALN no comando de Carlos Marighella. Na primeira capa, Marighella ainda estava vivo e procurado pela polícia, na segunda, já se encontrava morto. No entanto, o líder da ALN figurou de forma expressiva em outras 14 edições, seja por fotos, por entrevistas concedidas à imprensa internacional, em ações de seqüestros de embaixadores, que sempre ganhava as manchetes dos meios de comunicação. Assim, pudemos encontrar um total de 16 edições com a presença da ALN e do próprio Marighella. Acreditamos que esse número poderia ser talvez mais expressivo se a morte prematura do guerrilheiro não tivesse ocorrido em novembro de 1969, no início do período analisado.

Apesar de ser taxado como terrorista em várias edições, ao mesmo tempo em que era lembrado como ex-deputado, a Veja fez uma cobertura sobre o tema sem apoiar o regime militar. Concordando ou não com as idéias do ex-líder da ALN, procurou expor os fatos, apesar da censura e dos constantes bilhetinhos que a redação recebia. É claro, que a revista não possuía uma convicção de esquerda revolucionária, mas de longe fora o veículo de informação escrita, se comparado ao Globo e ao Jornal do Brasil, que mais noticiou a ação guerrilheira e o combate de seus líderes.

4.7 A EDIÇÃO FINAL

Parodiando nossas fontes, chegamos à edição final. É importante destacarmos, logo de início, que o jornalismo, como campo de produção do discurso, representa uma oferta da realidade, que pode ou não ser absorvida pelo leitor. Como analisamos uma sociedade não democrática em que os vários segmentos não tinham acesso a toda a informação, ou seja, o consumo de notícias sobre a ALN e Carlos Marighella era

contraditório, preconceituoso, incompleto, escasso e muitas vezes errôneo.

Logo, naqueles anos de autoritarismo, a circulação de notícias, assim como de idéias, era muito restrita, portanto, a realidade parcial e censurada oferecida pelos generais teve mais chance de ser absorvida. Era um quadro hegemônico que anulava o contraste, o diferente, e isso fazia parte do discurso jornalístico, mas que infelizmente não esteve presente, na maioria das vezes, nos jornais e revistas, não só por causa da censura, mas também porque não eram bem aceitas pelos leitores.

A crítica ficou quase sempre ao encargo do jornalismo alternativo que desafiava a censura, mas pagava um preço alto pela insubordinação. A grande imprensa, mesmo que discordasse das restrições à liberdade dos meios de comunicação, adotou uma postura bem comportada, mesmo deixando mensagens de desagrado nas entrelinhas de sua matéria, como a *Veja*, ou aderiu ao regime militar, como o fez nitidamente O Globo.

Com a imprensa amordaçada, o governo logrou êxito em criar uma caracterização negativa da luta armada, e isto antecedeu a censura. Expressões como terrorista, terror, bando, apareceram no noticiário antes de dezembro de 1968, ou seja, antes da instituição do AI-5. Ficou evidente também que a censura não foi à única responsável pelo silêncio. Havia o lado comercial da imprensa, que oferecia ao regime uma das maneiras de pressionar: como auditorias, suspensão de anúncios do governo, pressão sobre anunciantes e gráficas, etc. Assim, as notícias eram tratadas como material controlado, não como um bem público ou um produto da esfera pública. As notícias pertenciam ao Estado e eram compartilhadas a seu critério. A sociedade absorveu na esmagadora maioria das vezes apenas a versão oficial dada pelos militares.

A imprensa não conseguiu cumprir o seu papel para que o leitor pudesse ver o mundo, dentro das limitações próprias de qualquer meio de comunicação. O texto, a foto, neste caso publicadas por *Veja*, e a edição compuseram um rico instrumento de persuasão, de manipulação, sobre grande parte da sociedade brasileira entre final da década de 1960 e início de 1970. Portanto, os jornais ajudaram a construir a imagem de um Brasil que era tricampeão mundial de futebol, onde havia o “milagre econômico”. Era uma imagem de riqueza e esperança, como bem gostava de divulgar nos famosos slogans

Comentário: Particularize que nesta pesquisa foto é só da *Veja*

que o governo militar criou: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Mas que varria para debaixo do tapete os seus problemas e principalmente os seus opositores. A mordaca que atingiu a imprensa contribuiu com tudo isso pelo que informavam e, principalmente, pelo que não informavam. É claro, que não se pode ignorar a ação da censura, mas ela não fora à única responsável.

O Globo, O Jornal do Brasil e a Veja aqui representaram a imprensa censurada, amordaçada, contrária, a favor, perseguida, enfim cada veículo de comunicação informou e se expôs de um modo diferente. Veja e o Jornal do Brasil apesar de não apoiarem a luta armada em suas publicações procuraram noticiar sem condenar os guerrilheiros ou apoiar o governo militar. A revista com um tom mais provocativo e crítico, o jornal de forma mais sutil preferiu chamar Carlos Marighella de ex-deputado e não de terrorista, numa clara intenção em dar a notícia e não julgar os seus atos.

O Globo ao contrário expunha uma postura contrária à guerrilha e de apoio aos militares. A censura era incômoda, mas não fora, sem dúvida, um grande problema para este jornal, já que as suas publicações eram sempre favoráveis aos generais e contra os opositores. Desafiar os militares não era o mais sensato a fazer, já que eles se apresentaram como os donos do poder, logo davam a última palavra e decidiam o que escrever, com escrever.

Ainda hoje, o uso dos meios de comunicação nos processos de dominação de classe vem consistindo, nas sociedades modernas, num fator de considerável importância, principalmente devido ao desenvolvimento técnico desses meios e a conseqüente ampliação de seu alcance junto à sociedade. A literatura a respeito demonstra que a imprensa, na maioria das vezes, é parcial ao noticiar os fatos. De modo geral, os meios de comunicação assumiram a tarefa de ajustar a massa ao *status quo* social e político.

Chegamos então a uma constatação: o poder político aliado ao poder econômico é um poder absoluto e todas as empresas jornalísticas brasileiras estão e estiveram submetidas a esse regime. Todas. Não que a imprensa brasileira não tenha se manifestado a favor de sua independência, não tivessem espírito de luta, mas isso até o ponto de não cometerem suicídio.

Portanto, a oferta da realidade foi parcial, truncada, contraditória a respeito da luta

travada entre guerrilheiros da ALN e os militares, contribuindo para que os opositores fossem julgados e condenados publicamente. Deste modo à lembrança ainda recente da ditadura deve nos alertar exatamente para o que significa a imposição de um modelo único, da censura e de sua interiorização, do controle contínuo sobre a vida de todos e de cada um.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscamos demonstrar as interpretações que os veículos de informação, representados aqui pelo O Globo, Jornal do Brasil e Veja, forneceram para a sociedade sobre a luta armada no Brasil no período de 1969 a 1974. Porém analisamos apenas uma das dissidências, a ALN, que teve como líder supremo Carlos Marighella. Eram tempos difíceis e os que optaram pela luta armada, em sua maioria, conheceram o inferno da tortura nos porões do DOI-CODI e da prolongada vivência carcerária.

Para que não esqueçamos, para que nunca mais aconteça. Talvez sejam esses os primeiros e mais importantes motivos para uma incursão ao regime militar. Mas, não foram apenas esses os motivos de uma pesquisa sobre um período onde quase tudo era proibido e quase nada era permitido. A resistência, os opositores nos chamavam atenção.

A resistência armada como já analisamos, não alcançou os seus objetivos. A prisão, tortura e repressão foram inimigos implacáveis. A censura também ajudou, embora algumas vezes os críticos ao regime conseguissem burlar todo o sistema e os censores e criticar os militares e seus duros métodos. A música *Cálice* de Chico Buarque e Gilberto Gil, por exemplo, retrata uma oposição feita sem armas, e que nos revela uma forma de protesto e denúncia disfarçados, ou seja, uma obra de duplo sentido, tentando alertar aos mais atentos o que de fato ocorria. Era um jogo lingüístico e musical:

Pai, afasta de mim esse cálice

Pai, afasta de mim esse cálice

Pai, afasta de mim esse cálice

De vinho tinto de sangue

Comentário: NÃO É
PRECISO MODIFICAR NADA
NAS CONSIDERAÇÕES
FINAIS? ESCREVI COM UM
POUCO DE INSEGURANÇA.

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta
Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoadado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta

Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade

Talvez o mundo não seja pequeno
Nem seja a vida um fato consumado
Quero inventar o meu próprio pecado
Quero morrer do meu próprio veneno
Quero perder de vez tua cabeça
Minha cabeça perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me esqueça.³⁵³ [grifo nosso]

Se pronunciarmos a palavra cálice na verdade estaremos escutando a palavra cale-se (grifo nosso), o que refletia bem a condição do país, com censores nas redações de jornais, era o golpe do silêncio também. E as palavras sangue, dor, silêncio, acordar calado, todas elas definiam bem o que era ser oposição num país ditatorial e censurado.

E a imprensa como se posicionou nesta história? Tudo isso se refletiu na imprensa, que em grande parte não informou, e sim, omitiu, foi parcial, e acabou distorcendo a realidade. Assim, como na música que disfarçadamente critica os generais e seus duros métodos. Era um país submetido pela força, muitos já não cultivavam ilusões sobre a “neutralidade” do jornalismo. Naquelas circunstâncias precisas os jornalistas, em sua maioria, prestavam um desserviço a sociedade.

³⁵³ Disponível em: <[Http: chico.buarque.letras.terra.com.br](http://chico.buarque.letras.terra.com.br)> Acesso em : 28 de janeiro de 2007.

São apenas 43 anos que separam o autoritarismo, a censura, da democracia e liberdade de imprensa presentes nos dias de hoje. Muita coisa mudou, em tão pouco tempo, críticas e mudanças se tornaram possíveis e até banais. Coisa que nos tempos dos ditadores era quase impossível. Talvez por isso pesquisar o período militar tenha sido tão fascinante e realizador.

É um tema, sem dúvida, recente e ao mesmo tempo apaixonante. Apesar de todos os problemas sofridos no período militar é interessante descobrirmos como a resistência de alguma forma se fez presente, seja em forma de música, Chico Buarque compôs várias, e de jornais de oposição, como o Pasquim. Ou ainda de forma sutil, como nas edições de Veja em que se denunciava a tortura.

A reflexão historiográfica nos ajudou a responder várias indagações, nos fez entender que a década de 1960, principalmente, foi uma década de grandes transformações, de sonhos, utopias, revoluções, que acabou formando uma geração diferente, essencialmente libertária, mas ao mesmo tempo muito politizada e contestadora. O autor Zuenir Ventura destaca um dos traços mais característicos das gerações dos anos 60:

[...] A geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil, pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjadas pela leitura. As moças e os rapazes de então já começaram a preferir o cinema e o rock, mas as suas cabeças tinham sido feitas basicamente pelos livros.³⁵⁴

Traçar neste trabalho o regime militar e seus opositores que ousaram enfrentar todo o sistema repressivo, num primeiro momento foi necessário para que pudéssemos finalmente abarcar o papel da imprensa nesta difícil batalha entre “Davi” e “Golias”. E isto se revelou tarefa árdua que, não raras vezes pensamos ser de difícil entendimento. Essa dificuldade em realizar a análise do texto jornalístico e de suas relações ideológicas com o poder, fez da análise de discurso um caminho nada fácil a ser percorrido. Pois, estamos tratando de um tempo em que censurar, proibir era cotidiano. Havia ainda o problema da ideologia dominante, pois é ela que estabelece as “regras

³⁵⁴ VENTURA, 1988, p. 51.

sociais” predominantes, os comportamentos e as práticas sociais. Tudo isto interferiu no conteúdo das mensagens. Daí a importância de uma análise atenta e minuciosa.

Não obstante, este trabalho de pesquisa é claro, possui limitações, que podem começar a serem explicadas por meio do fator tempo. O prazo de apenas 24 meses para escrever uma dissertação de mestrado é bem curto, se pensarmos nas inúmeras indagações que surgiram no decorrer da trajetória deste projeto.

Mas, pesquisar os jornais e a revista com reportagens da época foi algo bastante interessante, porém a quantidade de leitura era enorme. Prestando atenção podemos concluir que os jornais são diários e que o ano tem 365 dias. Se adicionarmos ainda uma revista semanal, pode-se imaginar a quantidade de matérias jornalísticas a serem lidas.

E esta leitura tinha que ser criteriosa, cuidadosa, atenta, e uma releitura às vezes era necessária. Logo, as limitações apareceram, o jornal O Globo, por exemplo, dificultou o máximo à leitura de seu jornal entre 1969 e 1974. Para se ter uma idéia eles cobram atualmente cerca de cinquenta reais por hora para a permanência de pesquisadores dentro de suas dependências. Já a compra do material via Internet, além de ser caro, é burocrático, demorado. E o material enviado acaba não sendo completo, pois eles não possuem uma equipe para realização desse tipo de trabalho.

Para complementar o material do O Globo e ter a certeza de que faríamos uma pesquisa mais ampla e cuidadosa foi necessário então recorreremos a Biblioteca Nacional. Devido a grande procura por este serviço em todo país à demora foi algo inevitável, além de não ser um serviço nada barato. Por meio deste serviço adquirimos mais reportagens do Globo, sobre o Jornal do Brasil não fora necessário, pois verificamos que já tínhamos um bom material.

Com o Jornal do Brasil foi bem diferente, o jornal por meio da Internet disponibiliza um centro de pesquisa com a coordenação da bibliotecária Floripes Marinho Falcão que possui uma equipe para atender em todo o país as demandas de pesquisa. É um serviço que também é pouco acessível devido ao preço cobrado, mas completo e pouco demorado.

Já com a Veja, também não foi muito difícil o processo para adquirir as informações

necessárias e as revistas. Primeiro que em sua página na Internet eles possuem os chamados “especiais on line” em que podemos fazer um levantamento sobre tudo o que fora publicado em Veja sobre regime militar. Ainda assim, no atendimento ao leitor dúvidas e tudo que se refira à revista é prontamente atendido. Para comprar edições anteriores eles disponibilizam sites onde isso é possível.

No que se refere aos serviços locais podemos destacar a grande dificuldade que tivemos, ainda maior que nas pesquisas via Internet. A biblioteca Pública Estadual, devido a reformas que já se arrastam há meses está funcionando de modo bastante improvisado em outro local e o seu acervo esta, em grande parte, encaixotado. Por isso pesquisar ali foi algo bastante improvisado e complexo.

Na biblioteca central da UFES encontramos algumas dificuldades, os livros muito antigos, e um acervo até certo ponto bastante limitado. Para complicar ainda mais, os meses de janeiro e fevereiro a biblioteca funcionou apenas no período da tarde, com intensa obra de reforma. Assim, alguns serviços ficaram bastante prejudicados, dificultando ainda mais o término da pesquisa.

Pesquisar em nosso país é oneroso, demorado e encontramos muitas barreiras. Aliado com o curto tempo que dispomos, não foi nada fácil finalizar uma pesquisa que até certo ponto era grande. Com algumas exceções, encontramos muitos obstáculos para conseguirmos finalizar a pesquisa.

Mas, apesar das dificuldades e as limitações próprias de qualquer trabalho acadêmico, acreditamos ter realizado um trabalho em que foi possível contribuir para a ampliação de nossos conhecimentos sobre o tratamento da imprensa no que se refere à luta armada, aqui representada pela ALN.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu.** Padrões de manipulação na grande imprensa. **São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.**
- ABREU, Alzira Alves. et al. (Org.)** Dicionário Histórico Brasileiro: pós-1930. **2º Edição rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.**
- ABREU, Alzira Alves & BELOCH, Isabel. (Org.)** Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: 1930-1983. **3º Volume. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1984.**
- ABREU, João Batista de.** As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). **Rio de Janeiro: Mauad, 2000.**
- ALTHUSSER, Louis.** Aparelhos Ideológicos do Estado. **3º Edição. Lisboa: Ed. Portugal, 1976.**
- ALVES, Maria Helena Moreira.** O Estado e Oposição no Brasil (1964-1985). **Rio de Janeiro: Vozes, 1985.**
- AQUINO, Maria Aparecida de. et al (Org.)** Em busca do crime político: família 50. **São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.**
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento.** A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. **Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.**
- BANDEIRA, Moniz.** O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.**
- BARBOSA. Rui.** A imprensa e o dever da verdade. **3º edição. São Paulo: Com-Arte: Edusp, 1990.**
- BARDIN, Laurence.** Análise de Conteúdo. **Lisboa/ Portugal: Edições 70, 2000.**
- BARROS, Edgar Luis de.** Os Governos Militares. **São Paulo: Contexto, 1991.**
- BARROS, Edgar Luís de.** A Guerra Fria: a aliança entre russos e americanos: as origens da guerra fria: a destruição atômica é irreversível? **São Paulo: Editora Atual. 1988.**
- BOBBIO, Norberto. et al.** Dicionário de Política. **Tradução: Carmem C. Varrialle. Brasília: Editora UNP. Vol.1, 2004.**
- BOBBIO, Norberto. et al.** Dicionário de Política. **Tradução: Carmem C. Varrialle. Brasília: Editora UNP. Vol. 2, 2004.**
- BOURDIEU, Pierre.** O Poder Simbólico. **5º edição. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.**
- BOURDIEU, Pierre.** Razões Práticas: sobre a teoria da ação. **Tradução: Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus, 1996.**
- BUCCI, Eugênio.** Sobre ética e imprensa. **São Paulo: Companhia das Letras. 2000.**
- CARONE, Edgar.** O movimento operário no Brasil (1964-1984). **São Paulo: DIFEL, 1984.**
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.)** Minorias Silenciadas: história da censura no Brasil. **São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.**
- CASTANEDA, Jorge.** Utopia Desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. **Tradução: Eric Nepomuceno. São Paulo: Editora Schwarcz, 1994.**

CONTREIRAS, Hélio. Militares: Confissões: histórias secretas do Brasil. **Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998.**

COSTA, Sebastião Pereira da. Não verás nenhum país como este. **Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.**

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos Históricos. **Rio de Janeiro, Vol.7, nº 13, 1994.**

CHIAVENATO, Júlio José. O Golpe de 64 e a Ditadura Militar. **São Paulo: Editora Moderna, 1994.**

CHRISTO, Carlo Alberto Libânio. (Frei Betto). Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.**

D'ARAÚJO, Maria Celina. et al. (Org.) Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão. **Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.**

DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. Guerra Fria: A era do medo. **São Paulo: Editora Ática, 1996.**

DEBRAY, Régis. A crítica das armas. 2ª Edição. **Lisboa: Seara Nova, 1977.**

DEBRAY, Régis. Revolução na Revolução. **São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s/d.**

DREIFUSS, Rene Armand. 1964: A Conquista de Estado: ação política, poder e golpe de classe. **Petrópolis: Vozes, 1981.**

FENELON, Déa Ribeiro. A Guerra Fria. **São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.**

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência. **Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.**

FERNANDES, Florestan. Vinte e cinco anos de castrismo: a vitória da Revolução Cubana. In: Folha de São Paulo, **São Paulo, 1984.**

FICO, Carlos. Como Eles Agiam: os subterrâneos da ditadura militar. **Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Record, 2001.**

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. **Rio de Janeiro: FGV, 1997.**

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Democracia ou reformas? : alternativas democráticas a crise política: 1961-1964. **São Paulo: Paz e Terra, 1993.**

FILHO CANNABRAVA, Paulo. No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70. **São Paulo: Cortez, 2003.**

FON, Antônio Carlos. Tortura: A história da repressão política no Brasil. **São Paulo: Global Editora, 1981.**

GABEIRA, Fernando. O que é isso companheiro? **Rio de Janeiro: Codecri, 1979.**

GABRECHT, Ana. et al. Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo. **Vitória: Flor e Cultura: Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2005.**

GASPARI, Élio. A Ditadura Escancarada. **São Paulo: Companhia das Letras, 2002.**

GOMES, Mayra Rodrigues. Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar. **São Paulo: Edusp: Hacker, 2003.**

GOENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. **São Paulo: Editora Ática, 1987.**

GUEVARA, Ernesto. O socialismo humanista. **Introdução e Tradução Emir Sader. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.**

HABERT, Nadine. A Década de 70. Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira. **São Paulo: Ática, 1992.**

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2ª edição. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

INDURSKY, Fredda. A fala dos quartéis e as outras vozes. São Paulo: UNICAMP, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LIMA, Venício. Mídia: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LINHARES, Maria Yeda. (Org.) História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LÖWY, Michel. (Org.) O Marxismo na América Latina: uma antropologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAMOU, Yves. A culpa é da imprensa: ensaio sobre a fabricação da informação. Tradução: Felipe José Lindoso. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global Editora, 1980.

MARIGHELLA, Carlos. O manual do guerrilheiro urbano e outros textos. (Org) Adérito Lopes. 2ª edição. Lisboa: Assírio & Alvim, s/d.

MARIGHELLA, Carlos. Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil. In: Jornal do Brasil, 05 de setembro de 1968.

MARIGHELLA, Carlos. et.al. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

MEYER, Philip. A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

MORAES, Denis de. À esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Imprensa e Poder. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

NOVA, Christiane. (Org.) Carlos Marighella: o homem atrás do mito. São Paulo: UNESP, 1989.

PAES, Maria Helena Simões. A Década de 60: rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PAZ, Carlos Eugênio. Viagem à luta armada: memórias romanceadas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol.8, nº16, 1995.

PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Brasil: nunca mais: um relato para a história. Prefácio de Dom Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985.

REIS FILHO, Daniel Arão. Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. (Org.) O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2001.

RICOEUR, Paul. Ideologia e utopia. Tradução: Teresa Louro Perez. Lisboa: Edições 70, 1991.

RIDENTI, Marcelo. Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.) Versões e Ficções: o seqüestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

ROBIN, Régine. História e Lingüística. Tradução: Adélia Bolle. São Paulo: Editora Cultrix.

ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. O estado militar na América Latina. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1984.

SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia; MARINGONI, Gilberto. A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SADER, Eder. Marxismo e Teoria da Revolução Proletária. São Paulo: Ática, 1991.

SADER, Emir. Cuba: um socialismo em construção. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

SADER, Emir. O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SADER, Emir. O Poder, cadê o poder? : ensaios para uma nova esquerda. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

SAUTCHUK, Jaime. Luta armada: no Brasil dos anos 60 e 70. São Paulo: Editora: Anita, 1995.

SERVA, Leão. Jornalismo e desinformação. 2º Edição. São Paulo: SENAC São Paulo 2001.

SILVA, Benedicto. et.al. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; Maria Celina D' Araújo. (Org.) 21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. 2º Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do jornalismo. Santa Catarina: Argos, 2002.

SOUZA, Percival de. Autópsia do Medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Editora Globo, 2000.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Tradução: Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne-Marie. Um acordo formado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 64. 4º Edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. 16º Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964, Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2005.

VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira,

1988.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; KHOURY, Yara Maria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. A pesquisa em história. São Paulo: 1989.

VILLA, Marco Antônio. Sociedade e história do Brasil: a ditadura militar. Brasília, D.F: Instituto Teotônio Vilela, 2001.

WALLRAFF, Günter. Fábrica de mentiras. 2ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 1990.

JORNAIS E REVISTA:

BANDO armado toma rádio de assalto. O Globo, Rio de Janeiro, 16 ago. 1969.

A CAÇADA. Revista Veja, São Paulo, nº 11, nov. 1968.

CANGACEIROS. O Globo, Rio de Janeiro, 16 abr. 1971.

CARLOS Marighella é enterrado em sigilo pelo DOPS. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07nov. 1969.

CARTAS de Marighella revelam as cinco etapas da subversão. O Globo, Rio de Janeiro, 08 jul.1969.

COLÉGIO dos dominicanos abrigava os terroristas. O Globo, Rio de Janeiro, 05 nov. 1969.

CHEFE da gang de Marighella foi preso em Brasília. O Globo, Rio de Janeiro, 26 fev. 1969.

ESTOURADOS mais quatro ninhos de terroristas. O Globo, Rio de Janeiro, 22 dez. 1969.

ESTRATÉGIA para matar o terror. Revista Veja, São Paulo, nº 62, nov. 1969.

GENERAL França acusa Marighella oficialmente pelos assaltos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 nov. 1968.

GENERAL França deve chefiar em São Paulo caça a Marighella. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 nov. 1968.

HERÓI de guerra metralhado por terroristas. O Globo, Rio de Janeiro, 14 out. 1968.

INVADIRAM o colégio e mataram o professor. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 jun. 1973.

MANIFESTO. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 set. 1969.

O SENHOR é o seu pastor? Revista Veja, São Paulo, nº 63, nov. 1969.

PALAVRAS cautelosas. Revista Veja, São Paulo, nº 63, nov. 1969.

POLÍCIA confirma Marighella no assalto à [sic] carro do IPEG. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 nov. 1968.

POLÍCIA diz como foi à morte de Marighella. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 dez. 1969.

POLÍCIA Federal captura em Brasília 12 pessoas ligadas ao grupo Marighella. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 fev. 1969.

O PRESIDENTE não admite torturas. Revista Veja, São Paulo, nº 65, dez.1969.

PREVISÃO do tempo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 dez. 1968.

QUE vão fazer? Revista Veja, São Paulo, nº 49, ago. 1969.

RAPTO e chantagem. Revista Veja, São Paulo, nº 53, set. 1969.

AS SEIS perguntas do terror. Revista Veja, São Paulo, nº 49, ago.1969.

SEQÜESTRO e terrorismo. O Globo. Rio de Janeiro, 05 set. 1969.

SEVÍCIAS comuns. Revista Veja, São Paulo, nº 65, dez 1969.

TERRORISTAS metralham industrial pelas costas. O Globo, Rio de Janeiro, 15 abr. 1971.

TERRORISMO não interrompe o programa de Costa e Silva. O Globo, Rio de Janeiro, 26 jul. 1966.

3 VISITAM o professor Jacques e o matam. O Globo, Rio de Janeiro, 29 jun.1973.

SITES:

- <Http: www.arquivonacional.gov.br/memoria> Acesso em 30 de Janeiro de 2007.
- <Http: www.cpdoc.fgv.com.br>. Acesso em: 07 de junho de 2006.
- < Http: www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes>. Acesso em: 30 de janeiro de 2007.
- <Http: www.desaparecidospoliticos.org.br>. Acesso em: 14 de setembro de 2006.
- <Http: www.gedm.ifcs.ufrj.br/documentos>. Acesso em: 27 de julho de 2006.
- <Http: www.publiabril.com.br>. Acesso em: 19 de dezembro de 2006.
- <Http: camara.gov.br/Internet/tvcamara> Acesso em: 10 de novembro de 2006.
- <Http: jbonline.terra.com.br/destaques/110anos/sjb> Acesso em: 15 de dezembro de 2006.
- <Http: www.bn/site> Acesso em: 18 de dezembro de 2006.
- <Http: veja.abril.com.br> Acesso em: 19 de dezembro de 2006.
- <Http: vejaonline.abril.com.br/exclusivo/regimemilitar> Acesso em: 19 de dezembro de 2006.
- <Http: chico.buarque.lettras.terra.com.br> Acesso em: 28 de janeiro de 2007.
- <Http: www.unicamp.br/unicamp/canalaberto> Acesso em: 22 de agosto de 2006.

VÍDEOS:

- CABRA-CEGA. Direção: Toni Venturi. Produção: Toni Venturi. Intérpretes: Leonardo Medeiros; Débora Duboc; Jonas Bloch; Walter Breda e outros. Estúdio Olhar Imaginário, 2005. 1 DVD (107 min.), son., color.
- LAMARCA. Direção: Sérgio Rezende. Produção: José Joffily e Mariza Leão. Intérpretes: Paulo Betti; Camilo Beviláqua; Roberto Bontempo; Carla Carmurati; Anna Cotrim; Nelson Dantas; José de Abreu e outros. Estúdio Paramount, 1994. 1 videocassete (130 min.), VHS, son., color.
- O QUE É ISSO COMPANHEIRO? Direção: Bruno Barreto. Produção: Bruno Barreto e Filmes Equador. Intérpretes: Alan Arkin; Fernanda Torres; Pedro Cardoso; Cláudia Abreu; Nelson Dantas; Marco Ricca; Selton Mello e outros. Estúdio Luís Carlos Barreto Produções Cinematográficas; Filmes do Equador; Pandora Cinema; Quanta; Sony, 1997. 1 videocassete (113 min.), VHS, son., color.
- TERRA EM TRANSE. Direção: Glauber Rocha. Produção: Mapa Filmes e Difilm. Intérpretes: Jardel Filho; Paulo Autran; José Lewgoy; Glauber Rocha; Paulo Gracindo; Hugo Carvana; Danuza Leão; Mário Lago e outros. Estúdio Difilm, 1967. 1 videocassete (106 min.), VHS, son.
- ZUZU ANGEL. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Joaquim Vaz de Carvalho. Intérpretes: Patrícia Pillar; Daniel de Oliveira; Luana Piovani; Leandra Leal; Alexandre Borges; Paulo Betti e outros. Roteiro: Marcos Bernstein e Sérgio Rezende. Estúdio Warner Bros, 2006. 1 bobina cinematográfica (110 min.) son., color.

7 ANEXOS

**ANEXO A: DOCUMENTO DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE CARLOS
MARIGHELLA**

ANEXO B: REPORTAGEM DO J. DO BRASIL: ENTERRO DE MARIGHELLA

Carlos Marighela é enterrado em sigilo pelo DOPS paulista

7/11/69

São Paulo (Sucursal) — Sob sigilo quebrado só à tarde, o DOPS fez sepultar às 9 horas, de ontem, no Cemitério de Vila Formosa, o corpo do ex-Deputado Carlos Marighela.

— Levado ao cemitério — o matiz da América Latina e onde é sepultada a maioria dos moradores pobres de São Paulo — em carro de transporte de defuntos do Instituto Médico-Legal, o corpo de Marighela balçou à sepultura n.º 1 106 da quadra 53, num caixão revestido externamente de plástico preto, de 4.ª classe, do Serviço Funerário Municipal.

COVEIROS POR TESTEMUNHAS

O corpo do líder terrorista foi retirado pouco antes do Instituto Médico-Legal por agentes do DOPS, tendo à frente o delegado Alcides Bueno-Filho. Foi para o Cemitério de Vila Formosa seguido de um cortejo composto exclusivamente por policiais, que segoam em três carros.

O enterro foi custeado pelo DOPS. As autoridades na última hora resolveram que Marighela seria colocado em cova paga, abandonando as instruções que haviam recebido para colocá-lo na quadra onde normalmente são enterrados os indigentes.

Além dos 15 policiais, somente seis coveiros que realizaram o sepultamento, chefiados pelo Sr. Geraldo Alves, puderam presenciá-lo. Situada a cerca de 300 metros do portão principal do Cemitério de Vila Formosa, num local onde estão os corpos chegados nos últimos dias, a cova estava preparada para receber o corpo do líder terrorista.

Os policiais esperaram que se realizasse o enterro de uma mulher na cova ao lado e que as pessoas que dele participa-

vam se retraiam para iniciar o sepultamento de Marighela. A cerimônia de sepultamento durou 10 minutos, além dos 15 de espera do enterro precedente.

"CAUSA-MORTIS"

O atestado de óbito, assinado pelo legista Harry Schbata, apontou como causa-mortis de Carlos Marighela "hemorragia interna causada por ferimento de arma de fogo." O Cemitério recebeu apenas um ofício, o de número 4 609/69, do Instituto Médico-Legal, com os dados do resultado da necropsia e o nome do legista.

O corpo, que ainda ficaria "alguns dias" no necrotério do IML para exames, segundo anunciara na véspera o diretor do órgão, Sr. Arnaldo Sinqueira, foi liberado pela manhã, sem ter sido reclamado por alguém.

Rifles Winchester e metralhadoras garantiram o sepultamento, impedindo que alguém se aproximasse do local, onde havia a movimentação natural de pessoas participando de outros enterros. Só na hora do sepultamento é que os coveiros souberam que se tratava do corpo do ex-líder comunista. Dois carros policiais, com inscrições do DOPS, e uma camioneta Chevrolet, cinza, de chapa fria, que não foi anotada estacionaram junto à quadra do sepultamento.

Antes um policial perguntara na administração do cemitério: "Quanto custa um enterro pago?" Ao receber a resposta de que o preço era de NCr\$ 3,50, disse para um funcionário: "Nós pagamos. Tire a nota em nome do DOPS. Queremos um enterro digno."

11/11/69, car

Fonte: Jornal do Brasil (07/11/1969).

ANEXO C: CAPA DO JORNAL O GLOBO: AÇÃO DE GUERRILHEIROS DA ALN

*Ato selvagem e covarde
nas ruas de São Paulo*

O GLOBO
FUNDAÇÃO DE HENRIQUE MARQUES
Rua do Diário da Noite, 100 - 20011 - Rio de Janeiro, RJ
Telefone: 251-1111 - Telefax: 251-1111

TERRORISTAS METRALHAM INDUSTRIAL PELAS COSTAS



Seu nome: Henning Albert Bohr. Dinamarquês, oculto no Brasil por sua pátria, como prova de seu amor por esta terra e sua povo. Era um homem bom, dinâmico, empreendedor, que entrou pelo Brasil em estuário juvenil. Também morreu jovem, vítima metralhada pelas mãos, vítima inocente de terror.

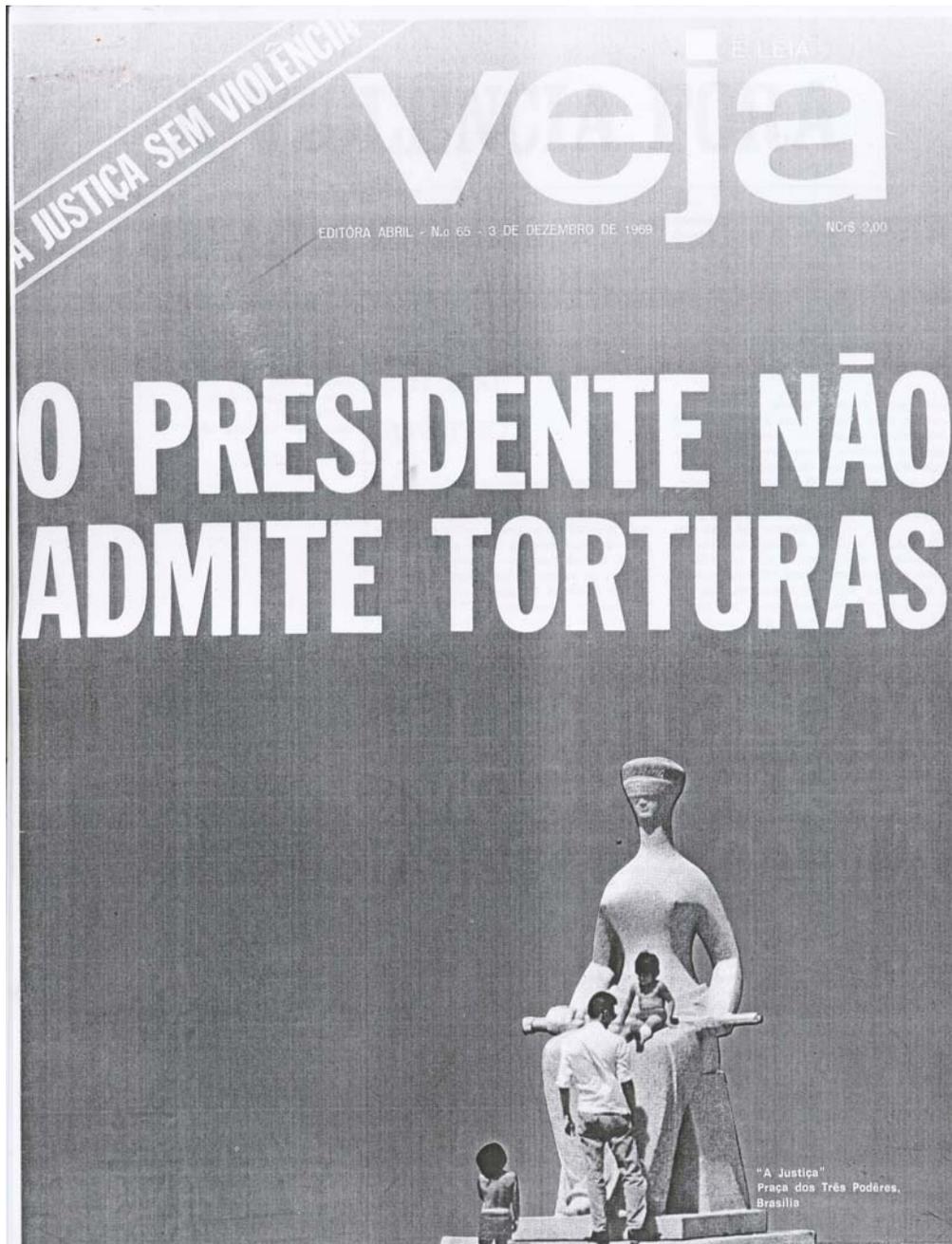


Foi, para São Paulo, um terror pesadíssimo quando rodadas e levadas chegaram a divulgar a notícia, toda a cidade foi tomada por espanto, o horror, a incredulidade. Henning Albert Bohr, 34 anos, presidente da Ullaga, caiu nas ruas, vítima de ataques metralhados terroristas. Seu nome era: um profundo amor pelo Brasil, um cujo futuro confiou e para cujo progresso trabalhou com uma dedicação exemplar.

Um grupo de homens armados disparou de automovel para a sua industrial quando, no Jardim América, foi "fotado" por dois Volvo. Os operadores de que enfrentaram os "gangues" de terror, sob os seus e outros em direção à Rua Barros de Gusmão. Metralhados corajosamente pelas costas, caiu morto junto ao meio fio. Os terroristas aproximaram-se, para cometer a morte, e ficaram mais depois em seu estéril. A ação durou dez minutos e os seus firmamentos de hoje em dia não são capazes de impedir a sua lembrança que ficará marcada.

METRALHADO PELAS COSTAS

ANEXO D: CAPA DA REVISTA VEJA: SOBRE TORTURA



Fonte: Revista Veja (03/12/1969).

